



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VIII Legislatura

Número: 102

IV Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 17 de Abril de 2008

Presidente: *Deputado Fernando Menezes (substituído pelo Deputado Jorge Costa Pereira)*

Secretários: *Deputados António Loura e Cláudio Lopes*

Sumário

(Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 45 minutos)

Período de Informação Parlamentar:

Correspondência:

Após a leitura da correspondência passou-se à apresentação dos votos.

Primeiro foi apresentado um Voto de Protesto contra o Governo Regional da Madeira e o PSD/Açores pela criminalização do consumo de drogas, pelo Grupo Parlamentar do PS. A apresentação foi feita pelo Sr. Deputado Nuno Tomé (*PS*), usando da palavra sobre o mesmo o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*). O voto foi aprovado por maioria. Fizeram declarações de voto os Srs. Deputados Francisco Coelho (*PS*) e José Manuel Bolieiro (*PSD*).

No período dedicado a intervenções de interesse político relevante, usaram da palavra os Srs. Deputados Maria José Duarte (*PSD*), Piedade Lalanda (*PS*), Lizuarte Machado (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), Manuel Herberto Rosa (*PS*), António Gonçalves (*PSD*), José Eduardo (*PS*), António Ventura (*PSD*), Luís Paulo Alves (*PS*), Henrique Ventura (*PS*),

António Toste (*PS*) e ainda a Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar (*Ana Paula Marques*).

Agenda da Reunião

1. Votação do **Projecto de Resolução “Segurança Pública nos Açores. Um dever do Estado um objectivo da Autonomia”**, da autoria do Grupo Parlamentar do PSD e discutido na Sessão de 16 de Abril.

O Projecto de Resolução foi rejeitado por maioria.

2. **Anteproposta de Alteração à Proposta de Lei 184/X – “Aprova a Lei de Segurança Interna”**, apresentada pelo Sr. Deputado José San-Bento (*PS*).

Usaram da palavra os Srs. Deputados José Manuel Bolieiro (*PSD*), Pedro Gomes (*PSD*) e Francisco Coelho (*PS*).

3. **Projecto de Resolução – “Coordenação das Forças de Segurança Pública nos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, na pessoa do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*).

O Projecto de Resolução foi rejeitado por maioria.

4. **Projecto de Resolução – “Segurança nos Aeroportos e Aeródromos dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, na pessoa do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*).

Usaram da palavra os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), José San-Bento (*PS*) e Piedade Lalandia (*PS*).

O Projecto de Resolução foi rejeitado por maioria.

5. **Anteproposta de Lei – “Segunda alteração à Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto – Que estabelece as Bases de Financiamento do Ensino Superior”**, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, na pessoa do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*).

Usaram da palavra os Srs. Deputados Cláudia Cardoso (*PS*), Helder Silva (*PS*), António Marinho (*PSD*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*).

A Anteproposta de Lei foi rejeitada por maioria.

Fizeram Declarações de Voto os Srs. Deputados José Manuel Bolieiro (*PSD*) e Cláudia Cardoso (*PS*).

6. Pedido de Urgência do Projecto de Resolução – “Por uma política de proximidade na saúde”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, na pessoa do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*).

Usou da palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso (*PS*).

O Pedido de Urgência foi rejeitado por maioria.

Fizeram Declarações de Voto os Srs. Deputados José Manuel Bolieiro (*PSD*) e Cláudia Cardoso (*PS*).

7. Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projecto de Resolução – “Prorrogação do prazo para apresentação do relatório por parte da Comissão Eventual para a Avaliação do Real Impacto na Região Autónoma dos Açores do Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, do Acordo Técnico e do Acordo Laboral”.

O Pedido de Urgência foi aprovado por unanimidade.

8. Projecto de Resolução – “Prorrogação do prazo para apresentação do relatório por parte da Comissão Eventual para a Avaliação do Real Impacto na Região Autónoma dos Açores do Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, do Acordo Técnico e do Acordo Laboral”.

O Projecto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

9. Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de Abril, a qual foi aprovada por unanimidade.

(Os trabalhos terminaram às 19 horas e 10 minutos.)

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional.

Vamos proceder à chamada dos Srs. Deputados.

(Eram 10 horas e 45 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Isabel Damião de Serpa Arruda **Moniz**
António Gonçalves Toste **Parreira**
António José Tavares de **Loura**
Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da **Costa**
Fernanda Correia Garcia **Trindade**
Fernando Manuel Machado **Menezes**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Guilherme de Fraga Vicente **Nunes**
Hélder Guerreiro Marques **Silva**
Henrique Correia **Ventura**
Hernâni Hélio **Jorge**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José de Sousa **Rego**
José Gabriel Freitas **Eduardo**
José Gaspar Rosa de **Lima**
José Manuel Gregório de **Ávila**
Lizuarte Manuel **Machado**
Luís Paulo de Serpa **Alves**
Manuel Avelar Cunha Santos
Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**
Manuel Soares da **Silveira**
Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**
Maria **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano
Mariana Rego Costa de **Matos**
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**
Nuno André da Costa Soares **Tomé**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes dos **Reis**

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Maria da Silva **Gonçalves**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José Manuel Avelar **Nunes**

José Manuel Cabral Dias **Bolieiro**

Lisa Marie Garcia Furtado

Luís Henrique da **Silva**

Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos **Duarte**

Mark Silveira **Marques**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Sérgio Emanuel Bettencourt **Ferreira**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

(Neste momento o Sr. Presidente foi substituído na Mesa pelo Sr. Vice-Presidente, Deputado Jorge Costa Pereira.)

Presidente: Estão presentes 45 Srs. Deputados.

Podem abrir as portas do Plenário. Vamos passar à leitura da correspondência.

Secretário (*António Loura*): Dos Deputados Regionais Francisco Coelho, Clélio Meneses e Artur Lima, ofício solicitando Processo de Urgência e Pedido de Dispensa de Exame em Comissão sobre o Projecto de Resolução “Prorrogação do Prazo para Apresentação do Relatório por parte da Comissão Eventual para a Avaliação do Real Impacto na Região Autónoma dos Açores do Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, do Acordo Técnico e do Acordo Laboral”. E é tudo, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado.

Deu entrada na Mesa um Voto de Protesto do Partido Socialista. O Sr. Deputado que vai fazer a leitura do Voto, Sr. Deputado Nuno Tomé, tem a palavra.

Deputado Nuno Tomé (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Voto de Protesto

“A descriminalização dos consumos foi uma conquista civilizacional coerente com a ideia de que um toxicodependente é um doente e não um delinquente. Se este ante-projecto avançar trata-se de um retrocesso”, citei João Goulão, presidente do Instituto da Droga e da Toxicoddependência, referindo-se à anteproposta de lei do Governo Regional da Madeira, aprovada em Conselho de Governo no passado dia 8 de Abril.

Voto de Protesto

Quer o Governo da Região Autónoma da Madeira, quer o PSD/Açores o que querem, no fundo, é voltar ao tempo em que toxicodependente era sinónimo de delinquente. Criminalizar a posse de doses individuais de estupefacientes tem na prática este resultado. São portanto contra as modernas visões humanistas e holísticas de toxicoddependência. Têm, claro está, a antiquada visão de que o lugar certo para um toxicodependente é um estabelecimento prisional. No afã de encontrar culpados para o que classificam de “chagas sociais” confundem consumidores com traficantes e doentes com bandidos, procurando com isso esconder os seus verdadeiros intuitos.

Voltemos ao tempo dos “Açores avestruz”, uma terra sem droga, sem sexo. Enfim, um oásis social. Voltemos, então, a cortar genéricos de novelas e a proibir campanhas de preservativos.

Mais importante do que acabar com esta ideia obtusa de que há traficantes que se disfarçam de consumidores é acabar com neo-conservadores travestidos de sociais democratas, que querem encontrar forçosamente numa lei de 2000 um bode expiatório, capaz de expurgar as suas responsabilidades na governação do passado, no caso Açoriano e, no presente, no caso da Madeira.

O Partido Socialista/Açores recusa a transformação do combate à droga e aos traficantes num combate aos cidadãos toxicodependentes. Todos conhecemos a tragédia da droga que se abate sobre os consumidores e as suas famílias. Temos tentado as saídas possíveis, vencendo o preconceito e ultrapassando as respostas que não o são, porque se revelaram incapazes. Para nós, uma vida humana é insubstituível. Devem ser feitos todos os esforços para a salvar. Um toxicodependente não é um criminoso, é um ser humano em dificuldades e um doente. Porém, a demagogia própria dos partidos conservadores não vacila perante a oportunidade de criar factos políticos a partir de realidades em relação às quais a Sociedade manifesta grande sensibilidade.

É, por isso, importante que todos percebamos que o enfoque destas políticas deve estar na Prevenção dos Comportamentos de Risco e não nos já esgotados modelos repressivos próprios de governos conservadores. Os Governos Regionais dos Açores do Partido Socialista, desde sempre, tiveram esta perspectiva e nunca é demais recordar que, apenas em 1996, os Toxicodependentes passaram a ser considerados doentes e não criminosos como até então. O tráfico de drogas é um problema criminal. O consumo de drogas é acima de tudo um problema de saúde pública. Esta distinção é, para nós, essencial, e constitui o fundamento central do voto de protesto que, aqui, apresentamos.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove e emita um voto de protesto.

Horta, Sala das Sessões, 17 de Abril de 2008.

Os Deputados Regionais: *Francisco Coelho, Nuno Costa Tomé e Mariana Matos*

Deputado Clélio Meneses (PSD): E o objecto do voto?

Deputado Nuno Tomé (PS): O objecto do voto é: contra a ideia de criminalização do consumo de droga, avançado por Sua Excelência.

Presidente: Inscrições, Srs. Deputados. Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

(* Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Uma primeira observação, mais formal.

É de duvidosa aceitação este Voto de Protesto. Ele, na matéria deliberativa, não tem objecto.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Limita-se a dizer que se aprove e emita um Voto de Protesto. Começa logo pelo afã de querer fazer um protesto, sem pressuposto, por estar mal feito, formalmente, este Voto de Protesto. Uma primeira medida, para o rigor regimental, seria não ter aceite este Voto de Protesto para o debate e votação do mesmo neste Plenário, sem a devida correcção e aperfeiçoamento.

A segunda nota, para dizer que, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, em matéria de toxicodependências, o desastre social que é a toxicodependência, o consumo de droga, o seu tráfico, merece toda a atenção e preocupação do PSD. Deve ser, aliás, uma prioridade, também ela política, para o Parlamento e para os Governos, para a sociedade, para as comissões dissuasoras das toxicodependências que, provavelmente, têm muito a fazer para aperfeiçoar e melhorar o seu trabalho desenvolvido até hoje na Região Autónoma dos Açores.

O que se esperaria, eventualmente, era que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em vez de protestar, apresentasse iniciativas, propostas legislativas ou políticas, sobre esta importante matéria que urge agendar e colocar na agenda e na prioridade política do Governo.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Nós temos, já, um diagnóstico feito. Há, por iniciativa desta casa, um relatório sobre a droga, que demonstra o dramatismo que é para as famílias açorianas, para a sociedade na Região Autónoma dos Açores, o problema da toxicodependência e dos toxicodependentes. De facto, concordamos que são doentes, não são necessariamente delinquentes, precisam de tratamento. E a droga e a intervenção na droga, desde logo no âmbito da prevenção, tem vários factores. Desde logo, a sensibilização e a pedagogia para uma vida sem drogas, o trabalho da reinserção social, o trabalho do tratamento e o trabalho da perseguição criminal, naturalmente.

Mas a preocupação, designadamente no que diz respeito à Região Autónoma e à política que aqui podemos desenvolver tem, sobretudo, cabimento no plano da prevenção. E, aí, a Região tem falhado. E, aí, o Governo Regional não tem feito tudo o que está ao seu alcance. E nós priorizamos esta matéria.

Por outro lado, este Voto de Protesto, que é menos do que seria a obrigação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista fazer, apresenta propostas assentes em pressupostos falsos. O PSD não apresentou nenhuma proposta nem assumiu qualquer proposta no sentido da criminalização desta matéria. Aliás, pelo contrário, está mais inclinado a aceitar que o problema não está na lei, mas sim no trabalho preventivo que compete, por exemplo, à administração regional fazer e que, nessa matéria, pouco ou nada tem feito. Admitindo – e já fizemos debates neste Parlamento – que em matéria de tratamento alguma coisa tem sido feita, mas em matéria de prevenção há muito a fazer.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que fosse concluindo.

O Orador: Concluindo, Sr. Presidente, obviamente que um Voto que está mal formulado, que assenta em pressupostos falsos, não pode merecer o apoio da bancada do Grupo Parlamentar do PSD. Sendo certo que o PSD reafirma aqui a sua preocupação e a prioridade para uma análise às questões da toxicodependência e da droga nos Açores, denunciando a omissão, por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que, em vez de fazer, protesta.

Muito obrigado.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(* Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Realmente trata-se aqui de um Voto de Protesto que não tem objecto e, portanto, é uma dificuldade para nós percebermos o que efectivamente se quer com isto.

Mas queria, muito rapidamente, dizer o seguinte: o Partido Socialista é aqui muito libertário nesta questão da droga. Era bom que também pensassem na questão do tabaco e na lei fundamentalista que foi feita pelo Governo da República, que também vos merecia alguma reflexão e atenção. Quer dizer, penaliza-se mais um simples fumador do que quem consome droga. Esta é a política dos partidos ditos não-conservadores.

E ainda bem que há partidos conservadores, Sr. Deputado Nuno Tomé, porque são justamente contra este tipo de políticas.

Devo-vos dizer, muito rapidamente, o seguinte: todos estamos de acordo que o que interessa, aqui, é a prevenção. E interessa, também, o combate ao tráfico de droga, onde os senhores não têm feito rigorosamente nada, nem se têm empenhado, quando esse combate, em ilhas, é muito fácil de fazer.

Empenhem-se, junto do Governo da República, para terem os meios de segurança, cá, para combaterem o tráfico de droga, que só entra por dois sítios: ou pelo ar, ou pelo mar, sendo, portanto, muito fácil controlá-lo.

Srs. Deputados, queria ainda dizer-vos mais uma coisa: essas vossas campanhas, que os senhores lançam, a chamada “ondinha”, as “*ondinhas para baixo e as ondinhas para cima*”, tomem consciência de que a droga, comparada com as vossas “ondinhas”, é um tsunami, e os senhores não têm, até hoje, revelado a capacidade de combater esse flagelo.

Isto é que é a realidade nua e crua. Tráfico e prevenção. A vossa política, zero, falhou, redondamente.

E nós, obviamente, votaremos contra este Voto de Protesto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Tomé.

(*) Deputado Nuno Tomé (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Sr. Deputado Bolieiro, o objecto do voto é protestar contra a tentativa de criminalização dos toxicodependentes. Será corrigido.

Eu percebo que seja, para vocês, fundamental garantir que todos os pressupostos formais estão assegurados. É sempre mais fácil prendermo-nos a pressupostos formais para disfarçarmos a nossa insegurança quanto a um conjunto de questões.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): A nossa posição é ver o que está bem e o que está mal. E quando está mal, está mal.

O Orador: Não deixa de ser interessante que o Sr. Deputado venha aqui referir que o PSD tem um levantamento e tem uma perfeita noção daquelas que são as prioridades para o combate à toxicodependência nos Açores, mas que se tenham, desde logo, apressado, quer a JSD, quer a Sra. Deputada da bancada parlamentar do PSD, Carla Bretão, a manifestar o seu acordo com a ideia obtusa do Governo Regional da Madeira.

Portanto, o PSD tem de se decidir: ou está a fazer um estudo aprofundado e vai apresentar um conjunto de medidas que é, aliás, aquilo que está a reivindicar ao Partido Socialista –

que tem feito um conjunto de intervenções nesta casa e tem seguido um plano de prevenção do uso e mau uso das substâncias psico-activas/droga na Região – ou, afinal, não tem estudo nenhum e presta-se logo a aparecer em tudo o que é jornais, colado ao Dr. Alberto João Jardim que é, em meu entender, um dos vossos grandes problemas. À falta de melhor, resolvem seguir o Dr. Alberto João Jardim.

Quanto à visão que os senhores têm da política de juventude e das políticas de inserção social, eu gostava de vos dizer que o PSD parece uma pizzaria, que faz pizzas de três estações: numa parte, vida e juventude, onde cola problemas de toxicodependência; noutra parte fala de alcoolismo juvenil; e na última parte, da gravidez na adolescência. Depois, como até nem percebe muito de pizza, é uma pizzaria mas uma má pizzaria, a pizza não é bem três estações, é tudo misturado. E então, rapidamente, partem da toxicodependência para a gravidez na adolescência, do alcoolismo para a gravidez na adolescência, os senhores têm um problema claro de entendimento das problemáticas da juventude e do combate à toxicodependência e às dependências. Muito mais do que toxicodependência, hoje devemos falar de dependências.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): O Sr. Deputado é cliente dessa pizzaria?

O Orador: Não se incomodem, Srs. Deputados.

Quanto ao combate ao tráfico de droga, é óbvio que o Partido Socialista se preocupa com essa temática. É, no entanto, uma temática nacional, que se prende com o Governo central. As medidas que se têm tomado são, acima de tudo, medidas ao nível da prevenção primária da toxicodependência, no tratamento ao nível também da redução de danos e na reabilitação dos toxicodependentes.

Gostava só de, e para terminar, salientar que me parece importante que o PSD defina qual é a sua posição quanto à descriminalização...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): O PS nada defende. É o costume.

O Orador: ...à re-criminalização do consumo de drogas, para que os jovens açorianos possam perceber a quantas vezes fala o vosso partido, ou se fala ao sabor das redacções de quarta classe que vai escrevendo nuns e noutros jornais da nossa Região.

Muito obrigado.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): A sua proposta qual é?

Presidente: Srs. Deputados, vamos pôr à votação o Voto de Protesto.

Os Srs. Deputados que aprovam o Voto de Protesto mantêm-se como estão. Os Srs. Deputados que votam contra sentam-se.

Secretário: O Voto de Protesto foi aprovado, com 28 votos a favor do PS, 16 votos contra do PSD e 1 voto contra do CDS/PP.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Uma declaração de voto, antes de mais, para dizer o seguinte: começa a ser irritante, além de ridículo que, de há uns tempos a esta parte, sempre que se discute alguma matéria que porventura não agrade a alguns deputados do PSD, eles puxem dos seus galões e gritem ao mundo e arredores que são juristas, que são muito bons, que são técnicos.

Deputado Mark Marques (PSD): O senhor hoje está tão baixinho, está mesmo ao seu nível.

O Orador: Eu não sei se têm algum problema de insegurança, se há alguma cadeirinha aí mal resolvida, ou se é pura vaidade. É bom que não se mascare aquilo que é político e aquilo que é perspectivável com questões de lana-caprina que até ficam mal a quem está sempre a invocar qualidades que, à partida, são dadas por assentes e que, nalguns casos até, são reconhecidas.

É bom dizer que este Voto de Protesto, de forma indirecta – mas as pessoas já fizeram todas o ensino básico – identifica claramente aquilo a que se refere. Quando começa por citar a reacção do Professor João Goulão, ele refere-se a uma iniciativa legislativa do Governo da Madeira e essa iniciativa legislativa é de um Governo que é do PSD. Essa iniciativa legislativa pretende criminalizar o consumo de drogas e é sobre isso que se protesta. E protesta-se aqui, porque o PSD está aqui. A não ser que se rejeite, a não ser que exclua alguns PSDs quando lhe dá jeito. E também porque houve dirigentes da JSD açoriana que manifestaram apoio a esta ideia.

É bom sabermos o que quer o PSD, partindo do pressuposto que o PSD sabe o que quer. O que não é fácil, porque o PSD, às vezes, fala muito na pedagogia, na poesia, no sucesso, descaí-se e suspira pela escola do Estado Novo. O PSD às vezes fala na ressocialização, na reintegração, no apoio aos jovens toxicod dependentes, mas há dias em que parece que quer

prendê-los. Afinal o que querem os senhores do PSD? Ou será que não sabem o que querem?

Deputado José San-Bento (PS): É isso!

O Orador: É isso que nós temos de saber em termos políticos, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro. Não é vir para aqui fazer redacções jurídicas de aluno cábula. É isso que nós queremos, e foi isso o que o senhor não fez, e foi a isso que o senhor fugiu, ao debate político.

A que PSD o senhor pertence? Ou melhor, a que PSD o senhor pertence agora, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro? Parece que o senhor não pertence sempre ao mesmo.

Sr. Deputado Artur Lima, nada melhor do que um conservador assumido. Nós gostamos sempre de saber com quem lidamos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não há dúvidas!

O Orador: Ao menos aí há uma certa frontalidade e lealdade na luta democrática.

Agora eu gostava de lhe lembrar uma coisa, Sr. Deputado Artur Lima: era bom que o PP, quando esteve no último Governo da República, já que tanto se preocupa com esse assunto, por exemplo tivesse pago o que devia e tivesse transferido para os Açores as verbas para as comissões de dissuasão da toxicodependência funcionarem, coisa que não fez. Nessa altura, sabe, a situação era “negróna”, Sr. Deputado Artur Lima. E, portanto, quando se está lá, era bom que se cumprisse e se criassem meios.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E criou-se.

O Orador: É bom que não haja dúvidas: o PS, perante as dificuldades, sejam estas ou sejam outras, não se atemoriza nem vai pela solução mais fácil de quem tem medo, que é a repressão imediata, como se isso fosse a solução.

As dificuldades vencem-se com inteligência, com luta, com persistência, com novos meios. Tal como diz João Goulão, um técnico reputadíssimo na matéria, a Juventude Socialista, o PS, os Governos PS, têm uma opção política nesta matéria.

É preciso tratar o consumo dos estupefacientes como um problema de saúde pública, não como um problema moral ou como um problema criminal. Esta é a melhor solução para a sociedade, esta é a melhor solução para as pessoas, esta só pode ser a solução de quem defende a dignidade da pessoa humana.

Muito obrigado.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado José Manuel Bolieiro tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

A intervenção do Deputado Francisco Coelho foi tudo menos uma declaração de voto, foi uma tentativa de salvar a pele.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Francisco Coelho (PS): Já percebi para que é que o senhor se levantou.

O Orador: Na verdade, o voto é quixotesco, e a defesa do sentido de voto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pela voz do seu Presidente, mais quixotesca ainda foi. Porque, na verdade, este voto protesta sobre uma realidade virtual. Porque, na verdade, este voto demonstra que o Partido Socialista, até hoje, nada fez neste Parlamento sobre a matéria da toxicodependência e este Governo falhou na prioridade que o Sr. Presidente do Governo tinha definido na sua política social no combate à toxicodependência. Esta é a verdade.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: E a verdade, Sr. Deputado e Presidente do Grupo Parlamentar, é que o senhor gosta de acusar os outros de não saberem o que fazem. Não saber nem conhecer o que é que o PSD quer. E o senhor fica irritadinho, isso sim, quando nós apontamos os vossos defeitos. Na verdade, eu não me calarei em circunstância alguma, quando vir mal feito o que devia estar bem feito. E procuro corrigir. Nesta matéria, Sr. Presidente do Grupo Parlamentar, faz bem feito, merece o nosso apreço, faz mal feito como fez agora, merece a nossa crítica. Não me calarei e o senhor não me calará.

Deputado Francisco Coelho (PS): Quanto mais fala mais nós ganhamos.

O Orador: Segunda nota:

Na verdade, o PSD sabe bem o que quer. O PSD tem uma prioridade política para as toxicodependências, tem uma prioridade política para a prevenção, tem uma prioridade

política para o tratamento, tem uma prioridade política para a reinserção social dos toxicodependentes.

O PS nada fez, o PS não sabe o que quer, nem sabe o que fazer, esta é que é a verdade. Mais, como estão a lembrar-me, neste debate que fizemos aqui, para o Orçamento do corrente ano, apresentámos propostas de alteração ao Orçamento para reforçar as verbas para o capítulo das toxicodependências. Sabe qual foi a atitude do Grupo Parlamentar do Partido Socialista?

Deputada Mariana Matos (PS): Qual foi a resposta?

O Orador: A vossa atitude: chumbar. Portanto, quem vira as costas ao problema é o Partido Socialista, é o Governo.

Deputada Mariana Matos (PS): Isso não é verdade!

O Orador: E o PSD afirma uma preocupação e uma prioridade. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, através dos Deputados da JS, protesta. Protesta, num pressuposto que é uma falácia.

Muito obrigado.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputada Mariana Matos (PS): Não!

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Essa coisa de usar sempre a cábula...

Presidente: Srs. Deputados, tem a palavra a Sra. Deputada Maria José Duarte, para uma intervenção.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

«Tudo começa com gritos e nunca deve acabar num silêncio». Foi esta frase, que bem poderá ser entendida como um slogan, que serviu de cabeça de cartaz para a Conferência Regional, promovida pela Assembleia da República, intitulada «Parlamentos Unidos no Combate à Violência Doméstica contra as Mulheres», inserida na campanha pan-europeia promovida pelo Conselho da Europa, que teve lugar no Auditório da Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada, no passado dia 4 de Abril.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores membros do Governo,

Para alguns autores, violência doméstica, significa «o exercício da força física e do poder sobre o outro, normalmente com o objectivo de controlar, retirar poder e /ou agredir, que ocorre nos relacionamentos de intimidade, parentesco, dependência ou confiança». Para outros, «é um padrão de comportamentos abusivos que incluem uma variabilidade de maus tratos possíveis, desde físicos, sexuais e psicológicos, usados por uma pessoa contra outra, num contexto de intimidade, em ordem a adquirir poder ou manter essa pessoa controlada», ou ainda, «qualquer conduta ou omissão que inflija, reiteradamente, sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos, de modo directo ou indirecto por meio de ameaças, enganos, coacção ou qualquer outro meio, a qualquer pessoa que habite no mesmo agregado doméstico ou que, não habitando, seja cônjuge ou companheiro, ou ex-cônjuge ou ex-namorado, bem como ascendentes e descendentes».

Segundo Mendes Bota «a violência doméstica é uma guerra civil subterrânea, com largas dezenas de vítimas por ano».

Hoje, gostaríamos de trazer a este Plenário o tema violência doméstica contra as mulheres. A violência doméstica contra as mulheres não conhece classes sociais, educação, credos religiosos ou idade. Afecta tanto mulheres jovens como idosas, mulheres solteiras e casadas como divorciadas. Vai desde a tensão psicológica, passando pela bofetada ou ofensas sexuais, até à morte. Os agressores, na maioria dos casos, são os maridos, mas também são os namorados, os ex-maridos e também os próprios filhos e pais.

A violência doméstica contra as mulheres causa sérios danos, em muitos casos irreversíveis, quer a nível físico quer a nível psicológico, não só à mulher mas também, às crianças, aos filhos que muitas e muitas vezes presenciam a mãe a ser espancada e em alguns casos a ser morta pelo próprio progenitor. Mas, também, não podemos esquecer os danos, os custos financeiros que a violência doméstica acarreta a toda a sociedade, no que respeita aos elevadíssimos custos com a justiça, a saúde e a segurança social.

O Conselho da Europa de 2002 referiu que «a violência contra as mulheres é a maior causa de morte e invalidez entre mulheres dos 16 aos 44 anos».

Segundo a ONU, em todo o mundo, cerca de uma em cada três mulheres é vítima de violência em função do género. Na Europa, onde os direitos humanos são apregoados aos sete ventos, uma em cada cinco mulheres é vítima, pelo menos uma vez na vida, de violência.

Segundo o Relatório Anual de Segurança Interna de 2007, os Açores são a terceira Região do País com maior número de ocorrências de violência doméstica, 856 ocorrências, precedidos por Lisboa, com 3 886 e pelo Porto, com 3 494 ocorrências.

O número de denúncias feitas à PSP de violência doméstica entre cônjuges e análogos tem vindo a aumentar ao longo dos anos. Segundo Alberto Peixoto, em 2005 a PSP recebeu 417 denúncias; em 2006, 557 e em 2007 recebeu 692 casos de denúncias. Contudo, é preciso não esquecermos que estes números também incluem os casos de denúncia de violência doméstica contra o homem, que constitui 15% do total da violência doméstica contra cônjuges e análogos, o que não consideramos ser de grande relevância, comparativamente à violência contra a mulher.

No que respeita ao Gabinete de Ponta Delgada da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), no ano passado (2007), atendeu 120 casos na sua quase totalidade mulheres, entre os 26 e os 45 anos, que foram vítimas de violência doméstica. A maioria das situações que chegaram ao conhecimento daquela instituição foram da ilha de S. Miguel, principalmente dos concelhos de Ponta Delgada e da Ribeira Grande, sendo 19,8 por cento das vítimas domésticas, seguindo-se os estudantes com 14,3 por cento. Os autores dos crimes são maioritariamente do sexo masculino, entre os 36 anos e os 45 anos, e na sua maioria desempregados.

Contudo, temos de estar conscientes de que, nos Açores, as vítimas de violência doméstica e, muito particularmente as vítimas mulheres, serão certamente muitas e muitas mais. É preciso não esquecermos que a rede de apoio da APAV restringe-se unicamente à ilha de S. Miguel, a ligação às outras ilhas é feita por telefone, o que inibe o desenvolvimento de projectos locais, como por exemplo as prevenções, assim como o contacto físico com as populações visadas. Além disso, ainda são muitas as vítimas que não denunciam os maus tratos a que estão sujeitas, quer por vergonha, ou por dependência financeira dos agressores ou ainda por fragilidade emocional, quer por pensarem que os filhos precisam de um pai presente ou por pensarem que os maridos têm plenos direitos sobre elas, incluindo o das maltratarem.

Desde 2000 que em Portugal a violência doméstica contra as mulheres é crime. Crime silencioso. Demasiado silencioso e envergonhado. Compete a todos nós, homens e mulheres, denunciá-lo e dar-lhe visibilidade. Compete a todos nós assumirmos as nossas

responsabilidades no combate a este flagelo, sem quaisquer pruridos de natureza política ou de qualquer outro tipo. Esta é uma luta de todos nós, cidadãs e cidadãos, juntos e unidos poderemos combater-la com sucesso, com o objectivo de construir uma sociedade mais justa, respeitadora e cumpridora dos direitos humanos.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

A Oradora: Sabemos que os Açores são a Região do País que, «per capita», tem o maior número de instituições de apoio às vítimas de violência doméstica. Reconhecemos que muito tem sido feito nesta área, mas é preciso fazer muito mais, sempre mais. Deste modo, gostaria de deixar aqui e agora, ao Governo Regional, algumas sugestões nesta matéria, nomeadamente:

- Apoiar a APAV de modo que possa estender a sua rede de apoio a outras ilhas.
- Realizar um estudo profundo sobre a situação das mulheres nos Açores, onde estaria incluído a problemática da violência doméstica.
- Realizar campanhas e acções preventivas sobre violência doméstica junto de todas as nossas escolas. E quando digo todas as escolas, refiro-me a todos os anos e todas as turmas do pré-escolar, do 1.º, do 2.º e do 3.º ciclo, todas as escolas, todos os anos e turmas do secundário, mas também, todas as escolas e cursos profissionais das nove ilhas dos Açores.
- Levar a cabo um Plano para a Igualdade de Oportunidades e um Plano Contra a Violência Doméstica, já que este tipo de violência constitui um flagelo nas nossas Ilhas merecendo, portanto, ser tratado individualmente.
- Definir uma bolsa de habitação social para distribuição às vítimas de violência doméstica. E isto porque as casas-abrigo são, meramente, residências temporárias. Daí ser de extrema necessidade a criação de medidas concretas para a integração destas mulheres e dos seus filhos em programas específicos de habitação social.
- Mudar de instalações a casa-abrigo da Ilha do Faial, para uma casa maior ou então criar mais uma casa nesta ilha. Infelizmente, a procura é muito maior do que a oferta. Ainda a semana passada foi recusado o abrigo e a protecção a uma mulher com 4 filhos, por não terem espaço para os albergar.
- A construção urgente da casa-abrigo na Ilha Terceira. A casa de acolhimento que existe presentemente naquela ilha, acolhe mulheres com qualquer tipo de problemática, quer sejam

toxicodependentes ou prostitutas, quer sejam mulheres vítimas de violência doméstica, na grande maioria dos casos, acompanhadas pelos seus filhos.

- Criar ou adaptar uma estrutura física que sirva de ponto de encontro do agressor com os seus filhos. Há que promover a ligação do agressor com os filhos, num ambiente seguro e devidamente acompanhados com vigilantes, animadores etc., em horário pós-laboral e aos fins-de-semana.

Deputado Francisco Coelho (PS): Antes era na rua.

A Oradora: Por outro lado, é fundamental avaliarmos as soluções jurídico-penais quanto à prevenção e punição da violência doméstica, assegurando uma eficaz dissuasão da prática criminosa e uma moldura penal que proteja o bem jurídico essencial: a integridade física e psíquica da vítima.

E finalmente, uma palavra para nós mulheres, que somos as maiores vítimas da violência doméstica. Não devemos baixar os braços, deveremos ter uma atitude pró-activa ao enfrentarmos este flagelo. Não podemos de modo algum ficar silenciosas perante tamanha monstruosidade, não podemos de modo algum fingir que tudo está bem. Quanto mais eficazes e activas formos no combate à violência doméstica, mais casos serão denunciados e conhecidos.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

A Oradora: Quanto mais apoio sentirem as vítimas de violência doméstica, mais ânimo e coragem terão para denunciarem os maus-tratos a que estão sujeitas. E como já tive oportunidade de aqui dizer, nesta Assembleia em outras ocasiões, cabe, sobretudo, a nós mulheres mudarmos as mentalidades mais machistas, inverter a lógica dos pensamentos, dos hábitos, dos papéis e dos preconceitos pré-concebidos atribuídos às mulheres e aos homens, quer através do nosso importantíssimo papel como mães, na educação dos nossos filhos, quer como profissionais, quer como cidadãs, quer pelo facto de sermos simplesmente mulheres.

A sociedade tem ainda um longo caminho a percorrer. E o caminho faz-se caminhando.

Disse.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de deputados da bancada do PSD)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

A Sra. Deputada Piedade Lalanda tem a palavra.

(*) Deputada Piedade Lalanda (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Queria felicitar, como é óbvio, a Sra. Deputada Maria José pela sua intervenção e pela temática trazida e, sobretudo, felicitar por ter conseguido romper o silêncio do PSD de pelo menos 12 anos, ou de quase 12 anos.

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Muito bem!

A Oradora: Porque, antes de 96, não havia mulheres vítimas de violência. Ou, pelo menos, não havia resposta na sociedade açoriana para mulheres vítimas de violência.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Se a senhora o diz, quem somos nós para o negar?

A Oradora: Posso-lhe garantir que a primeira casa de abrigo para mulheres vítimas de violência foi criada em 1993, em Ponta Delgada, e constitui o Centro de Apoio à Mulher.

Sra. Deputada, apesar de ter dito que a nossa Região tinha um número elevado de casas nesta área, ou de estruturas nesta área, mas que era preciso fazer mais, como é sempre bom dizermos que é sempre preciso fazer mais, o certo é que a nossa Região foi pioneira mesmo em relação ao país, em 93, quando...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Em 1993.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Ah, em 1993.

A Oradora: ...como eu disse há pouco, nos Açores parecia que não havia mulheres vítimas de violência. Essas instituições são bastante anteriores ao gabinete da APAV. Essas instituições, nomeadamente o Centro de Apoio à Mulher de Ponta Delgada, fazem campanhas de prevenção junto de todas as escolas da Região. Não vão eventualmente a todas as ilhas, mas fazem campanhas. Sobretudo ao nível da ilha de São Miguel já fazem, há dez anos, campanhas. Fazem inclusive campanhas de prevenção nos chamados cursos de preparação para o matrimónio. Não foi aqui feita referência a esta instituição. Não foi feita referência à instituição Novo Dia. E não foi feita referência a uma estrutura extremamente importante, que é a resposta àquilo que a Sra. Deputada referiu a propósito inclusive das questões de habitação, que é a Rede Integrada de Apoio à Mulher Vítima de Maus Tratos.

Ou seja, actualmente, semanalmente, há uma equipa que se reúne para tratar casos, há uma equipa que se reúne mensalmente com várias instituições para que não haja desperdício de recursos, para que haja uma resposta integrada em relação aos casos de vítimas de violência. É realmente interessante ver que o PSD está a acordar para a questão da violência das mulheres, é realmente interessante que a Sra. Deputada faça um apelo às mulheres que não é preciso calar, e é também interessante verificar que foi num governo do Partido Socialista que esta situação foi considerada crime e que hoje é possível, realmente, agir judicialmente, porque isto é um crime contra a dignidade humana.

Portanto, é realmente interessante que os senhores estejam a louvar as iniciativas que não foram capazes de tomar.

Deputado Nuno Amaral (PS): Muito bem!

(Aplausos de deputados da bancada do PS)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Nos dias 25 e 26 de Março último decorreram, no Pico, as XV Jornadas Parlamentares Socialistas desta Legislatura, cuja preocupação dominante foram as políticas de saúde e de solidariedade social dos Governos do Partido Socialista. No decurso das jornadas, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista visitou o Centro de Acolhimento de Crianças e Jovens da Candelária, os Lares de Idosos de S. Roque, Piedade e Madalena, tendo-se igualmente inteirado da fase do concurso do Lar de Idosos das Lajes.

Na área das instituições, dos equipamentos sociais e dos utentes que deles usufruem, constata-se que, entre 1996 e 2007, a Região sofreu uma profunda transformação e evolução, tendo o número de instituições com acordos de cooperação passado de 121 para 223 e de cerca de 15 milhões de euros ano para mais de 33 milhões de euros ano, num montante global superior a 200 milhões de euros entre 1996 e 2007 ou, não fosse este um período de governação socialista.

Nesta área e, no que diz respeito à infância e juventude, realça-se o facto de o número de Creches ter crescido 73%, passando de 30 para 52, servindo 1.723 utentes; de o número de

Jardins de Infância ter passado de 46 para 55, servindo 2.069 utentes, num crescimento de 25%; de o número de ATL'S ter crescido 325%, passando de 28 para 118, servindo 4.845 utentes, um crescimento de 321%; e de o número de Lares de Jovens ter crescido 94%, passando de 18 para 35.

Ainda neste período e nesta área social e no que diz respeito à Família e Comunidade, os Centros de Acolhimento para os Sem Abrigo passaram de 1 para 8, os Centros de Acolhimento Temporário para Mulheres passaram de 1 para 7 e os Centros de Promoção e Emprego Social passaram de zero para 19, servindo 1.056 utentes.

No que diz respeito à Invalidez, Reabilitação e Terceira Idade constata-se que os Centros de Actividades Ocupacionais passaram de 5 para 15, servindo agora 394 utentes e já não, como em 1996, 89 utentes. Existem também, desde 2005, 9 Centros de Atendimento/Acompanhamento e 4 Residências para Cidadãos Portadores de Deficiência. O número de Cidadãos apoiados pelo Serviço de Ajuda Domiciliária cresceu 36%, o número de Centros de Dia cresceu 66% e o número de Centros de Convívio cresceu 186%, servindo mais de 4.000 utentes, tendo o número de Lares para Idosos crescido 25%, servindo agora 969 utentes.

Senhor Presidente, Senhoras e senhores Deputados,

Senhora e senhores Membros do Governo,

No Pico existem 4 ATL's, 1 Centro de Acolhimento Temporário, 3 Creches, 3 Jardins de Infância, 1 Centro de Atendimento, 1 Centro de Actividades Ocupacionais, 18 Centros de Convívio, 1 Centro de Dia, 3 Lares para Idosos e um quarto em fase de adjudicação, 2 Centros de Acolhimento de Crianças e Jovens e 5 Serviços de Ajuda Domiciliária, apresentando todos parâmetros de excelência idênticos às demais ilhas da Região, e daquela que é a melhor rede de apoio social do País. É também assim, defendendo direitos sociais fundamentais, que se luta contra a pobreza e se promove a coesão social. Que diferença, Senhores Deputados, que diferença!

Senhor Presidente, Senhoras e senhores Deputados,

Senhora e senhores Membros do Governo,

Nestas XV Jornadas Parlamentares Socialistas desta Legislatura realizadas no Pico, houve ainda oportunidade para visitar os Centros de Saúde das Lajes, de S. Roque e da Madalena e

ainda de reunir com a Administração da Unidade de Saúde da Ilha do Pico e com o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

O Serviço Regional de Saúde, criado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 32/80/A, de 11 de Dezembro, com a entrada em vigor do Decreto Legislativo Regional n.º 28/99/A, de 31 de Julho que, em desenvolvimento dos princípios estabelecidos pela Lei de Bases da Saúde – Lei n.º 48/90, de 24 de Agosto – veio reforçar a garantia de acessibilidade e qualidade dos cuidados de saúde, promovendo modelos de organização adequados à nossa realidade geográfica através da gestão descentralizada e participada, e da busca de maior racionalização da utilização dos recursos disponibilizados e da promoção e obtenção de ganhos em saúde para as populações. Tudo isto, sem prejuízo da necessária introdução de algumas modificações estruturais e funcionais, evidenciando-se a adequação do Serviço à realidade «ilha», procurando dar localmente o máximo de respostas às necessidades de saúde dos seus utentes.

Este serviço gere actualmente 3 Hospitais E.P.E. – Entidades Publicas Empresariais –, 11 Centros de Saúde, 2 Unidades de Saúde de Ilha que integram 5 Centros de Saúde, 125 Extensões e 1 Centro de Oncologia.

Em 1996, o Serviço Regional de Saúde tinha ao seu dispor 350 Médicos e actualmente tem mais de 500. Tem ainda 1320 Enfermeiros, 229 Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica ao que acrescem mais 2367 outros funcionários. Só nesta Legislatura, serão admitidos 419 Enfermeiros para os Centros de Saúde e Unidades de Saúde de Ilha e 120 para os 3 Hospitais E.P.E. Assim sendo, a Região possui 17,9 profissionais de saúde por cada mil habitantes, sendo 2,1 Médicos, 5 Enfermeiros e 1,1 Técnicos de Saúde.

Em 2007, nos Centros de Saúde, o número de consultas cresceu 7,46%, o número de urgências decresceu 5,61%, o número de análises cresceu 13,05%, o número de RX decresceu 5,21% e o número de ecografias cresceu 2,63%. No mesmo período, e nos Hospitais, o número de consultas cresceu 2,17%, o número de urgências cresceu 1,67%, o número de análises cresceu 3,18%, o número de RX decresceu 2,5%, o número de ecografias cresceu 15,6% e o número de TAC's cresceu também 2,3%. Ainda neste mesmo ano, a deslocação de especialistas para realizarem primeiras consultas cresceu 2,46% e para as consultas seguintes cresceu 20,03%. A deslocação de doentes das Unidades de Saúde de Ilha e dos Centros de Saúde cresceu 4,8% e dos Hospitais decresceu 1,9%.

O orçamento do Serviço Regional de Saúde, para 2008, cresceu 4% e irá ultrapassar os 200 milhões de euros sendo que, os orçamentos dos Centros de Saúde e do Centro de Oncologia dos Açores cresceram 2% e os orçamentos dos Hospitais cresceram 7%.

Senhor Presidente, Senhoras e senhores Deputados, Senhora e senhores Membros do Governo,

Criada pelo Decreto Regulamentar Regional nº35/2002/A, de 21 de Dezembro, posteriormente alterado pelo Decreto Regulamentar Regional nº 16/2003/A, a Unidade de Saúde da Ilha do Pico constituiu-se pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira, integrando o Serviço Regional de Saúde, tendo o respectivo Conselho de Administração tomado posse a 1 de Abril de 2004.

A USIP tem como atribuições gerais a promoção da saúde na sua área geográfica e o desenvolvimento de actividades de vigilância epidemiológica, de formação profissional, de investigação em cuidados de saúde, de melhoria da qualidade dos cuidados e de avaliação dos resultados da sua actividade, sendo constituída por três Unidades de Saúde Familiar e Comunitária, três Unidades de Saúde Pública, uma Unidade de Diagnóstico e Tratamento, uma Unidade de Internamento e uma Unidade Básica de Saúde, funcionando distribuídas pelos três Centros de Saúde da Ilha.

Tal como no resto da Região, também no Pico a prestação de cuidados de saúde é hoje, quer em quantidade quer em qualidade, bem melhor do que era no passado. Com a criação da Unidade de Saúde da Ilha do Pico, afirmou-se a Ilha enquanto unidade base da organização, administração e prestação de cuidados e clarificou-se a coordenação dos meios disponíveis localmente, tornando possível conferir uma maior equidade na oferta de cuidados de saúde prestados à generalidade dos utentes. Em 2006, as consultas de Clínica Geral / Medicina Familiar ultrapassaram, já, as 18 mil. As consultas de Medicina Dentária cresceram 54,26% e as de Nutrição e Dietética cresceram 128,8%. As consultas de Especialidades ultrapassaram as 8 mil, a Unidade Básica de Urgência registou uma redução de consultas de 10,26% e os internamentos uma redução de 12,25%. Os Serviços de Enfermagem cresceram 32%, tendo os domicílios ultrapassado os 9 mil.

Dada a dimensão territorial do Pico e a dispersão populacional, os cuidados de saúde a prestar às populações terão que continuar a ter suporte físico nos três Centros de Saúde e no futuro posto médico da Ponta da Ilha. Os ganhos de eficiência têm que advir, por um lado,

da melhoria na prestação de cuidados e, por outro lado, de uma cada vez melhor gestão na continuação, aliás, da que tem vindo a ser feita como o prova o facto de, em 2006, as despesas com pessoal terem crescido apenas 2,55%, o crescimento global da despesa ter sido de apenas 3,49% e de a rubrica Compras ter decrescido 17,86%. Mais ganhos de eficiência advirão com a construção do novo Centro de Saúde da Madalena, cujos terrenos estão em fase de aquisição e cujo plano funcional está a ser elaborado.

Senhor Presidente, Senhoras e senhores Deputados,

Senhora e senhores Membros do Governo,

No actual contexto de profundas mudanças económicas, políticas e tecnológicas, que aceleraram o processo de globalização há muito em curso, surgiram e surgem continuamente todo um mundo de oportunidades, as quais originam necessidades de adaptação e de mudança às organizações, obrigando ao abandono de soluções desenvolvidas sob critérios de utilização muito direccionados e restritos, tipicamente fechadas, não assentes em critérios de normalização, uniformização, flexibilização e intercâmbio de informação entre serviços, instituições e a comunidade em geral.

É neste contexto que surge o Sistema de Informação da Saúde. O SIS-ARD – Sistema de Informação da Saúde-Açores Região Digital é um Sistema de Informação que integrará as diferentes soluções informáticas – clínicas e não clínicas – dos diversos operadores do Serviço Regional de Saúde, formando uma rede regional da Saúde com objectivos de:

Melhorar a qualidade na prestação de cuidados de saúde na RAA;

Controlar a actividade produtiva do SRS e a gestão dos recursos na saúde;

Criar uma relação activa com a comunidade;

Centralizar a informação no utente.

Este sistema de informação, ao permitir uma visão global e permanentemente actualizada da Saúde na Região, trará benefícios a três níveis a saber:

Para os utentes – centraliza nestes a informação, reduz a burocracia e abre novos canais de interacção;

Para os profissionais de Saúde – facilita o acesso à informação de apoio às decisões, elimina redundâncias, potencia a investigação e facilita a partilha de informação entre profissionais;

Em termos de gestão – mais e melhor informação para apoio à decisão, melhor e sempre actualizada informação de gestão, facilitando a decisão e potenciando a sua eficiência e rentabilização.

A saúde é um direito social fundamental. A contínua promoção da saúde e a prevenção da doença têm efeitos individuais, sociais e familiares, que se reflectem, directa e indirectamente, no desenvolvimento comunitário. Importa pois continuar a apostar na promoção do sistema integrado de saúde, na promoção da saúde, na prevenção da doença e na sensibilização do cidadão para a promoção de hábitos, individuais e colectivos, de promoção da saúde.

Disse!

Deputado Nuno Amaral (PS): Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Não havendo inscrições, passamos para a intervenção seguinte.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

A Ilha das Flores é o ponto mais ocidental da Europa, com uma superfície de 142 km² e uma população de cerca de 4000 habitantes.

Foi descoberta em 1450 por Diogo de Teive e seu filho João de Teive. O início do seu povoamento deu-se no reinado de D. Manuel I, no ano de 1510, com povos vindos de várias regiões do continente, principalmente do Norte do País.

A ilha das Flores é uma das mais belas dos Açores. No Verão a ilha é coberta por milhares de hortênsias, predominantemente de cor azul, que dividem os campos ao longo das estradas, nas margens das ribeiras e lagoas.

Não foi em vão que lhe chamaram Ilha das Flores.

A Ocidente o Governo Regional vai uma vez por ano, por obrigação estatutária.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Estive de visita à ilha das Flores, no passado fim-de-semana e vim de lá impressionado com algumas das obras que lá se estão realizando e que alguns dos residentes classificam de barbaridades, as quais estão servindo para, alegadamente, investir o dinheiro que é de todos nós.

A ilha das Flores nunca foi servida pelo cabo submarino de fibra óptica. O recurso ao satélite permite as comunicações, mas com uma má qualidade, mantendo uma forte e inaceitável discriminação dos florentinos e corvinos em relação aos demais açorianos.

Consequentemente as telecomunicações nas ilhas ocidentais ainda hoje só têm duas formas de funcionar: ou funcionam mal, ou não funcionam, pura e simplesmente!

Refiro-me, concretamente, à péssima cobertura das redes das operadoras móveis de telecomunicações e ao acesso à internet. A terceira geração de padrões e tecnologias de telefonia móvel, vulgarmente conhecida por 3G, não existe e a Banda Larga funciona mal, não só em termos de velocidade, como também sofre de repetidas interrupções, com péssimos reflexos sociais e elevados prejuízos na actividade económica! Apesar de tudo, ao fim do mês os florentinos e corvinos são obrigados a pagar exactamente o mesmo.

Passando a outro tema que consideramos muito importante, recordo que, aqui, nesta Assembleia, a 25 de Janeiro de 2006, por proposta do CDS-PP foi aprovada, por unanimidade, a Resolução n.º 2/2006/A, a qual recomendava um investimento mais aprofundado no aproveitamento dos recursos endógenos para produção de energia.

Parece estar esquecida esta Resolução por parte de quem a devia ter colocado em prática. A ilha das Flores tem potencialidades únicas para ser quase que auto-sustentável em termos de produção energética, através dum reforço do aproveitamento dos abundantes recursos eólicos e hídricos, diminuindo drasticamente a sua dependência do exterior.

A obrigação de redução da emissão de gases com efeito de estufa, por via do cumprimento do Protocolo de Quioto, valoriza em muito os investimentos para o aproveitamento das energias renováveis.

Tudo isto faz mais sentido quando se sabe que a EDA, nos últimos anos, adquiriu, no exterior da Região, quota de emissão de CO₂.

O investimento que se possa vir a fazer na aquisição dos equipamentos para a captação e aproveitamento dos recursos endógenos será sempre menor, a médio-longo prazo, do que o constante gasto, cada vez maior, de produção energética a partir de combustíveis fósseis.

A ilha das Flores poderia já ser um exemplo regional, nacional e europeu nesta matéria, com evidentes benefícios ambientais.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Onde a ilha das Flores é já um exemplo de destaque é na gestão de resíduos, uma social-democrata e outra socialista. A lixeira laranja das Lajes, a céu aberto, na proximidade da zona das lagoas, está mais ou menos escondida e só os ventos fazem voar os resíduos e a presença das aves denuncia o crime. A lixeira rosa, de Santa Cruz, está escancarada e situada no cimo de uma encosta montanhosa e à beira da estrada.

Depois de recolhidos os resíduos, estes são encaminhados, alguns quilómetros, até ao vale, para onde são despejados, ficando por ali à espera da máquina para os espalhar.

A vista sobre a dita encosta que se tem da estrada que conduz à freguesia de Ponta Delgada mostra-nos por entre o verde, plásticos, papelões, vidros, restos de carcaças de animais, enfim, uma verdadeira lixeira encosta abaixo.

Isto para além do que a lixeira está a poluir gravemente um curso de água que passa pelo local e que está a contaminar perigosamente o ecossistema.

Atentados maiores ao meio ambiente serão quase impossíveis! É um crime o que está a ser feito nas Flores, em termos ambientais! É verdadeiramente vergonhoso!

Todavia, as políticas de ambiente naquela ilha são ainda mais inovadoras do que se possa pensar. Quando, cada vez mais, se ouve falar em Reduzir, Reutilizar e Reciclar (a política dos três “R” consagrada na Conferência da Terra, no Rio de Janeiro, em 1992), nas Flores esta política ganhou uma nova dimensão – é complementada pela política dos três “E”.

Nas Flores Escava-se, Enterram-se e Escondem-se os pneus usados.

No que concerne à conservação do património cultural, também nas Flores as políticas são inovadoras. Integrado no projecto de construção do novo hotel da ilha está o projecto de recuperação e adaptação da antiga Fábrica da Baleia a núcleo museológico, ou centro de interpretação ambiental, como mais pomposamente tem sido chamado.

A primeira medida a tomar foi a destruição total dos antigos tanques de óleo para, segundo julgamos saber, voltar a construí-los. Isto sim é preservar o património!

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Relativamente ao Hotel de quatro Estrelas que está a ser edificado ao abrigo dos incentivos às chamadas “Ilhas da Coesão”, importa fazer algumas considerações.

Desde logo a necessidade do investimento que nos parece, neste momento, não existir e não ser prioritário para a ilha. Construir um hotel a poucos metros de outros dois é estrangular a iniciativa privada existente, em vez de a incentivar e apoiar para esgotar a capacidade instalada, algo que está ainda longe de acontecer.

Por outro lado, a localização da nova unidade hoteleira. Fica em cima de uma falésia, o que nos levanta dúvidas do ponto de vista do cumprimento da legislação aplicável sobre planeamento do território e preservação da orla costeira.

Depois, porque quem utilizar os serviços daquele hotel ficará sempre sujeito a uma envolvimento exterior desagradável. Quer isto dizer que o hóspede, ao sair do hotel, alguns dias sob um chuveiro de água salgada, depara-se, de imediato, com uma zona industrial; se virar à direita terá de passar por um bairro degradado e se virar à esquerda leva com a sucata das oficinas instaladas na tal zona industrial.

No entanto, mais uma vez se comprova a inovação nas políticas. Nada que nos espante, mas que nos desagrada e cria um sentimento de indignação pela má aplicação dos dinheiros públicos que é feita no âmbito desta “nova geração de políticas”.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Para terminar, mais um mau exemplo das políticas socialistas nas Flores – a Saúde.

A saúde na ilha das Flores é muito mal tratada. O Governo não investe devidamente. Não existem meios auxiliares de diagnóstico que tenham condições para trabalhar, como é exemplo o RX.

Faltam, pelos vistos, médicos no Centro de Saúde de Santa Cruz.

A Telemedicina não funciona por manifesta incompetência política, apesar de existir na unidade de saúde de Santa Cruz, há muitos anos, o equipamento para o efeito.

Onde se deve investir convenientemente não se investe.

Terminaria dizendo que os florentinos merecem ser melhor tratados.

Presidente: Muito obrigado.

Estão inscritos os Srs. Deputados Manuel Herberto Rosa, António Gonçalves, José Eduardo e a Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar. Vou encerrar as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

(*) Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Sr. Deputado Artur Lima, V.^a Ex.^a esteve nas Flores, no exercício de um direito e de uma obrigação enquanto parlamentar. Espero que tenha sido muito bem tratado, porque os florentinos mereciam, também, que V.^a Ex.^a os tratasse um pouco melhor, desde logo com mais algum rigor.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É verdade, falar em barbaridades em termos dos investimentos públicos que se estão a realizar nas Flores, eu penso que, no mínimo, será deselegante, mas eu, obviamente, gostava de aprofundar essa sua afirmação, concretizando-a.

Assim, gostava que V.^a Ex.^a, desde logo, me dissesse porque é que considera que construir um hotel de quatro estrelas numa ilha com o potencial turístico que V.^a Ex.^a começa por reconhecer, como é a Ilha das Flores, que considera uma das mais bonitas, é uma má iniciativa. Onde é que V.^a Ex.^a encontra o *handicap*, o aspecto negativo, da construção de um hotel de quatro estrelas na ilha das Flores?

Eu, se não fosse deputado regional, se fosse apenas deputado das Flores, e o nosso Estatuto tem essa nuance agora, diria que era a ilha mais bonita dos Açores. Com esse potencial turístico, não sei como é que V.^a Ex.^a se atreve a afirmar que não devia ser construído um hotel de quatro estrelas, com essa categoria e com essa qualidade – construído pelas Ilhas de Valor e não através dos Fundos de Coesão, é também bom que se precise esse aspecto – construído, obviamente, sobranceiro ao mar, numa falésia e com vista para o Corvo, como aliás na sua ilha há, por exemplo, o Hotel do Caracol, ou como há, na Madeira, inúmeros hotéis que ficam sobre as falésias, sobranceiros ao mar, tirando partido exactamente desse interface entre a terra e o mar que é tão característico das nossas ilhas.

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Muito bem!

O Orador: Gostava, obviamente, que V.^a Ex.^a me esclarecesse se entende que, nas Flores, por uma qualquer fatalidade do destino, nós devíamos estar, digamos, limitados a uma espécie de “*pensão da morte lenta*”.

Depois, quero dizer-lhe que – porque temos de ser justos – no que V.^a Ex.^a às telecomunicações se referiu, nós subscrevemos integralmente e, obviamente, estamos numa posição diferente, estamos a trabalhar, e a trabalhar afincadamente para que esse problema seja resolvido, seja ultrapassado, e temos boas perspectivas de que ele irá a curto, médio prazo ser ultrapassado.

Relativamente à questão das energias renováveis, Sr. Deputado, hoje, em alguns períodos, cerca de 70% da produção é já com base em energias renováveis, quer a eólica, quer a hídrica. E parece – V.^a Ex.^a também usou aqui o “pelos vistos”, pelos vistos, parece – que não é possível, tecnicamente, ir mais longe nesse aspecto, embora estejam a ser feitos investimentos nesse sentido.

Posso dizer-lhe, V.^a Ex.^a provavelmente sabe, que vai ser construída uma nova central térmica nas Flores, para que a central hidroeléctrica seja aumentada na sua capacidade de processamento da água, e portanto, aumentar essa componente. Mas não é possível irmos para os 100% por questões de regulação, equilíbrios, uma coisa qualquer. De qualquer maneira, a resposta ao seu reparo está a ser dada. Não sei se V.^a Ex.^a considera que está a ser dada pelo facto de ter feito o reparo, nós pensamos que já estava previsto antes de V.^a Ex.^a ter chegado às Flores. De qualquer forma, tem razão, pode-se continuar nesse aspecto.

Há uma coisa em que, sinceramente, V.^a Ex.^a está mal informado: relativamente ao problema da saúde. As Flores, neste momento, para uma população que o último censo apontava de 3998 habitantes, tem 4+1 médicos de clínica geral. Neste momento tem – eu posso dar-lhe os nomes, se quiser –, nos quadros do Centro de Saúde, quatro médicos em permanência e tem mais um médico que faz, rotativamente, dez a quinze dias por mês, desde o princípio deste ano.

Presidente: Sr. Deputado, já terminou o seu tempo, agradecia que concluísse.

O Orador: Vou já terminar, Sr. Presidente, sem prejuízo de poder voltar.

Obviamente que os médicos também adoecem, como qualquer cidadão e, num determinado momento, pontualmente, pode haver menos uma unidade ao serviço, como há em qualquer outro departamento. Pode ter acontecido isso quando V.^a Ex.^a lá esteve. Agora, o que é facto indesmentível é que o Centro de Saúde das Flores tem, neste momento, ao seu serviço, três no quadro, mais dois contratados, são cinco médicos de clínica geral a trabalhar nas Flores.

O novo Raio-X digital – eu diria quase o Raio-X especial – faz parte de um concurso internacional que se está a desenvolver e que, provavelmente, no mês de Junho, as Flores e não só as Flores, outros centros de saúde, terão o novo aparelho de Raio-X. Mas, de qualquer maneira, neste momento não se deixa de fazer radiografias por causa de falta de equipamento, porque há, não só um aparelho de Raio-X, antigo mas que funciona, como há um Raio-X móvel para outras situações.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Gonçalves, tem a palavra.

(*) Deputado António Gonçalves (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs.

Membros do Governo:

Duas palavras, apenas, para agradecer e reconhecer a utilidade das palavras do Sr. Deputado Artur Lima, a achega, a colaboração, que é sempre bem-vinda em relação à minha Ilha das Flores.

De facto, o Sr. Deputado Artur Lima quis acompanhar-me nas minhas preocupações trazendo, na maioria delas, assuntos que eu já identifiquei e procurei trazer a esta casa em outros momentos.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Quanto ao argumentário do meu colega das Flores, Deputado Manuel Herberto, claro que compreendo muito bem o seu papel, o seu estatuto, mas as coisas não estão assim tão bem como ele tenta explicar.

O Sr. Deputado Artur Lima falou em telemedicina, o Sr. Deputado Manuel Herberto falou em número de médicos existentes nas Flores.

O problema da saúde é um problema complicado, um problema que merece muito respeito e muita preocupação da parte de todos nós, merece ser tratado superiormente e em primeiro lugar, à frente de todas as nossas posições políticas e partidárias e portanto, que há investimentos que se estão fazendo nas Flores, isto é verdade, mas que há problemas complicados nas Flores, também é verdade, e uma coisa não pode esconder a outra.

Vozes de deputados da bancada do PSD: E nós precisamos de resultados.

O Orador: Portanto, bem-vindos todos os que queiram defender a Ilha das Flores e as suas potencialidades, nas suas capacidades. Era só isso.

Muito obrigado.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado.

Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Eduardo.

(*) Deputado José Eduardo (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs.

Membros do Governo:

Apenas duas ou três achegas.

Sr. Deputado Artur Lima, trouxe aqui algumas preocupações, algumas um tanto ou quanto infundadas, como já aqui foi referido pelo meu colega, Deputado Herberto Rosa.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quais?

O Orador: No entanto, só para lhe dizer que, também, tal como foi o Diogo de Teive que descobriu as Flores, não terá sido o senhor, neste último fim-de-semana, a descobrir estas preocupações.

Estas preocupações estão elencadas e estão a ser, todos os dias, trabalhadas e, acredite, vão ser resolvidas como se deseja, para bem dos florentinos.

Em relação ao ambiente e às lixeiras, isso é um assunto já mais que debatido e o senhor sabe bem disso, posso adiantar-lhe que os projectos de selagem das lixeiras já estão concluídos, prontos a ser entregues às Câmaras – como bem sabe e melhor do que eu, é uma competência das autarquias – para que estas, assim que estiver concluído o Centro de Valorização e Compostagem, façam a selagem das lixeiras.

Portanto, repetindo a questão, o Raio-X será entregue ainda este Verão. Tenho informações de que será entregue este Verão o aparelho que irá ser adquirido num concurso público internacional.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Permito-me informar a câmara que está a assistir aos trabalhos um antigo Deputado desta casa, Sr. Emanuel Carreiro, o qual saúdo.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Para continuar os esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar.

(*) Secretária Regional do Ambiente e do Mar (Ana Paula Marques): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, de facto eu também tive a oportunidade, para além de ouvir a sua intervenção aqui neste Plenário, de ouvir os comentários que fez na televisão. E fiquei extremamente preocupada porque, efectivamente, relativamente àquilo que diz respeito à

minha área de intervenção, queria dizer-lhe que nada do que disse corresponde, efectivamente, à verdade.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Passou-se.

A Oradora: A fábrica do Boqueirão é, sem sombra de dúvidas, o património de arqueologia industrial de maior referência no Arquipélago dos Açores. Jamais o Governo Regional poderia não ter isto em consideração. E, portanto, o que eu lhe quero esclarecer imediatamente é que, efectivamente, nós vamos manter todo esse património intacto. Está aqui uma das peças do projecto, para que todos possam ter conhecimento. Tenho muito gosto em lhe fazer chegar o projecto, para verificar que os tanques de azeite ficarão valorizadíssimos com a intervenção que o Governo está a fazer.

A ilha das Flores, para a qual nós estamos neste momento a preparar a candidatura à Rede da Biosfera, é também, sem dúvida, a que tem melhores condições ambientais.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah, sim, a nível de lixeiras é um luxo!

A Oradora: Era, de facto, uma ilha que ainda não tinha um Centro de Interpretação Ambiental. Vamos adaptar estes tanques a esse Centro, do qual posso mandar-lhe, também, o programa que irá ser lá implementado. Estamos a falar num investimento, com o hotel e com a recuperação da fábrica para núcleo museológico mais Centro Interpretativo, que ultrapassa em muito os cinco milhões de euros. Se isto não é fazer investimento nas Flores para apoiar a actividade turística, o que é que dirão os florentinos?

Para além disso, queria dizer-lhe, Sr. Deputado, que só na área das pescas nós já investimos mais de quatro milhões de euros durante as legislaturas em que o Governo do PS esteve a governar.

Para além disso, só em protecção costeira, a Ilha das Flores é a ilha do arquipélago onde o Governo mais investiu.

Na última visita à Ilha das Flores, nós inaugurámos a protecção costeira de Santa Cruz, que foi um investimento para mais de 2,5 milhões de euros.

Os nossos compromissos políticos na ilha das Flores estão, senão todos cumpridos, a caminho de estarem todos cumpridos.

Para além do mais, identificou uma questão que me parece muito importante e saúdo-o por a ter aqui trazido, que é a questão dos resíduos que é, de facto, um problema na Região. E nós temos essa percepção. Tanto temos, que o Sr. Presidente do Governo anunciou, aqui nesta

casa e no debate do Orçamento, que iria fazer os investimentos correctos para que nas Ilhas da Coesão resolvêssemos todos esses problemas.

Ainda este mês, senão já para a semana, não lhe posso dizer qual é o dia, sairá o concurso público que vai construir o Ecocentro da lha das Flores, no valor de 3,9 milhões de euros, que vai servir os dois municípios, que finalmente se entenderam relativamente a esta problemática dos resíduos. Aproveito este momento para saudar o trabalho que tem sido feito pelos dois municípios.

Temos um problema nas Flores? Temos, sim senhor. Duas lixeiras a céu aberto que são uma mancha na paisagem das Flores. Estou de acordo consigo. Por isso o Governo, porque também sabemos que este investimento seria muito difícil aos municípios realizá-lo, associou-se e associa-se aos municípios com maiores carências para resolver, na Região, até 2010, o problema dos resíduos. Tanto que este concurso vai ser em conjunto com o da Graciosa, e estamos a falar de um investimento de mais de 8 milhões de euros.

Posteriormente a estarem construídas estas duas infra-estruturas, é evidente que as câmaras têm o compromisso – e nós estamos a terminar a elaboração do projecto – de encerrar as lixeiras que têm a céu aberto. Mas isso só pode ser feito depois das infra-estruturas construídas. Certamente que, este ano, essa obra ainda vai ser visível. É verdade que nós acabámos de, há pouco tempo, aprovar aqui o Plano Estratégico...

Presidente: Sra. Secretária, agradecia que fosse concluindo, muito obrigado.

A Oradora: Terminou já.

Queria dizer-lhe que temos de ter em atenção que, de facto, nós temos a resposta e, portanto, na próxima legislatura, se tudo correr como nós pensamos, estarão construídas todas as infra-estruturas que dizem respeito a estes problemas, não só na Ilha das Flores como no resto do arquipélago.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado.

Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa, tem a palavra para esclarecimentos.

(* Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Gonçalves, Sr. Deputado Artur Lima, reconhecer que nem tudo está bem é a primeira regra. Obviamente que nós queremos sempre mais e sempre melhor.

Nós estamos num mundo em permanente mudança, em actualização, em evolução tecnológica e, portanto, isso nem sequer está em causa. Obviamente que nós partilhamos todos a ambição de querer sempre mais e sempre melhor.

O que está em causa é fazerem-se insinuações e afirmações gratuitas e sem fundamento.

O que se questiona aqui é isto: existem ou não, neste momento, nas Flores, 5 médicos ao serviço do Centro de Saúde? E, numa ilha que tem 4 mil habitantes e quando a OMS indica como rácio óptimo 1500 utentes por médico, nós estamos ou não muito acima dos padrões médios que são estabelecidos para este sector? E se formos à enfermagem também, com 2 ou 3 enfermeiros neste momento, provavelmente também estamos nesses níveis.

Portanto, não se podem confundir questões pontuais de um médico que está doente ou de um médico que está de férias, com o suprir, por parte da administração, das necessidades dos quadros.

O que importa saber, e eu gostava de saber e gostava que o Sr. Deputado António Maria concretizasse, é se isto que eu estou dizendo é verdade ou não. Se existem ou não, neste momento, 5 médicos de clínica geral ao serviço da população das Flores.

Como também gostava que me dissesse, já que diz que está tudo muito mal na Saúde, se é verdade ou não que existe uma política de deslocação de especialistas que vão às Flores cada vez em maior número e com maior abrangência, ou seja, maiores números de especialidades a serem levadas às Flores – Oftalmologia, Estomatologia, Cardiologia, enfim, todas essas especialidades. Se é verdade, também, ou não, que a telemedicina funciona. A telemedicina não é uma coisa que se compra e que se pendura. Telemedicina é a prestação de um cuidado. A telemedicina funciona nas Flores pontualmente, ao nível da Cardiologia, e já salvou vidas.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Em Cardiologia, quando é necessário, quando há alguém com um problema nessa área, o Centro de Saúde das Flores tem condições para se ligar com o Centro Hospitalar de Gaia e tratar devidamente os cidadãos que sofrem dessa patologia, e já foi possível, através da telemedicina, salvar vidas nas Flores. Esperemos que assim continue a ser.

É óbvio que só com outros equipamentos, nomeadamente com o novo equipamento de Raio-X digital, é que será possível termos uma telemedicina mais em permanência mas, de

qualquer forma, dizer que a telemedicina não funciona – obviamente não funciona para os que estão de saúde. Aqueles que precisaram dela souberam para o que é que ela servia e hoje estão muito agradecidos por ela existir.

Depois, sejamos razoáveis. Já devia ter chegado o novo aparelho de Raio-X? Talvez.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é talvez, já devia!

O Orador: Talvez, eu digo talvez. Porque eu pergunto, Sr. Deputado: e a racionalização, em termos de custos? O que é preferível? Comprar pontualmente um equipamento ou fazer um concurso internacional, para que se comprem os equipamentos necessários para dotar os diversos centros de saúde da Região? A política, por uma questão até de compatibilização de equipamentos, foi fazer um concurso público internacional, que está a decorrer e, neste Verão, os equipamentos estarão disponibilizados e estarão ao serviço das populações.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(* Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque tenho, evidentemente, pouco tempo, cumprimentar o Sr. Deputado Manuel Herberto e dizer-lhe que, habilidosamente, fugiu às questões que não lhe interessavam. Embora tenha reconhecido, ao fim e ao cabo, os problemas que eu aqui trouxe, omitiu outros.

Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que eu fui às Flores e fiquei instalado no hotel e não me pareceu que fosse uma “*pensão de morte lenta*”. Portanto, essa classificação do hotel da sua terra fica consigo, não é comigo. Eu fiquei num hotel digno.

Quanto aos médicos, Sr. Deputado, muito rapidamente, interessam os que estão no quadro e os que estão efectivamente ao serviço, não os que já pediram transferência ou os que estão doentes. Se tivesse lá médicos suficientes não seria necessário, Sr. Deputado, vir um todas as duas semanas por mês. Ponto.

Telemedicina: investimento feito, não funciona. Ponto.

Raio-X: ainda não está. Ponto.

Equipamento de análises: ora não funciona ora funciona. Ponto.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Funciona. Quem é que disse que não funciona?

O Orador: Portanto, três pontos que não funcionam.

Muito rapidamente, Sr. Deputado Manuel Herberto, nas Flores realmente falta uma coisa: incluí-las no roteiro turístico regional, onde não estão. Ninguém promove as Flores, nos pacotes turísticos o senhor não vê a promoção da ilha das Flores. Isto era um passo fundamental para uma ilha onde não se faz promoção de turismo. Concordo consigo, realmente é necessário pôr as Flores no roteiro turístico regional.

Depois, os hotéis na Madeira estão em cima da falésia, mas não têm à frente uma lixeira industrial, nem uma zona industrial. Esse é o primeiro ponto.

Sra. Secretária, se me permite, eu vou dizer-lhe, que hoje não é Dia de Petas, porque se fosse Dia de Petas nós até acreditávamos naquilo que V.^a Ex.^a tinha dito. E o que V.^a Ex.^a disse a respeito da Biosfera é, efectivamente, uma peta. Porque ninguém, hoje, classifica as Flores como uma reserva da Biosfera.

Eu pergunto se o que vai candidatar a essa reserva da Biosfera são os pneus enterrados que estão lá nas Flores e que são da responsabilidade da vossa câmara socialista. Esse também vai ser o património que os senhores vão candidatar à Biosfera? Vão ser os pneus que os senhores enterraram nas Flores, isso vai fazer parte dessa candidatura à Biosfera?

Sra. Secretária, aquilo é verdadeiramente vergonhoso. Aquilo é lamentável. A senhora tem competência nessa matéria para resolver esse assunto. Porque é que ainda não se resolveu?

Os senhores ainda não ouviram falar do Valorpneu? O Sr. Presidente de Santa Cruz não sabe o que é o Valorpneu? Enterra pneus. Isto é um crime ambiental de extrema gravidade. Mas a isso os senhores evitaram responder, porque não têm resposta para isso, para esse crime, para essa barbárie, não há, efectivamente resposta. Estão lá, estão enterrados, é só lá ir, até há uma correntezinha para nós entrarmos e vermos onde estão os pneus enterrados.

Quanto às lixeiras, Sra. Secretária, pois eu faço votos que resolvam aquilo muito rapidamente, porque, realmente, é verdadeiramente lamentável, é uma vergonha. Os senhores deviam ter resolvido.

Também a montanha de lixo que tem lá, que já é uma montanha de lixo, que foi enchendo, enchendo, enchendo, e eles agora calcam, calcam, calcam, vai ser monumento candidatável à Biosfera? Vai ser candidatável à Biosfera a montanha de lixo de Santa Cruz?

Sra. Secretária, antes desse projecto há muito, muito, muito, muito a fazer nas Flores, para resolver todos estes problemas ambientais.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado António Gonçalves, tem a palavra.

(*) Deputado António Gonçalves (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Claro que eu tenho de responder ao meu colega Manuel Herberto.

Devo dizer-lhe que, de facto, a ilha das Flores tem o contrato com 5 médicos, isso tem, agora também tenho de pegar nas palavras do Sr. Deputado Artur Lima e perguntar-lhe se esses médicos têm realmente uma boa permanência nas Flores e uma efectiva permanência de trabalho nas Flores. Se o Sr. Deputado tem ou não tem conhecimento das suas ausências, justificadas ou não, quando é que voltam, quando é que estão, de quanto em quanto tempo é que temos efectivamente 5 médicos nas Flores.

Queria perguntar também ao Sr. Deputado se ele está satisfeito com a saúde que tem na sua ilha – se o tranquiliza, ao anoitecer, ao chegar o Inverno, se ele se sente bem com a política de saúde que tem sido desenvolvida nas Flores.

Queria também perguntar-lhe se ele está satisfeito com a política de deslocação nas Flores, com as consultas de especialidade, que são feitas, sim senhor, de acordo com aquilo que o Centro de Saúde pede todos os anos, mas se o trabalho que os especialistas fazem nas Flores é um trabalho eficaz ou se eles estão nas Flores apenas como angariadores de consultas para os seus gabinetes e para os seus consultórios, nas ilhas grandes, nomeadamente.

O Sr. Deputado tem consciência ou comunga comigo nalguns desses aspectos, ou não tem nenhuma noção de nada disso?

A telemedicina atingiu, para si, o objectivo para o qual foi criada nas Flores e que foi uma bandeira do Partido Socialista a título experimental, que foi uma bandeira importante e que nos trouxe a todos muitas expectativas? Acha que com as comunicações que temos e com a falta do cabo de fibra óptica que o senhor acabou de reconhecer, ela pode funcionar como é devido?

Falar da saúde nas Flores é uma coisa que nos preocupa, não é uma coisa que nos dá prazer só pelo facto de repisar, ou falar e fazer política nesta casa.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar, tem a palavra.

(*) Secretária Regional do Ambiente e do Mar (*Ana Paula Marques*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só para informar o Sr. Deputado Artur Lima de que o Governo tem adjudicado um concurso público internacional que já está, de facto, a limpar o passivo ambiental dos pneus da Região Autónoma dos Açores que, em 30 anos, nunca foram limpos. Trata-se de mais de 6 mil toneladas. Acabámos de limpar Santa Maria, já limpámos uma parte de São Miguel, vamos limpar a Terceira, estamos agora no Pico e também iremos às Flores. Relativamente à política ambiental, o Governo não olha se as câmaras são rosas ou são laranjas, porque a política do Governo é para, de facto, implementar.

Relativamente a esse fenómeno de que o senhor fala e que, de facto, nós lamentamos, a câmara já foi oficializada porque, aliás, o contrato que temos com a empresa que vai limpar o passivo ambiental é para a Região e as Flores não são excluídas dessa situação. A responsabilidade de os desenterrar é de quem os enterrou e nós vamos pagar o transporte, porque temos esse serviço contratualizado. É assim que vamos proceder, porque as Flores não vão ser tratadas de uma forma diferente só por ser uma câmara rosa ou por ser outra coisa qualquer. Nessa situação, posso descansar o Sr. Deputado porque a nossa política, nesta área e em todas, não vê se é rosa ou se é laranja. Todos terão de cumprir, porque é para isso que estamos cá.

Eu acho que os florentinos não gostaram, sobretudo os seus eleitores, de uma parte da sua intervenção...

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Ah, gostaram, gostaram.

A Oradora: ...em que diz que aquela zona, onde está a ser feito o investimento de 5 milhões de euros, é uma zona tão feia e tão desgraçada, já que se trata de uma zona que é sítio de interesse comunitário e que está perfeitamente enquadrada. Tem, de facto um problema de algum enquadramento, como o senhor diz, de indústrias, mas isso fica um pouco distante do sítio onde o Governo está a fazer o investimento e, portanto, eu penso que isso não é assim.

Relativamente à questão da Biosfera quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que o problema das lixeiras não é um problema tão difícil de resolver.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Pois não é!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Então porque é que não está resolvido ainda?

A Oradora: O projecto está feito e as câmaras vão cumprir, porque é esse o entendimento que nós temos com elas. Trata-se depois de encerrar tecnicamente a lixeira e aquilo, daqui a uns anos, até pode ser uma bonita floresta endémica.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Pelo mar abaixo.

A Oradora: Não, pode ser, porque hoje há técnicas para fazer isso. Deixei é construir o equipamento que temos, e depois vamos ver como é, se as câmaras irão ou não cumprir aquilo que está pré-determinado e estabelecido.

É evidente, como eu lhe disse, e saudei-o por ter feito essa intervenção, que a nível dos resíduos nós ainda temos problemas na Região. Mas temos um programa, um projecto e um plano para 7 anos. Um plano para 7 anos que vamos cumprir.

Assim, queria dizer-lhe com toda a segurança que nós não andamos aqui a levantar questões que não digam respeito aos problemas que estamos a resolver com os açorianos. É para isso que cá estamos, temos plena consciência daquilo que já fizemos, daquilo que ainda não fizemos e também uma força imensa para concretizar tudo aquilo que nos propusemos fazer. A questão dos resíduos até nem fazia parte do nosso programa eleitoral. Mas passou a fazer, quando verificámos que era um problema que os municípios, sozinhos, não conseguiam resolver, sobretudo destas ilhas que já estão identificadas.

É assim que vamos fazendo. É tentando resolver as dificuldades e aquilo que nos aparece no dia-a-dia. E por isso temos este projecto, que vai ser concretizado e o Sr. Deputado Artur Lima, quando voltar numa próxima visita, já vai ver que tudo isto está ultrapassado.

Eu tenho muito gosto em enviar-lhe o projecto do centro, para ver que nós estamos a respeitar aquele património que é, de facto, dos melhores conservados dos Açores, naquilo que diz respeito à arqueologia industrial. O senhor vai ter também, como açoriano, um enorme orgulho naquilo que o Governo está a fazer nas Flores.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado.

Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa, tem a palavra.

(* Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Obviamente que a visita foi curta, V.^a Ex.^a teve pouco tempo para ir às Flores e tinha muita coisa para ver e, portanto, algumas coisas – muitas coisas – ficaram pela rama. Se não tivesse sido isso, certamente a sua intervenção teria sido diferente e teria sido mais equilibrada.

Porque eu não disse, mas não disse mesmo, que as Flores tinham a “*pensão da morte lenta*”.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Foi o que eu percebi!

O Orador: O que eu perguntei era se V.^a Ex.^a achava que uma ilha com o potencial das Flores deveria, eventualmente, ser confinada a um tipo de “*pensão da morte lenta*”. Não disse que nós tínhamos nada disso, nós temos dois hotéis que têm dignidade mas a ilha não pode ser colocada nos circuitos turísticos precisamente porque não tem hotelaria de um determinado padrão, que hoje está definido como de referência para os pacotes das agências, e por isso não está incluída nos circuitos.

Sr. Deputado, por alguma razão todos os hotéis ou praticamente que se têm construído nos Açores nos últimos anos obedecem a um determinado padrão, obedecem a uma determinada tipologia. Certamente não é apenas pela vontade de gastar dinheiro nem pela vontade de investir num hotel de quatro estrelas. É porque isso faz parte de uma estratégia.

As Flores, obviamente, para serem integradas numa estratégia regional de turismo, têm de também ter unidades hoteleiras com essa qualidade e essa categoria, como vai ter a Graciosa, como tem a Terceira, como tem o Faial, como tem São Miguel, como tem Santa Maria, como têm as outras ilhas todas, com a exceção, neste momento, do Corvo.

Portanto, quanto a isso penso que estamos esclarecidos.

Depois, a questão da localização. Por exemplo, a visita de V.^a Ex.^a foi rápida. Não teve possibilidade de saber que Santa Cruz das Flores já tem PDM, ao fim de muitos e muitos e muitos anos. E o PDM já reclassificou a zona industrial do Boqueirão, que já não é zona industrial. Ou seja, a zona industrial, enfim, paulatinamente, terá de ser deslocalizada, a nova zona industrial é situada na zona dos vales, onde aliás já há duas unidades industriais, o matadouro e a fábrica de laticínios. Assim, ainda vai ver que nós iremos ter ali as “docas” de Santa Cruz, aquilo vai ser uma zona “altamente” e nós ainda iremos, todos, passar por lá e divertirmo-nos muito.

Mas vou voltar a uma questão que nos tem de preocupar, tem de preocupar a todos, os que estão saudáveis porque amanhã podem não estar, e os que estão doentes porque obviamente necessitam de cuidados.

Eu não sou polícia, Sr. Deputado António Maria, certamente terei vocação para alguma coisa, mas não dentro da polícia. O que eu sei é que os médicos são funcionários públicos. Dos 5 médicos que estão ao serviço nas Flores, 3 são funcionários públicos, integram os quadros da unidade de saúde e estão sujeitos às regras de férias, feriados e faltas, como qualquer outro profissional que seja funcionário público. Um deles tem um contrato a termo e o outro está em contrato de prestação de serviços através de uma empresa.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não me diga que não sabe disso!

O Orador: Estas coisas obedecem à legislação. O Sr. Deputado, se fizer uma consulta à legislação que regula os contratos de trabalho, quer da Função Pública, quer os contratos individuais de trabalho, vai saber. E, se tem alguma coisa a denunciar, pois tem obviamente todos os mecanismos para o fazer, às autoridades competentes.

Eu, tanto quanto sei, não tenho nenhuma informação que me diga que os profissionais ao serviço da saúde das Flores não cumprem escrupulosamente aquilo a que estão obrigados em termos de deveres e obrigações, e que a Região cumpre para com eles os direitos que também lhes assistem.

Presidente: Sr. Deputado, já terminou o seu tempo.

O Orador: Portanto, quanto a isso, eu não sei mais nada.

Já vou terminar, Sr. Presidente, dizendo apenas o seguinte: temos de entender do que é que estamos falando. E quando falamos de telemedicina, temos de distinguir duas coisas: uma coisa é um sistema regional que, obviamente, não está implementado, porque enquanto o sistema de informação de saúde, enquanto os Açores Região Digital não estiverem em pleno, é óbvio que não será possível integrar tudo isto.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é óbvio!

O Orador: A marcação de consultas, tudo isto terá de passar por outra fase. Agora, a Ilha das Flores foi pioneira numa coisa, é que tem, neste momento, um acordo com o Centro Hospitalar de Gaia, que na área da Cardiologia, e eu volto a repisar isso, permite que a telemedicina funcione e já permitiu, com elevados ganhos, salvar vidas.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Eduardo, tem a palavra.

(* Deputado José Eduardo (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu já estava posto em sossego e quase que...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Então vou dar-lhe um conselho: fique em sossego.

O Orador: Acha? Muito bem.

Então, Sr. Deputado Artur Lima, eu tenho alguma pena de o senhor ter ido às Flores falar de energia eólica quando nós já fomos lá, e eu estive presente, na Comissão de Economia, já ouvimos o Engenheiro Jaime Medeiros e o Engenheiro Hélio Freitas falar e não sei se foi às Flores e leu o relatório a seguir, porque realmente, e já foi dito pelo meu colega Herberto Rosa, a Ilha das Flores tem uma produção já superior ao seu aproveitamento, não se pode ultrapassar os 20%...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor fique sossegado porque não sabe o que está a dizer.

O Orador: Muito bem. Tal como o senhor tem o direito de querer que as suas questões sejam verdadeiras e pertinentes, eu também tenho o direito de querer que as minhas respostas sejam verdadeiras e pertinentes.

Deputado António Toste (PS): Muito bem!

O Orador: É que brincamos mas só quando eu deixar.

Como eu li num artigo – onde o CDS/PP é governo sabe governar bem –, o senhor não foi visitar a zona da Capela da Senhora da Guia, para falar de lixos e de lixeiras. Mas isso fica para a próxima visita.

Quanto ao Sr. Deputado António Maria, ao seu último parágrafo, foi esse que me fez voltar a intervir. Não fazer política com a Saúde? Sr. Deputado, poupe-me. Cada vez que cai uma dobradiça é o senhor a fazer requerimentos, a fazer intervenções e a enviar a toda a gente.

Para fazer política é preciso ser-se verdadeiro, pertinente nas questões, mas também pertinente nas respostas. Se acha que as suas questões são verdadeiras, também tem de ter as respostas do Governo por verdadeiras até prova em contrário. Já que não quer fazer política com a Saúde e com os outros assuntos das Flores, recomendo que envie também as

respostas aos seus requerimentos, nomeadamente os da Saúde, o 226, o 294 e o 303. Faça-me esse favor e, aí, depois, venha dizer que não brinca à política com a Saúde.

É só isso.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de deputados da bancada do PS)

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(* Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria agradecer a simpatia da Sra. Secretária do Ambiente, de ter oferecido aqui o projecto – e a cores – mas nota-se que ele foi amputado, aqui, na zona industrial, que falta aqui, nesta zona.

De maneira que lhe agradeço a simpatia.

Eu queria só dizer-lhe uma coisa, Sra. Secretária, no pouco tempo que tenho: a Sra. Secretária referiu que a zona industrial fica longe. Sra. Secretária, é atravessar a rua, é na outra valeta.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): E o porto de Ponta Delgada? Não falou nele.

O Orador: Mas eu não resisto a fazer-lhe mais uma pergunta, no pouco tempo que tenho. Aquelas fossas que estão a fazer no meio da rua, no meio da estrada, onde abriram uns buracos e estão lá a fazer as fossas do hotel, as fossas sépticas, para que ETAR é que vão? É só essa pergunta.

Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): As fossas sépticas não vão para ETAR nenhuma.

Presidente: Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar, tem a palavra.

(* Secretária Regional do Ambiente e do Mar (Ana Paula Marques): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, sobre a pergunta que me fez, eu não sei que buracos andam a fazer no meio da obra, porque ainda não fui ver esta obra...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Fale de ETARs.

A Oradora: ...mas sei que o projecto está licenciado, porque foi aos nossos serviços e, portanto, relativamente ao tratamento das águas residuais, eu penso que o senhor deve fazer essa pergunta ao município.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A senhora dá-se melhor com eles do que eu!

A Oradora: Porque, que eu saiba, terminou no ano passado uma primeira fase do saneamento da Vila de Santa Cruz e penso que, na segunda fase – penso não, tenho a certeza – está prevista a construção da ETAR e, portanto, penso que isso será, até, realizado durante este quadro comunitário de apoio.

Mas, relativamente à questão, se estão a fazer ou não buracos para fossas, eu penso que isso é uma questão que nos ultrapassa, porque um projecto, quando passa pelo licenciamento da câmara, tem de ter previsto o licenciamento para a emissão de rejeição das águas residuais e, portanto, isso é questão que nem sequer me preocupa neste momento.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Concluimos este debate sobre os problemas das Flores.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

Deputado António Ventura (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo já não governa no sector da Agricultura.

Falemos mais uma vez sobre Agricultura, mas hoje falemos da inoperância e do desinteresse do Governo Regional para este sector.

O Governo está ausente e são vários os sinais desta ausência.

O subsector da produção de carne de bovino está órfão, estamos perante uma crise sem precedentes, nem mesmo os anos das “vacas loucas” foram tão negativos para o rendimento dos Produtores, como este ano.

Mais grave do que o preço baixo é a falta de escoamento de bovinos, que leva a estados de subalimentação nas explorações.

A encruzilhada dos Produtores de carne é visível. Sem escoamento, com o preço do quilo da carne a descer e sem possibilidades de recurso aos fertilizantes, atendendo ao seu elevado preço, encontram-se num “beco sem saída”.

Perceba-se a dimensão do problema, perceba-se que toda a actividade pecuária da Região depende, também, da produção de carne, pois são os Produtores de carne que compram os

bovinos dispensáveis nas explorações de leite contribuindo para os rendimentos dos produtores de leite.

Todavia, os negócios não se fazem. Nos principais mercados de gado, ninguém compra vitelos e as explorações de leite estão a ficar sobrelotadas com bovinos.

Situação que, para além de acarretar mais custos na alimentação e na mão-de-obra, pode implicar níveis elevados de encabeçamento nas explorações, pondo em risco o pagamento dos apoios comunitários.

A crise não é circunscrita ao subsector da carne, pelo contrário, provoca um “efeito dominó” sobre toda a actividade pecuária.

Repare-se que o preço das rações e dos adubos não pára de subir, inclusive, o preço dos adubos sobe de quinze em quinze dias.

Deputado Luís Henrique da Silva (PSD): Muito bem!

O Orador: Neste momento, os Agricultores retraem-se, compram menos fertilizantes, o que está a originar uma diminuição da produção de pastagem, que por sua vez pode originar um decréscimo da produção de leite e de carne.

Diminuir a quantidade de leite e o rendimento de carcaça traduz-se numa economia mais débil nos Açores.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmos. Sras. e Srs. Deputados

Exmo. Sra. e Srs. Membros do Governo

Verificamos que não existem medidas tendentes a solidificar delineamentos de comercialização de carnes de bovino que possibilitem um desejável encurtamento da fileira, de modo a que esta possa tornar-se crescentemente competitiva, com o produtor mais próximo do consumidor.

Falta estratégia e acompanhamento. Para vós tudo gravita à volta das salas de desmancha, parece que o vosso trabalho termina aqui, quando é precisamente o contrário, este é o ponto de partida.

É escasso o apoio à investigação científica e não existe a apregoada extensão rural.

Falta, identicamente, visibilidade para o consumidor, isto é, estão ausentes campanhas de promoção qualitativas da carne qualificada, justificadas pela pesquisa científica. Existe uma diferença na carne produzida nos Açores de ordem intrínseca que deve ser relacionada com a saúde humana.

As crises podem-se prever para, atempadamente, combater-las, mas não existem estudos de previsibilidade. Parece que o Governo se senta à espera dos desastres, não possui visão de adaptabilidade.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: A crise no subsector da produção de carne é real e persiste há algum tempo e não se conhecem medidas ou acções do Governo Regional para amortecê-la.

A par destas grandes dificuldades na carne a crise está a bater à porta da produção de leite.

Afinal, o PSD tem razão sobre a inutilidade do Governo Regional nesta matéria.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Agora, diz o Governo que é preciso compreender os preços, mas meus senhores, nós já dissemos isto há um ano, quando propusemos o Observatório dos Preços.

Deputados Clélio Meneses, Mark Marques e Aires Reis (PSD): Muito bem!

O Orador: Em bom rigor a maioria parlamentar do PS é responsável por esta descida do preço do litro de leite pago ao produtor, pois se a solução passa por conhecer as diferenças de preços entre o continente e os Açores, então foram os senhores que impediram este conhecimento.

Deputados Clélio Meneses e António Marinho (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Agora, forma-se um grupo de trabalho, para estudar e aconselhar esta questão do preço do leite, no entanto o preço do litro de leite desceu e vai continuar baixo.

Na agricultura, o Governo não quer governar, a maioria do PS decide mal e em consequência existem claros prejuízos para todos os Açorianos.

Disse

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de deputados da bancada do PSD)

Presidente: Estão inscritos os Srs. Deputados Luís Paulo Alves, Henrique Ventura e António Toste. Estão encerradas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

(* Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vamos fazer um ponto de ordem neste frenético ritmo de garraizada que o PSD costuma imprimir às discussões das questões agrícolas.

Parece impressionante que, numa altura em que o mundo se debate com uma profunda crise humanitária, devido ao aumento exponencial dos preços das matérias-primas e dos bens alimentares, com consequências gravíssimas, já, do ponto de vista humanitário, com motins em vários países do mundo, inclusive com problemas também no mundo económico, gerados por isso no mundo desenvolvido, o PSD atribua a tudo isto a culpa ao Governo Regional dos Açores. É, de facto, impressionante, como o oportunismo político em situações catastróficas pode colher tanto.

Gostava de lhe dizer, falando de estratégia e falando de resultados, que nós encontramos a agricultura nos Açores no grau zero da pobreza. São estes os resultados e a estratégia. E foi por isso que nós, conjuntamente com as associações de produtores e todos os agricultores, tivemos de encetar um longo caminho e um grande percurso. Hoje o leite não desce, como o Sr. Deputado aqui disse, hoje o leite paga-se 11 escudos ou 16 escudos mais caro que no ano passado. Hoje, os produtores procuram soluções para os seus problemas. Antes, os produtores tinham como estratégia procurar o dinheiro das suas produções, que era uma coisa substancialmente diferente.

É por isso que não colhem essas acusações.

É por isso que o Governo tentou dinamizar a cooperação inter-sectorial. O Governo ofereceu-se, deu a ideia, fomentou, mas também é verdade que o Governo não se pode substituir aos parceiros sociais na inter-cooperação. O modelo foi proposto, foi incentivado, o Governo até se propôs para colaborar. Mas uma coisa tem de ser reconhecida: o Governo nunca se poderá substituir aos parceiros na negociação.

Assim, também não colhem essas acusações ao Governo, e muito menos ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, de fazer baixar o preço do leite. São absurdas. Mais uma vez procuraram fazer eco do descontentamento que gera e grassa na lavoura, mas estas questões enfrentam-se com optimismo. É esse o nosso capital político. O vosso capital político, o património dos pessimistas, não vão encontrar aqui, porque de certeza o vão encontrar, sempre, noutra bancada.

Deputado Francisco Coelho (PS): Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Henrique Ventura, tem a palavra.

(*) Deputado Henrique Ventura (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação ao sector do leite eu penso que o meu colega Luís Paulo Alves já disse tudo aquilo que há a dizer e foi bastante esclarecedor.

No entanto, foram feitas também, aqui, algumas acusações ao Governo Regional e ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, no que toca ao sector da carne.

Eu gostaria de lembrar ao Sr. Deputado António Ventura, pois foi ele que trouxe o assunto aqui, que o problema do sector da carne, neste momento e depois daquilo que tem sido um trabalho efectuado entre as associações de produtores e o Governo, está no lado da produção. O Governo Regional concluiu a rede regional de abate, as salas de desmancha estão entregues à produção e, portanto, o que falta e até segundo declarações de alguns dirigentes regionais da produção da carne, é que o sector está atrasado por falta de matéria-prima.

Sr. Deputado António Ventura, constantemente nos propõe estudos sobre determinadas matérias. Referiu novamente outros estudos e eu pergunto-lhe: quais foram os estudos que foram feitos sobre a carne IGP? Este foi um processo entregue à Federação Agrícola dos Açores. Se não está a funcionar, alguma coisa correu mal, e deve ter começado pelo estudo que foi feito pela Federação Agrícola dos Açores, da qual eu penso que o senhor era dirigente na altura.

Alguma coisa aqui está mal. Eu devolvo-lhe a pergunta: se foram feitos estudos, porque é que este sector não funciona, visto o Governo já ter cumprido a sua missão da construção dos matadouros? O que é que falta para que funcione?

Muito obrigado.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado António Toste, tem a palavra.

(*) Deputado António Toste (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Ventura, o senhor fala daquela bancada como fala daí, parece que irritado, ou talvez para que nos possa pôr medo, não sei se será essa a razão.

Como disse o meu colega Luís Paulo Alves, na agricultura – que é do que o senhor fala – parece que tudo o que está mal é o Governo que tem a culpa. Penso que não é bem assim. Onde está mal este Governo tenta repor e fazer bem.

Como o meu colega disse, e muito bem, este Governo herdou um passado muito negativo e fez, quer o senhor queira quer não e a sua bancada também, em doze anos, aquilo que os senhores não foram capazes de fazer em vinte. Isto é uma realidade.

Enquanto a carne subiu, há algum tempo, e eu fiz uma intervenção sobre isso, o senhor nunca falou da carne. A carne agora, por acaso, desceu e o senhor vem aqui dizer que o Governo é que é o culpado dessa descida. Eu penso que o senhor deve perceber tão bem como eu e como todos nós que isso depende do mercado. Num mercado global, como é hoje, não é o Governo que vai dizer os preços. É o mercado que os dita e o senhor tem de entender que isso é assim que funciona. São os privados que têm de fazer por isso.

Quando o senhor diz que a lavoura não dá, que não acontece, até nós percebemos que há lavradores que têm dificuldades. Mas aquilo que o senhor sabe, as pessoas com quem o senhor fala, as informações que o senhor tem, eu também as tenho e nós sabemos que há lavouras organizadas. Não estou aqui a desfazer nos outros, mas é um negócio e, como em tudo na vida, *“o negócio é para todos e nem todos são para o negócio”*. Há boas lavouras nos Açores, particularmente na Ilha Terceira que são as de que eu tenho conhecimento, onde os rendimentos são bem consideráveis.

Com o aumento do leite nos últimos tempos, com a melhor genética e com mais produção há boas lavouras organizadas na Terceira e que estão a ganhar muito dinheiro.

Quando o senhor diz que os subsídios é que compensam esses rendimentos, o subsídio compensa a perda de rendimento, é uma realidade, mas sabe tão bem como eu que há lavouras, as tais bem organizadas, em que esses subsídios apenas implicam entre os 20% e no máximo 30%. O que quer dizer que tudo o resto é fruto do trabalho daquela mesma lavoura.

O que este Governo tem feito e muito bem – contrariamente àquilo que às vezes o senhor diz, até se calhar devia fazê-lo mais – são os resgates leiteiros, ou seja: os mais pequenos, os menos capazes, irem ceder àqueles que são mais capazes de produzir mais e melhor.

Quanto aos subsídios, de que o senhor ainda ontem falou, que estão atrasados, que não são pagos, que são três meses, que são quatro meses, nisso o senhor faltou aqui à verdade. Ou porque quis, ou de propósito, como o senhor o entendeu fazê-lo. Aliás, como faz sempre no jornal, como faz nas suas palestras, convidando todos os lavradores com a base de dados que tem, certamente da Associação Agrícola do seu tempo ou de agora – eu também fui convidado três vezes, para ir às palestras que o senhor faz, no tempo em que tinha gado, que já não tenho –, insinuando depois aos lavradores coisas, sobre os proveitos, que não são bem a verdade. Isto, para dizer que o senhor faltou ontem aqui à verdade. Os apoios que estão atrasados não são três nem quatro meses, comparativamente à data anunciada, a 27 de Março e agora, entre 15, 16 e 17 de Abril. Não são três nem quatro meses, são uma a duas semanas. Não tem a implicação negativa que o senhor diz que tem nas pessoas, na perda do dinheiro, nos juros que o senhor acha que se deve pagar. O senhor sabe muito bem que esses subsídios vão ser pagos, provavelmente até no decorrer do dia de amanhã, e importam num total de 64 milhões de euros, ou seja, o dobro pago em relação ao ano passado. Isso aqui não foi dito.

O que o senhor fez foi um voto de protesto, para que saia amanhã no jornal, para que esteja tudo mal, mas a situação não está mal como o senhor diz.

Lamentavelmente, o senhor incentiva a lavoura a pensar que está tudo mal e que tem de ser assim. Com a experiência que tem nessa área e como Presidente da Associação Agrícola que já foi e da Federação Agrícola dos Açores, a imagem que o senhor dá é péssima e é negativa. Isso é que é um facto.

Presidente: Sr. Deputado, já acabou o seu tempo.

O Orador: Há que reconhecer aqui a verdade: os apoios foram pagos e são muito mais do que aquilo que eram em anos anteriores. Isso é que é uma realidade.

Os lavradores estão a ganhar dinheiro, quem está organizado está a ganhar dinheiro, independentemente dos apoios. Há um apoio à perda de rendimento e quem está a trabalhar bem está a ganhar dinheiro. Isto é que é um facto. Se calhar daqui a dias posso trazer as contas aqui e veremos em média a quanto é que importam esses subsídios.

Tenho dito. Obrigado.

Deputado Nuno Amaral (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado António Ventura, tem a palavra.

(*) Deputado António Ventura (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, dizem-se barbaridades. Ou se dizem por não se entender do assunto, ou se dizem por se querer estar num patamar diferente daquilo...

Deputado António Toste (PS): Barbaridades é aquilo que o senhor diz.

O Orador: Bom, eu fiz um esforço para estar calado, perante as barbaridades todas, um grande esforço. Agradecia que o mesmo esforço fosse feito da vossa bancada.

Vocês perceberam o grande esforço que eu fiz para estar aqui calado? Ninguém imagina.

Deputado Francisco Coelho (PS): Boca santa.

O Orador: E, portanto, agradecia que me pagassem na mesma moeda.

Ora bem, há aqui uma situação e começando por trás, o PSD ao longo destes quatro anos – ainda faltam alguns meses para terminar esta legislatura – trouxe sempre intervenções pró-activas, ou seja, criticava mas apresentava um conjunto de soluções e sempre apresentou propostas de resolução nesta área.

Chegou o momento de avaliar se as próprias propostas do Governo Regional foram executadas ou não para esta área. Porque, meus amigos, basta lembrar, por exemplo, o Centro de Leite e Lacticínios. Existe? Esteve no programa do Governo com um milhão de euros, entrou e saiu. Existe? Uma prioridade do Governo Regional, uma bandeira, e não existe.

A extensão rural, que esteve no programa do Governo, com grupos de trabalho de agricultores, por freguesias, por ilhas, acompanhamento da vida diária da família agrícola, existe? Não existe.

Os seguros agrícolas, anunciados em 2004 na freguesia de São Sebastião na Ilha Terceira, com um novo sistema de seguros agrícolas para proteger o rendimento do agricultor, existem? Não existem.

O emparcelamento, o projecto-piloto que não passa de piloto, ou seja, não há resultados nenhuns, existe? Não existe, meus senhores.

O Centro Tecnológico da Carne, que foi anunciado no primeiro congresso da carne, existe? Não existe, meus senhores.

Portanto, há aqui uma série de situações qualitativas que ajudavam a melhorar o rendimento ao agricultor que, efectivamente, não foram implementadas por este Governo. Esta é que é a verdade.

Os senhores não querem que o PSD diga isto? Que as promessas do Governo não foram cumpridas? Isso os senhores não querem que o PSD diga? Mas o PSD está aqui para dizê-lo.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Para dizer aos açorianos aquilo que os senhores prometeram e não cumpriram, para dizer aos açorianos que o rendimento do agricultor podia estar melhor e não está, por culpa vossa.

O preço do litro de leite desce, cria-se uma comissão técnica para avaliar a diferença de preços, que justifica que essa descida só acontece porque o preço do continente é pago de modo diferente de cá, o que não se percebe. Mas os senhores já podiam ter esses dados na mão. Há já um ano que podiam ter esses dados na mão. Nós propusemos o Observatório dos Preços Agrícolas, mas os senhores reprovaram. Assim, os senhores são culpados dessa descida.

Os senhores não querem que nós digamos isto?

Nós temos de dizer isto. Nós temos de indicar os culpados da perda de rendimento.

As crises, a crise na carne, efectivamente quando a situação está boa evidentemente que está boa para todos. Até o continente português já criou uma linha de crédito para os produtores de carne, o que veio no jornal.

Têm alguma medida implementada perante esta crise? Não têm nenhuma, não se conhece nenhuma medida.

E nós estamos numa crise pior do que nos anos das vacas loucas. É para isso que existem os Governos, é para intervir nessas situações, devido ao efeito dominó e à multifuncionalidade da produção de carne. São imensas famílias que vivem do complemento da carne e nada foi feito na Região relativamente a isto.

Relativamente aos apoios comunitários, a primeira data das indemnizações compensatórias foi anunciada para 21 de Dezembro, depois foi a 31 de Dezembro, depois a 27 de Dezembro, depois a 9 de Abril, depois a 16 de Abril e depois a 17 de Abril. E a 17 de Abril nem todos os agricultores dos Açores receberam.

Deputado António Toste (PS): Receberam, sim senhor.

O Orador: Não receberam, não senhor. Nem todos os agricultores receberam as indemnizações compensatórias hoje, nos Açores.

Deputado António Toste (PS): Já estão a receber!

O Orador: Mas quando é que vão receber? Atenção, ontem foram anunciados apoios para hoje. Foi anunciado que iriam os agricultores receber, nos Açores, as indemnizações compensatórias no dia 18. Chega-se ao dia 18 e nem todos receberam. Mais uma mentira.

Deputado António Toste (PS): O dia de hoje ainda não acabou.

O Orador: Mais uma mentira deste Governo. O que é que nós queremos mais?

É isso que é preciso dizer neste Parlamento, é isso que é preciso dizer aos açorianos, é de facto o que era para ter sido feito e não foi, aquilo que este Parlamento podia ter recomendado ao Governo para fazer e não fez, não foi por culpa nossa.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Luís Paulo Alves, tem a palavra.

(* Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A garraiada continua e vamos tentar acompanhar esse ritmo, o que não é fácil.

Começando um pouco pelo fim e indo directo ao assunto dos pagamentos das ajudas das IC, eu penso que é fácil perceber uma coisa: o pagamento das ajudas das IC depende do Quadro Comunitário de Apoio e dos programas nacionais que os 27 Estados-Membros apresentaram à Comissão Europeia. Foram 27 programas que tiveram de ser aprovados durante o ano de 2007. A Comissão Europeia só aprovou o nosso programa em Dezembro. Aprovado o programa decorrem, para se poder fazer os pagamentos, a necessidade de fazer regulamentos e a necessidade de ajustar os modos de pagamento às regras do novo QCA.

Portanto, não era possível, nunca, pagar antes do prazo do programa aprovado pela Comunidade. Nos 27 Estados. O programa nacional até foi dos primeiros a ser aprovados.

Depois, não é possível pagar antes de haver a regulamentação feita, nem de adaptá-la às novas condições que são exigidas no novo QCA.

Decorreram entretanto, durante este período, quatro meses. É um período, por uns, considerado excessivo, por outros considerado razoável. Todavia, é um período regulamentar, porque as IC têm prazos de pagamento regulamentar até Junho.

Ninguém fica contente nem satisfeito de todo o processo ter estas demoras a si inerentes. Agora assacar daí tamanha tigresa política é que faz favor, não conseguia nunca imaginar.

Um outro assunto é a questão do preço do leite. O preço do leite é fundamental para o rendimento das explorações leiteiras. Mas o preço do leite a Março, comparando este ano e o ano passado, subiu nos Açores 28%. Portanto, o preço do leite não está congelado.

Os problemas que derivam, hoje em dia, das explorações leiteiras têm duas razões. A primeira tem a ver com o custo da alimentação e o facto é que, efectivamente, hoje se compra menos quantidade de alimento com um litro de leite do que se comprava há dois anos. Isso é um problema que enfrentamos. Mas enfrentamos nos Açores, enfrentamos em Portugal, em França, em Espanha, onde a agricultura está na rua, também, protestando contra esta situação. Esta é uma situação conjuntural, provavelmente até estrutural em termos mundiais. Assim, vir para aqui agitar essas bandeiras tentando fazer valer a ignorância das pessoas é baixa política.

Depois, uma política de um Governo que não tem estratégia, que não tem acção para a política, e consegue resultados é uma manifesta obra de magia. Um Governo que consegue aumentar em 140 milhões o leite produzido nos Açores; que consegue que a agricultura dos Açores tenha um peso de 30% a nível nacional; que produza hoje nos Açores 50% do queijo que se fabrica no país; que existam mais 80 mil animais do que existiam, isso revela uma crise estrutural no sector? Santa paciência. Não podemos ver nem avaliar um sector pela árvore, um sector mede-se pela sua pujança.

Os senhores apregoam estratégia, nós temos estratégia pró-activa.

Então o PRORURAL não é um plano estratégico pró-activo? Não estão lá plasmados todos os novos desafios para 2007?

O PRORURAL é um plano que decorrerá de 2007 a 2013. A estratégia já está tomada e será este Governo e os governos do PS que a implementarão, para bem da agricultura dos Açores.

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, tenho mais dois Deputados inscritos e, como estamos a chegar às 13 horas, estão encerradas as inscrições. Cada um dos dois Deputados estão inscritos tem três minutos e peço que sejam cumpridores.

Sr. Deputado Henrique Ventura, tem a palavra.

(* Deputado Henrique Ventura (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Irei acatar as suas recomendações.

Apenas duas questões muito rápidas e que gostaria de colocar ao Sr. Deputado António Ventura.

Voz da bancada do PS: Mas que não sejam difíceis. Se forem difíceis ele não responde.

O Orador: Vão ser simples, ele pode é não ter a coragem de lhes responder.

Primeiro, ficou por responder o que aconteceu e o que se passa de mal em relação à produção e comercialização da carne IGP, atendendo a que a parte do Governo ficou feita, com os matadouros, e que foi um processo proposto e orientado pela Federação Agrícola dos Açores. Gostaria de saber se a culpa, neste momento, é do Governo, continua a ser do Governo, ou se é da Federação, que não soube estudar e propor as medidas correctas.

Voz da bancada do PS: Agora uma mais fácil.

O Orador: Esta é mais fácil.

Em relação às ajudas comunitárias – que já foram aqui levantadas de novo hoje e, novamente, bem explicadas pelo Deputado Luís Paulo Alves; já o tinham sido, já foram diversas vezes explicadas as razões, o senhor continua sem entender – iria fazer-lhe uma pergunta muito simples.

Ontem foi apresentado aqui um Voto de Protesto e o senhor pretendia que este Grupo Parlamentar se associasse a ele, contra a inoperância do Governo Regional dos Açores e o problema que, segundo o senhor, existe no pagamento das ajudas comunitárias com o Governo nacional. A pergunta é a seguinte: os agricultores da Madeira já receberam as IC? Por acaso o Governo Regional da Madeira, o Sr. Alberto João Jardim, é responsável por não terem recebido? Era esta a pergunta que eu deixava no ar e esperava que o senhor tivesse a coragem de responder.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado, agradeço o ter cumprido os três minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura. Tem três minutos para cumprir escrupulosamente.

(*) Deputado António Ventura (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vamos começar por um lado. Vamos a indicadores. Efectivamente, aumentou a produção de leite na Região. Mas há indicadores fiáveis. Indicadores do exterior que avaliam, de facto, como é que nós estamos em termos de agricultura. Dois deles são imprescindíveis. Um é o rendimento do agricultor. É a própria União Europeia que o diz, os agricultores em Portugal tiveram um rendimento negativo de 5%.

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Não é nos Açores, é em Portugal.

O Orador: Em 27 Estados-Membros só há 3 Estados que tiveram um rendimento negativo e um deles é Portugal.

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Isso é manipular estatísticas.

O Orador: Por outro lado, a formação agrícola. Nos Açores só 8% dos agricultores é que tem formação agrícola, contra 17% da média comunitária e contra 11% da média nacional, ou seja, da média do continente.

Outra situação: carne IGP. Deixe-me dizer-lhe que o único responsável pelo atraso da comercialização da carne IGP é o Governo Regional.

Deputado António Toste (PS): Tinha de ser.

O Orador: Eu digo-lhe já porquê, se me deixarem explicar.

Até 2006 não havia a fileira certificada homologada para a comercialização. E a certificação e homologação da fileira depende única e exclusivamente da comissão técnica, que é o IAMA. Só isto, mais nada.

Atenção: os produtores estavam preparados, os produtores tinham os animais, os produtores já tinham sido fiscalizados, os produtores tinham o número de ordem, o agrupamento de produtores existia e a carne não podia avançar porque não havia um matadouro com o selo, não havia um talho com o selo, não havia um hiper com o selo e, portanto, se a fileira não estava certificada isso era co-responsabilidade da comissão técnica do IAMA. A carne IGP não podia avançar.

Assim, até 2006 foi impossível avançar, porque o Governo Regional não procedeu à certificação da fileira para essa comercialização. Portanto, o único responsável é o Governo Regional.

Mas eu queria responder às duas perguntas.

Relativamente à Madeira, Deputado Henrique Ventura, os senhores nunca se querem comparar com a Madeira.

Deputado António Ventura (PSD): Não querem!

O Orador: Até anunciam que são diferentes e que ter a mesma cor política no continente é uma vantagem. Então, se isso é uma vantagem, onde é que ela está? Onde está essa vantagem de ter a mesma cor política no continente?

Então os agricultores dos Açores já não deviam ter recebido as Indemnizações Compensatórias? Foram anunciadas cinco vezes, cinco mentiras seguidas. Não estão cá. Onde é que está essa vantagem?

Deputado Luís Paulo Alves (PS): E os da Madeira?

O Orador: Mas ao menos o Presidente do Governo Regional da Madeira tem o descaramento de apontar as verdades, o que em política é necessário.

(Risos de deputados da bancada do PS)

O Orador: Tem sim senhor. Isso é preciso dizer, as verdades.

Os senhores refugiam-se no IFAP, parecendo que o IFAP é um instituto do Ministério da Agricultura espanhola. Não, o IFAP pertence ao Ministério da Agricultura, e o Ministério da Agricultura pertence a esse Governo da República. Portanto, os culpados do atraso são o Governo da República e o Governo Regional. Não é o IFAP, não há aqui um bode expiatório mínimo, há aqui um Governo da República e um Governo Regional que são responsáveis por esse atraso. É preciso dizer isto.

Enquanto na Madeira se exige, aqui não se exige, encontram-se desculpas: que se vai pagar para a semana, fala-se que dos milhões que se vai pagar, e os agricultores esperaram e tornaram a esperar e nada aconteceu, só acontece agora. Com prejuízos económicos e com prejuízo de imagem para os próprios agricultores.

Presidente: Sr. Deputado, muito obrigado.

O Orador: Essa é que é a realidade, esta é que é a verdade. Muito obrigado.

(Aplausos de deputados da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, deixem algum entusiasmo para o almoço. Regressamos às 15 horas. Muito obrigado.

(Eram 13 horas e 05 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 10 minutos)

(Neste momento, o Sr. Presidente retomou o seu lugar na Mesa.)

Presidente: Srs. Deputados, vamos entrar na agenda da reunião.

Ontem ficámos no **Projecto de Resolução chamado “Um dever do Estado um objectivo da Autonomia”**, que foi apresentado pelo PSD e vastamente comentado, sempre com grande ilustração, designadamente pelo Sr. Deputado Bolieiro, mas que não foi votado ainda.

Ainda estavam inscritos para intervir o Sr. Deputado Francisco Coelho e o Sr. Deputado Artur Lima que, como não estão neste momento, ficam prejudicados.

Passamos à votação do Projecto de Resolução.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução foi rejeitado, com 12 votos a favor do PSD, 22 votos contra do PS e uma abstenção do CDS/PP.

Presidente: Sra. Deputada Cláudia Cardoso, tem a palavra.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, nos termos regimentais, eu gostaria de solicitar um intervalo de 15 minutos.

Presidente: Sim, Sra. Deputada, é regimental, está concedido. Estão suspensos os nossos trabalhos por 15 minutos.

(Eram 15 horas e 20 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos então prosseguir.

(Eram 15 horas e 35 minutos)

Sr. Deputado José San-Bento, para apresentar a **Anteproposta de Lei “Alteração à Proposta de Lei 184/X – Aprova a Lei de Segurança Interna”**, tem a palavra.

(*) Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nas sociedades contemporâneas os domínios da segurança de pessoas e bens e a ordem pública são factores determinantes para a avaliação da qualidade de vida. As sociedades democráticas, por definição tolerantes, abertas e, mais recentemente, também globais, implicando a livre circulação de pessoas, bens e capitais, comportam em si mesmas novas dimensões de risco, de perigos e de ameaças.

Nos Açores, o Partido Socialista, no quadro da nossa autonomia política e administrativa, tem procurado contribuir para a promoção da segurança, da paz pública e da prevenção da criminalidade, designadamente procurando eliminar ou conter factores de exclusão e marginalidade sociais. Todavia, temos consciência de que, neste quadro complexo, o cidadão exige do Estado e dos poderes públicos em geral a ordem e a protecção a que tem direito. É por essa razão que o PS tem defendido, na Região, a necessidade de assumirmos poderes de coordenação das forças de segurança. Nesta como noutras matérias, o empenho político do PS Açores é trabalhar activamente para assumirmos mais responsabilidades e termos mais meios para podermos proporcionar uma melhor qualidade de vida aos açorianos.

Recordo a propósito de segurança que, no nosso último Plenário, aqui na Horta, apresentámos também uma Anteproposta de Lei que visa permitir a criação de polícias inter-municipais na Região Autónoma dos Açores. É no mesmo sentido que hoje

apresentamos, neste Parlamento, uma Anteproposta de alteração à Proposta de Lei 184/X, que aprova a nova a Lei de Segurança Interna, actualmente em discussão na Assembleia da República.

As nossas principais intenções são as seguintes:

Primeiro, propõe-se uma nova redacção para a norma prevista no n.º 3 do artigo 9.º, no sentido de concretizar que as medidas destinadas à coordenação e à cooperação das forças e dos serviços de segurança, quando relacionadas com os territórios das Regiões Autónomas, sejam acordadas com os respectivos Governos Regionais. Em face da redacção proposta para o artigo 9.º, procede-se à eliminação do artigo 10.º que, para além de não concretizar a transferência de competências para o acervo regional em matéria de coordenação e cooperação dos serviços de segurança pública no respectivo território, continua a atribuir ao Representante da República competências administrativas de coordenação que foram afastadas pela Revisão Constitucional de 2004.

Terceiro, esta alteração constitucional verificada no Estatuto do Ministro da República e do órgão constitucional que lhe sucedeu determina igualmente a eliminação do número 3 do artigo 12.º, que prevê a participação do referido órgão nas reuniões do Conselho Superior de Segurança Interna que tratem de assuntos de interesse para a respectiva Região.

Quarto aspecto, na alínea a) do n.º 3 do artigo 18.º, à parte dos ataques aos órgãos de soberania aditam-se os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas.

Quinto aspecto, confere-se uma nova redacção ao n.º 1 do artigo 19.º, no sentido de colocar na dependência dos Presidentes dos Governos Regionais das Regiões Autónomas o Comando Operacional de diferentes forças e serviços de segurança, em caso de catástrofes naturais ocorridas nos respectivos territórios.

E, finalmente, sexto aspecto, adopta-se uma nova redacção para o artigo 24.º, referente aos gabinetes coordenadores de segurança regionais e distritais, optando-se por dividir em dois artigos distintos os gabinetes coordenadores regionais e os distritais. Nesse sentido, passa-se a incluir no artigo 24.º apenas os gabinetes coordenadores regionais, que passam a ser presididos, não pelo Secretário Geral do Sistema de Segurança Interna, mas sim pelo Presidente do Governo Regional respectivo ou por um seu representante. E passa-se a incluir os gabinetes distritais num novo artigo aditado para o efeito.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Através da apresentação da proposta que procurei sintetizar, o PS Açores reafirma a sua coerência, a sua capacidade de iniciativa política e a defesa da nossa Autonomia.

O PS recusa, assim, o aproveitamento e a exploração de um ambiente mediático propício à demagogia e ao populismo dos desesperados. O PS acredita que o nosso sucesso depende do esforço conjugado do Estado e das Regiões Autónomas, cabendo a esta Assembleia um papel relevante na obtenção desse desfecho favorável. O PS quer melhorar a segurança nos Açores e trabalha activamente para atingir esse objectivo. Sabemos que é essa a responsabilidade que os cidadãos exigem às maiorias absolutas e é precisamente da vontade de vencer este desafio que o PS não foge, não transige e não abdica.

Disse.

Presidente: Meus senhores, como sabem agora, depois de apresentado o diploma ou a proposta, segue-se um período para esclarecimentos.

Está inscrito o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro e outros podem inscrever-se, estou a aguardar.

O período total para pedido de esclarecimento é de dez minutos.

Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, tem a palavra.

(* Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu começo por, surpreendente embora, saudar o zigzague do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Chamado à razão, há zigzagues que valem a pena.

Dar o dito pelo não dito, nesta matéria, é uma virtude. O Partido Socialista hoje dá por não dito o dito ontem. Ontem era contra a regionalização da coordenação, acusando de oportunista esta mesma proposta que o Grupo Parlamentar do PSD fez. Hoje assume que quer a coordenação, para a Região Autónoma dos Açores, das forças de segurança pública. Se esta vontade férrea de chumbar tudo o que é do PSD é motivadora, depois, para que o Partido Socialista corrija o rumo, já é uma vitória do PSD, é uma vitória dos açorianos, é uma vitória dos Açores.

Nessa medida, saúdo esta volta que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dá.

Tenho, no entanto, algumas dúvidas que esta seja a solução. **Deputado José San-Bento (PS):** Então não havia de ter? Traga a sebenta!

O Orador: Antes de passar a elas, Sr. Presidente, devo dizer que este zigzague está mesmo nas palavras do Sr. Deputado San-Bento, dizendo que o que era preciso não era regionalizar a coordenação, era explorar já as virtudes que a Lei de Segurança Interna tinha nesta matéria. Portanto, conformava-se com o que a Lei de Segurança Interna tinha assegurado, numa entrevista dada ao Jornal Correio dos Açores. Não foi desmentido, está escrito e, portanto, vale como verdade, prestada no dia 13 de Abril, não há muitos dias.

Mas, como dizia, saudamos porque, de facto, a segurança pública, o reforço de meios e a co-responsabilização da Região nesta coordenação interessam aos Açores, interessam aos açorianos, interessam ao PSD há muito tempo. E, coerentemente, o PSD apresentou propostas há mais tempo do que esta que hoje o PS apresenta.

De qualquer modo, gostaria que o Sr. Deputado San-Bento esclarecesse – ele, proponente e quem apresentou esta Anteproposta de Lei – o que tem a dizer sobre as dúvidas que apresentam, em Constituição anotada, os Professores Gomes Canotilho e Vital Moreira, no âmbito dos comentários ao artigo que prevê a possibilidade de iniciativas legislativas da Região, quando dizem: «As Assembleias Regionais têm ainda o poder de iniciativa legislativa derivada, mediante propostas de alteração às suas Propostas de Lei». Respective propostas de alteração. Não às iniciativas legislativas alheias. Parece muito objectivo que esta reserva colocada pelos Professores Gomes Canotilho e Vital Moreira possa pôr em causa esta iniciativa.

Mas, porque a nós não nos preocupa, humildemente levantamos a dúvida, não afirmamos, sendo certo que é objectiva esta questão levantada pelos Professores Gomes Canotilho e Vital Moreira. Estamos disponíveis, porque já estávamos há muito tempo, para, em sede de Comissão de Política Geral, fazermos a proposta de alteração a esta lei, o que nos parece mais pertinente. Será mais adequado o Partido Social Democrata apresentar alterações, tal como deve ser, quando a Comissão analisar e elaborar o parecer em nome da Assembleia Legislativa da Região sobre a Proposta de Lei que altera a Lei de Segurança Interna.

Esta é uma perspectiva política, jurídica e legislativa que o PSD não tem de ontem nem de hoje, tem desde sempre e que se prepara para, em sede de Comissão de Política Geral, fazer essa proposta de alteração. Parece-nos mais adequado, não só sob o ponto de vista político, como sob o ponto de vista do procedimento legislativo.

Se esta é uma oportunidade para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se associar a estas perspectivas do Partido Social Democrata, bem-vindos. Antes tarde do que nunca. Muito obrigado.

(Aplausos de deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para questionar o Sr. Deputado José San-Bento sobre a iniciativa legislativa que acabou de apresentar.

Em primeiro lugar, para questioná-lo directamente e saber se, face a esta iniciativa legislativa que foi apresentada, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai ou não, num outro momento dos nossos trabalhos parlamentares, votar favoravelmente o Projecto de Resolução que o Partido Social Democrata apresentou, o qual diz: «Recomenda expressamente que a coordenação das forças de segurança seja regionalizada» e se o seu objectivo é este. Aliás, é o Sr. Deputado que, reparei e anotei, usou expressamente a expressão “poderes de coordenação” para se referir e enaltecer a iniciativa legislativa que ali apresentou há instantes. Eu queria lembrar-lhe que são exactamente as expressões que estão no Projecto de Resolução que o Partido Social Democrata apresentou, porque correspondem a um conceito técnico, jurídico quanto à coordenação dos dispositivos das forças de segurança no território das Regiões Autónomas.

Deputado Francisco Coelho (PS): Está enganado.

O Orador: A primeira pergunta está colocada. Pergunta colocada, resposta clara devida.

Em segundo lugar, gostava de perguntar ao Sr. Deputado o seguinte: a iniciativa legislativa – sem querer entrar no detalhe, mas isto é essencial para percebermos a posição do Partido Socialista nesta matéria – que é apresentada é muito pouco ambiciosa em matéria de coordenação das forças de segurança por parte do Governo Regional.

Deputado Francisco Coelho (PS): Uma Resolução é que resolve isto.

O Orador: Estou a discutir a iniciativa legislativa dos Srs. Deputados do Partido Socialista.

Deputado José San-Bento (PS): Apresentaremos propostas de alteração.

O Orador: E é pouco ambiciosa na medida em que – e eu gostava de lhe perguntar porquê esta opção e não outra – submete a coordenação das forças de segurança no território a um acordo, com o Governo da República, pontual e não a uma atribuição permanente e legal dessa competência. Isto é: quem deseja politicamente que a coordenação das forças de segurança no território das Regiões Autónomas e no caso dos Açores seja feita pelo Governo Regional, porque é que não toma essa iniciativa com clareza no projecto, no âmbito da Proposta de Lei que aqui apresenta? Podendo atribuí-la e clarificá-la do ponto de vista legislativo, escrevendo e defendendo que ela devia pertencer *op legis*, isto é, através da lei, ao Presidente do Governo Regional, não, optam por uma solução mitigada...

Deputado José San-Bento (PS): Os senhores ainda não perceberam mesmo.

O Orador: ...que a submete a um mero acordo pontual com os Ministros do Governo da República face às circunstâncias, em cada circunstância.

Terceira pergunta: Qual é a razão da opção para a coordenação das forças de segurança ser exercida pelo Presidente do Governo Regional ou por um seu representante?

Não podemos, nestas matérias, hesitar. Se queremos que a coordenação das forças de segurança seja feita pelo chefe do Governo Regional e queremos colocá-lo num plano regional, com a devida distância e no plano regional, numa posição equiparável à do Ministro da Administração Interna para o restante território continental, porque é que nós queremos delegar essa competência num representante qualquer do Governo Regional?

Temos de ser claros, precisos e rigorosos. Quer o Partido Socialista ou não que esta competência pertença em exclusivo – como deve pertencer e como o Partido Social Democrata defende – ao Sr. Presidente do Governo Regional?

Por fim, queria também perguntar ao Sr. Deputado José San-Bento o seguinte: não entende que a solução agora apresentada pelo Partido Socialista coloca, mais uma vez, numa situação de minoridade política o Presidente do Governo Regional em relação aos Governadores Civis? Ainda pensei que, colocando Vossas Excelências nesta iniciativa legislativa a possibilidade de o Sr. Presidente do Governo Regional, caso a caso, poder coordenar as forças de segurança no território da Região, tivessem a mesma solução para os Governadores Civis. Aí, perceberia a iniciativa. Mal, mas perceberia.

Mas o que é verdade é que não tiveram esse cuidado, isto é, mantêm exactamente a redacção – aliás em artigo próprio, separado, assim fazendo uma alteração à solução hoje

proposta – para atribuir por lei aos Governadores Civis a coordenação dos dispositivos de segurança nos distritos respectivos e, ao Presidente do Governo Regional, é caso a caso, mediante as circunstâncias.

A pergunta que se coloca é: porquê a razão de ser desta opção? Qual é o impedimento constitucional – o Sr. Deputado José San-Bento que, pelos vistos, também domina as matérias constitucionais, e acho muito bem que as domine, dir-me-á – quais são as limitações constitucionais que impedem o Partido Socialista de clarificar a sua posição e atribuir, de facto, por via legislativa, esta competência ao Governo Regional.

O Partido Social Democrata, nesta matéria, está absolutamente à vontade. Nós estamos aqui a defender uma posição institucional em defesa dos interesses da Região e dos órgãos de governo próprio da Região. Porque não somos socialistas, não votámos nesta maioria socialista mas achamos que institucionalmente a Região deve ter uma competência própria na coordenação das forças de segurança.

Pelos vistos, ao contrário de Vossas Excelências.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! É verdade.

Presidente: Sr. Deputado Francisco Coelho, o Sr. Deputado encerra esta fase de esclarecimentos.

Deputado Francisco Coelho (PS): Não, eu vou pedir esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Feita a apresentação, tem um período de dez minutos para esclarecimentos. Tem a palavra.

(* Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Dentro do âmbito, com a latitude democrática e de substância com que nós costumamos neste casa, felizmente, interpretar o nosso Regimento, privilegiando a substância em vez do formalismo, temos aqui algo que me parece extremamente importante.

Tal como tivemos oportunidade de ver ontem, o PSD, orgulhando-se muito do seu pacote em matéria de segurança, apresentou três Resoluções e um Decreto Legislativo Regional.

O Decreto Legislativo Regional é para constituir um Conselho, por natureza consultivo, passe o pleonasma. As Resoluções têm o valor político que nós sabemos e recomendam a alguém que faça qualquer coisa, manifestam um desejo legítimo, eventualmente louvável, mas não inovam nem introduzem alterações na ordem jurídica.

O Partido Socialista, nesta matéria da segurança, apresenta hoje a segunda Anteproposta de Lei. Apresenta a segunda Anteproposta de Lei, desde logo, porque é bom termos a consciência, sem prejuízo da competência política, das reivindicações políticas que devemos sempre exercer, que esta matéria é – e não pode deixar de ser, face ao nosso enquadramento constitucional – uma matéria da competência do Estado, face ao Estado unitário em que vivemos. Portanto, a responsabilidade fundamental é, para o bem e para o mal, mais uma vez, do Governo da República, embora nós possamos e devamos ter uma opinião e tentar influenciar este estado de coisas no que ao nosso território diz respeito.

Uma segunda Anteproposta de Lei, dizia eu, para efectivamente sermos eficazes, para efectivamente introduzirmos alterações na ordem jurídica nesta matéria.

Isto não surpreende, embora possa parecer estranho, porque o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, como maioria, face à sua cumplicidade com o Governo, face àquilo que naturalmente acontece hoje em qualquer Estado moderno, que é o facto de a iniciativa legislativa ser sobretudo dos governos, colaborou de forma construtiva nas cento e tal iniciativas legislativas que o Governo Regional apresentou nesta Legislatura.

Apesar disso ainda fomos, por estranho que possa parecer, e ainda somos, independentemente ou apesar dos pacotes, o Grupo Parlamentar desta casa que mais iniciativas legislativas apresentou. Mais concretamente, com esta, onze iniciativas legislativas. Mesmo com os pacotes, o PSD apresentou seis, o que quer dizer que, antes dos pacotes andava, pelas minhas contas, nas três. É curioso e é bom percebermos isso.

Também em termos de segurança, o que é que temos aqui?

Temos mais uma vez um pacote, que abrimos ontem, com a devida permissão do proponente, onde se pretende uma coordenação regional mas transferida em termos definitivos e onde se resolve: resolve-se recomendar, resolve-se dar dignidade a tirar uma dezena ou dezena e meia de polícias das aerogares. São estas as soluções ou os estados de alma que o Partido Social Democrata tem.

Nós não. E, de forma coerente, queremos inovar. Mas queremos inovar com alguma razoabilidade. A proposta que temos aqui para o n.º 3 do artigo 9.º passa exactamente pela compreensão de que vivemos num Estado unitário. Foi por isso que ontem se falava nos acordos...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Um Estado unitário com Regiões Autónomas.

O Orador: Mas não há dúvida, Sr. Deputado, por enquanto, que a matéria de segurança é matéria de Estado unitário. Pode e deve, no nosso entender, voltamos a reafirmar hoje, ser objecto, ao abrigo da Revisão Constitucional, de delegação de competências, no seu exercício e de forma sempre ou casuística ou transitória. É assim, Sr. Deputado. E acho que já era muito bom nesta fase. Acho que seria uma grande conquista, porque nunca a tivemos e precisamos de tê-la.

Também precisamos de arriscar, aí eu concordo consigo. Mas devemos arriscar com alguma sensatez.

Nós arriscamos quando fazemos, pela primeira vez, uma Anteproposta de Lei deste género. Uma Anteproposta de Lei que pretende ser uma iniciativa superveniente, com alterações a uma Proposta de Lei de outrem.

Vamos ver na Comissão, nós também lemos os mesmos livros, nós também nos defrontámos com a dúvida, se as propostas de alteração supervenientes a propostas de outrem seriam possíveis ou não. Vamos todos ver melhor o assunto, com certeza. É por isso que não é pedido de urgência, é por isso que irá à Comissão. Para nós, essa questão é uma questão instrumental, a que queremos dar a melhor resposta em nome da eficácia, mas não passa de uma questão instrumental. Para nós o que é importante são estas propostas de alteração.

Concordaremos com a forma que for a forma melhor para que estas propostas de alteração, que são substantivas, que trazem poderes para a Região, que trazem inovações materiais ao nível da coordenação da segurança por parte do Governo Regional, sejam efectivas. E pensamos que isso é que é importante.

Pensamos, e apelo que façamos todos um exercício de seriedade, de objectividade política, e concentremo-nos no que é importante. Vamos fazer todo o possível para que estas propostas sejam aprovadas cá, tenham a melhor forma e a melhor técnica jurídica, para que não haja desculpas e não deixem de ser aprovadas lá, o que não vai ser fácil, também sabemos. Mas também não é isso que nos impede de as apresentar.

(Apartes inaudíveis da câmara)

Talvez dê uma ajudinha, Sr. Deputado, eu tenho essa esperança. Talvez dê uma ajudinha. Mas vamos fazer por isso.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Isso é uma esperança desesperada.

O Orador: E vamos todos ter a consciência de que esta iniciativa ao ser uma Anteproposta de Lei é que poderá ter, fazendo vencimento, a eficácia e a transformação da ordem jurídica de que nós precisamos.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(* Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de utilizar a palavra, também, face às solicitações que tive, embora o meu colega já tenha abordado algumas das questões, para deixar muito claro que, do ponto de vista político, não houve qualquer zigzague da parte do Partido Socialista. Se algum zigzague existiu foi entre o estilo do Sr. Deputado Bolieiro ontem e hoje.

É bom que se perceba que nós – quando eu digo nós, refiro-me ao PS, ao Sr. Presidente do Governo, a este partido – fomos os primeiros, nos Açores, a falar sobre a necessidade de a Região assumir competências de coordenação das forças de segurança, nomeadamente na PSP. E isso foi feito em Março de 2007.

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Sr. Deputado, se quiser ser esclarecido, assim o meu trabalho é mais dificultado. O que o PSD tem de compreender e eu penso que o meu colega Francisco Coelho abordou essa questão, é que não é pelo facto, Sr. Deputado, de os senhores falarem no assunto, apresentarem uma iniciativa que recomenda ao Governo que tome uma posição que o Governo tomou há quase um ano, que essa solução é meritória, Sr. Deputado. É bom que isso fique claro. Por isso é que, como eu disse ontem, entendi que o PSD escreve torto por linhas tortas, é também por isso.

Outra questão que eu acho surpreendente: o Sr. Deputado Bolieiro com muitas dúvidas e a apresentar aqui uma Constituição – e logo uma anotada pelo Professor Vital Moreira – foi, para mim, uma grande surpresa. Eu, humildemente, recomendava que o senhor comprasse

uma edição muito mais recente, que tem como co-autor o Professor Rui Medeiros. Penso que é uma leitura muito mais didáctica e também pedagógica, Sr. Deputado.

(Aparte inaudível do Deputado José Manuel Bolieiro)

O Orador: Exactamente, mas reconhece que o essencial aqui é destacar o Professor Rui Medeiros.

Sr. Deputado, isso para dizer que nós não partilhamos da sua visão restritiva nesta matéria. É isso que o senhor representa ao apresentar aquela argumentação, no fundo a subscrever os grandes argumentos do centralismo político e do continentalismo político que é, infelizmente, uma das más tradições da República Portuguesa. Não esperava isso de si. Ou talvez esperasse.

Sr. Deputado Pedro Gomes, as suas dúvidas também são interessantes, eu penso que o Presidente do meu Grupo Parlamentar abordou algumas dessas questões.

Gostava só de reforçar, desde logo, as soluções adoptadas, que admitimos que não sejam soluções perfeitas. Parecem-nos soluções sensatas, soluções exequíveis, e eu gostava também de sublinhar aquilo que disse o Presidente do Grupo Parlamentar acerca da nossa abertura, na Comissão, para podermos afinar técnica e formalmente os instrumentos, para atingirmos aquilo que nos parece ser a iniciativa mais meritória que tem a ver com o nosso grande objectivo que é concretizar as nossas pretensões, mas fazendo, Sr. Deputado, e é isso que os senhores não querem compreender.

Fazendo, através duma iniciativa que é inédita, é inovadora, eu digo mesmo que é arriscada, nós assumimos isso, mas vai no sentido de afirmar a nossa Autonomia, de dignificar este Parlamento e de reforçar o nosso núcleo de competências.

E isso, para nós, é que é essencial e é por isso que o PS, tal como eu disse na minha intervenção ali há pouco e sobre este desafio, não foge, não transige e não abdica.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, tem a palavra.

(*) Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começando pela última intervenção do Deputado San-Bento, quero dizer-lhe que esta Proposta, na verdade, mais do que inovadora, é reactiva, este é o seu carimbo. Reactiva ao debate que ontem aqui produzimos, reactiva à preocupação que todos devemos ter quanto à segurança pública.

Mas o essencial – e é este o registo que eu quero deixar quanto à preocupação do PSD, do seu Grupo Parlamentar e minha, sensível a esse recuo e à importância que a substância tem sobre a forma – o resultado é que nós é que estamos, como sempre estivemos, na mesma disposição de consensualizar a matéria, aprovar uma posição do Parlamento e dos Açores quanto ao reforço de meios de segurança pública nos Açores e à importância do Governo. Porque, e como eu ontem citava, tratando-se de matéria que interessa aos Açores, mesmo não sendo da competência da Região, nós devemos pronunciar-nos.

Provámos, por isso mesmo, ter as iniciativas (que tivemos) de pronúncia, que é fazer, exactamente, a evocação do que, no âmbito do nosso Estatuto – e esta é uma nota para o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista – é uma competência política deste Parlamento: pronunciar-se por iniciativa própria, ou sob consulta dos órgãos de soberania, sobre questões da competência da República mas que digam respeito à Região. É este o tipo de iniciativas que nós temos aqui com estes Projectos de Resolução.

Ora, tem todo o enquadramento político, tem todo o valor político que a Região, afirmando a sua Autonomia e o seu direito de pronúncia por iniciativa própria, diga perante a República o que pensa sobre o que lhe diz respeito, mesmo que seja da responsabilidade dos órgãos de soberania.

Essa é a primeira nota.

Vamos à segunda nota.

Sr. Presidente do Grupo Parlamentar, esse registo é o registo que me apraz registar, passe o pleonasma, porque na verdade nesta matéria, tão importante que é para os açorianos em geral e sobretudo, até, para os idosos, que hoje têm um sentimento de insegurança, é preciso que haja de facto esse reforço de meios de segurança e que nós tenhamos posição sobre ela.

Portanto, Sr. Presidente do Grupo Parlamentar, o PSD não se fecha, com mais deficiência ou mais perfeição, à Proposta do Partido Socialista. Abre-se a ela, está disponível para contribuir para o seu aperfeiçoamento e para a consolidação política do Parlamento sobre

isso. E isso mostra a diferença de comportamento entre o Grupo Parlamentar do PSD e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Quanto a iniciativas de Antepropostas de Lei, um registo estatístico, para o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar: nesta Legislatura, o Grupo Parlamentar do PSD, em matéria de Antepropostas de Lei, apresentou já 7 e o PS apresentou 5. Portanto, se essa é a sua preocupação, quantitativa, até nessa matéria o Sr. Presidente fica a perder. Mas, na verdade, o que conta é a substância.

Estamos, ou vamos ficar a partir de agora, de acordo nas questões relativas à segurança pública e à importância da intervenção dos órgãos de governo próprio nessa matéria? Muito bem.

Mais uma vez, para terminar como comecei, saúdo a aproximação do Partido Socialista e do seu Grupo Parlamentar às posições do Grupo Parlamentar do PSD. Pelos vistos, agora assumem sintonia, corrigindo o rumo, com aquelas que eram as preocupações do Presidente do Partido Socialista e do Presidente do Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado San-Bento, tem a palavra.

(* Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostava só de deixar muito claro que o Sr. Deputado faz aqui sempre um esforço, no fim das suas intervenções, para salientar o recuo, a incoerência, enfim, para salientar aquilo que todos nós já percebemos que não existiu.

Eu gostava só que ficasse claro porque, enfim, pode haver alguma distração, que o PS apresenta, neste caso, uma Anteproposta de Lei, que desce à Comissão, que pode ser discutida, que pode ser melhorada, que pode merecer todos os contributos. Os senhores apresentaram Propostas de Resolução fechadas, de pronúncia política. Sr. Deputado, não tem a ver com pronúncia política, tem a ver com um estilo de intervenção sobretudo, permita-me, nestas áreas, que não dignifica o seu partido nem a Autonomia. E acho que já toda a gente percebeu isso, inclusive o senhor.

Muito obrigado.

Presidente: Meus senhores, está apresentado o diploma, estão efectuados os esclarecimentos, permitam-me que saúde, em nome do Parlamento, cerca de 30 cidadãos e

cidadãos dos Açores que visitam a ilha do Faial no âmbito do Programa 60+ e que vêm das ilhas de São Miguel, Santa Maria, Flores, São Jorge, Terceira e Graciosa. Muito bem vindos.

(Aplausos da câmara)

Presidente: Passamos ao ponto seguinte, também **Projecto de Resolução, “Coordenação da Polícia de Segurança Pública”**. Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, para o apresentar.

(*) Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Creio que se justifica abreviar uma intervenção, na apresentação deste Projecto, na medida em que ele corresponde, exactamente, a parte significativa do debate que ontem fizemos sobre Segurança Pública.

Curiosamente, é afirmação política daquilo que agora o Partido Socialista quer fazer com a sua Anteproposta de Lei acabada de apresentar.

Portanto, é tão simples quanto isto: nós queremos a afirmação política, através deste Projecto de Resolução, garantindo o conhecimento da Assembleia da República e do Governo da República, do entendimento que, nos Açores, nós temos para a regionalização duma coordenação das Forças de Segurança na Região, dando especial relevo, nestas matérias, ao papel do Presidente do Governo, que tem assento e participa no Conselho Superior de Segurança. E por isso, faz todo o sentido que o Presidente do Governo seja o responsável, como Coordenador, das Forças de Segurança na Região Autónoma dos Açores, e não que isso seja tratado ao nível dos Governadores Civis.

É por isso um Projecto afirmativo, positivo, e que consolida uma visão de Autonomia madura, que se co-responsabiliza, como bem afirma em determinadas ocasiões o Presidente do Governo, que diz que “aceitamos e exigimos ter maiores responsabilidades neste domínio, como acontece noutras regiões, como por exemplo no processo em curso nas Canárias”, que foi o que defendeu o Presidente do Governo.

Isto é uma possibilidade de sintonia entre o Parlamento, esta posição, de que é dado conhecimento à Assembleia da República e ao Governo da República.

São estes os objectivos políticos deste Projecto de Resolução, perfeito no enquadramento estatutário e constitucional, que poderia assegurar o reforço e o apoio às posições que mais interessam aos açorianos e aos Açores em matéria de Segurança Pública.

Muito obrigado.

Presidente: Não há mais intervenções, vamos votar este Projecto de Resolução.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução foi rejeitado, com 15 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do Deputado Independente, 22 votos contra do PS e uma abstenção do CDS/PP.

Presidente: Mais uma proposta, com o mesmo sentido.

Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, para a apresentar, tem a palavra.

(*) Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O terceiro Projecto de Resolução que o Grupo Parlamentar do PSD apresenta tem uma particularidade que gostaria de destacar.

É que, no outro conjunto de iniciativas, parte tem a ver com a pronúncia da Região perante os órgãos de soberania. Este tem a ver com a capacidade de gestão que a Região tem na possibilidade de libertar agentes de segurança pública de funções que, hoje, desempenham nos aeródromos e na Aerogare Civil das Lajes, que possam ser desempenhadas por forças de segurança privada. Sem prejuízo de manter a Polícia de Segurança Pública nas funções que estritamente lhe cabem, no âmbito dos aeródromos e aeroportos, bem como e até mesmo num exercício de controlo e fiscalização às ocorrências quanto à intervenção das forças de segurança privada.

Estas são medidas que já existem nos Açores, há contratos com empresas de segurança privada que fazem estas funções, o objectivo é alargar. É uma realidade que acontece nos melhores aeroportos internacionais do mundo, sendo certo que estas empresas, as empresas que podem prestar este serviço, são empresas qualificadas e certificadas e, por isso, não põem em causa a qualidade profissional que têm a obrigação de desempenhar.

O nosso entendimento é que mais vale um polícia na rua, num policiamento de proximidade, liberto de funções que podem ser desempenhadas por outros, nos aeródromos.

É este o objectivo deste Projecto de Resolução, que significaria um aumento de agentes para o policiamento de proximidade nas nossas ilhas.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra, faça o favor.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já aquando da discussão, em Comissão, deste diploma coloquei reservas sobre a sua eficácia e hoje tenho certezas sobre a sua ineficácia.

Eu coloquei umas perguntas, na Comissão, ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, que na altura não me soube responder e que eu gostaria, nesta minha primeira intervenção, de voltar a colocar:

Quantos agentes da PSP prestam serviço na Aerogare Civil das Lajes? Quantos agentes da PSP compõem a Esquadra do Aeroporto da Aerogare Civil das Lajes? Sobretudo, com esta medida, quantos agentes da PSP o PSD conta pôr na rua, digamos assim, a patrulhar as ruas?

É esse o número que eu quero saber.

Segundo disse o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, que obteve essas informações dos Comandos das Polícias, eu gostaria de saber se ele confirma aquilo que disse em Comissão.

Agradecia que me respondesse, que esclarecesse primeiro as minhas questões.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(*) Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Apenas para manifestar a posição do PS, que é semelhante à do PP, como nós afirmámos na Comissão.

No fundo, para aduzir aqui os argumentos que o PS manifestou na devida altura que, basicamente, têm a ver com as especificidades dos aeródromos da Graciosa, de São Jorge e também do Pico, em que estas alterações não teriam impacto no aumento do policiamento, ao contrário do que foi aqui dito.

No caso concreto da Aerogare Civil das Lajes, colocam-se as questões pertinentes que o Sr. Deputado Artur Lima colocou, mas há uma outra, que nós também partilhámos na Comissão. O senhor não falou nela aqui mas para nós é essencial:

Nós temos de compreender que, sob vários pontos de vista, a Aerogare Civil das Lajes e a infra-estrutura aeroportuária do Aeroporto das Lajes é a mais importante dos Açores. Nós estamos a falar duma infra-estrutura militar, duma pista militar e, portanto, duma base portuguesa onde se concedem facilidades aos norte-americanos. Ainda ontem tivemos conhecimento que essas facilidades podem vir a ser ainda mais expressivas.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Ainda ontem? Há uns meses!

O Orador: Não foi há uns meses, Sr. Deputado. O PS sempre falou nisso.

A questão essencial é que nós consideramos que estamos a falar, é certo, de uma aerogare civil, mas temos de compreender o contexto político, militar, de segurança, que reveste toda esta infra-estrutura e esta instalação.

Como tal, o PS entende que não é oportuna e não é meritória essa proposta e, conseqüentemente, votaremos contra.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, tem a palavra.

(* Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Confirmando o teor das afirmações que o Sr. Deputado Artur Lima aqui apresentou, quanto aos trabalhos da Comissão de Política Geral, e as preocupações que o Deputado San-Bento também manifestou aqui, recordando as que já tinha manifestado no âmbito dos trabalhos da Comissão de Política Geral, devo informar que, em benefício da convicção que temos da bondade e da eficácia deste Projecto de Resolução, tínhamos já feito um levantamento, por estruturas e pelos diversos Deputados do Grupo Parlamentar do PSD nas diferentes ilhas e por iniciativas partidárias que o PSD, designadamente na Ilha Terceira, tomou para se inteirar sobre as situações de insegurança, designadamente a afectação de agentes na Aerogare Civil das Lajes.

A informação que lhe posso transmitir é aquela que nós apurámos por diferentes vias.

Designadamente e para começar, pelo Aeroporto das Lajes. A informação que temos é que estão, na Aerogare, na Esquadra, 25 elementos e que, havendo a possibilidade de uma força privada de segurança assegurar todas as funções que pode desempenhar, nos termos e nas regras internacionais de segurança nos aeroportos, garantindo rastreio de passageiros e

bagagem, garantindo ainda os portões de acesso de viaturas e entradas de *staff*, era possível libertar cerca de 20 agentes desta função.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quem é que lhe deu essa informação?

O Orador: Não sei, porque não é a nossa preocupação quanto a essa matéria, atingir o máximo das disponibilidades, porque essa gestão deve ser garantida e assegurada pelo Director do Aeroporto, pela ANA, que deve assegurar a eficácia e o equilíbrio entre aquela que é a necessária presença de agentes da PSP e aquela que é, equilibradamente, a prestação dos serviços feitos pela segurança privada.

Seja como for, gostava de dizer que, em síntese e num balanço estimado pela versão média, nós poderíamos garantir que pudessem estar cerca de uma dezena ou mais de agentes disponibilizados nas ruas e nas diferentes esquadras das ilhas. Teríamos, eventualmente, indo num caso ao máximo, em São Jorge mais dois agentes, nas Lajes eventualmente, num máximo, os 20 agentes. São informações que nós temos, também, recolhidas de contactos das forças de segurança interna, resolvendo obviamente as questões dos turnos, Sr. Deputado Artur Lima. No Pico, eventualmente 3, na Graciosa 1 e isso implicaria mais agentes, seguramente, em turnos nas ruas dos Açores.

A verdade é que, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o registo que temos é tão simples quanto isto:

A Orgânica da PSP nos Açores prevê – e é de 1982 – mil agentes, lugares que não estão todos preenchidos. Mesmo estes mil agentes que a Orgânica da PSP nos Açores prevê não são suficientes para as necessidades actuais de segurança pública nas nossas ilhas e, designadamente, nos maiores concelhos. Há, dito pela Polícia, um défice, nessa relação entre os efectivos e a previsão da Orgânica, de cerca de 185 agentes.

Se libertarmos mesmo que seja 10 agentes – e isto está pela bitola média do que era possível, exponenciando a libertação de agentes dos aeródromos e dos aeroportos – já estaríamos a corresponder a um terço, uma percentagem significativa quanto ao reforço que o Ministro da Administração Interna recentemente assegurou para a Região Autónoma dos Açores, cerca de 30 agentes. Estamos a falar de um terço desse reforço. Ora, isto é significativo, mais ainda quando este número de 30 agentes, do reforço do Ministro da Administração Interna, não é um valor líquido, na medida em que, com a chegada deste reforço de 30, outros sairão.

Esta é a nossa convicção, a convicção de que estaríamos a dar um significativo contributo para mais agentes disponíveis para o policiamento de proximidade e de rua. Sem pôr em causa, obviamente, as preocupações de segurança prestadas pelos agentes da PSP nos aeródromos e nos aeroportos; também confiando, desde logo, na competência e na qualidade das forças de segurança privada, devidamente controladas e fiscalizadas pelos gestores de cada um destes aeródromos e aeroportos.

É a nossa convicção e estamos, também, convencidos que seria uma oportunidade para o aumento de policiamento de proximidade.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

O Sr. Deputado José Manuel Bolieiro foge arditosamente à questão que eu lhe coloquei.

Sr. Deputado: quem é que lhe deu as informações?

É porque – permita-me aqui uma coisa – parece que já se vai tornando assim um bocadinho hábito os Deputados do PSD prestarem informações falsas uns aos outros. Parece que isto já vai fazendo carreira no vosso Grupo Parlamentar, o que é grave, Sr. Deputado.

Esses números que o senhor acabou aí de dizer, a ir pelo que o senhor disse, eu não acredito – a não ser que tivesse sido um polícia de giro, mas daqueles mesmo de giro, já a caminho da reforma, que lhe tivesse dito isso –, porque o senhor aqui disse que na aerogare havia 25 polícias, o senhor põe 20 na rua, ficam 5 para fazer o serviço da Aerogare Civil das Lajes.

O senhor sabe quantos são precisos para um turno na Aerogare Civil das Lajes? 8, por turno. E há 4 turnos por dia, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Portanto, é completamente mal fundamentada a vossa informação. Eu não acredito que tenha sido dada pelo Comandante da Esquadra do Aeroporto das Lajes. É completamente infundada, esses números não são reais, esses números são inventados, esses números são fabricados, porque não correspondem, obviamente, à realidade.

Mas eu vou dar-lhe mais informações, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Tem, efectivamente, 25, acertou nesse número. Mas sabe quantos são precisos? 34. Ou seja, faltam 9 actualmente, Sr. Deputado, faltam 9 para cumprir os serviços mínimos só da PSP, só os relacionados com a polícia na Aerogare Civil das Lajes, Sr. Deputado. E vou dizer-lhe

quais são esses serviços: patrulhamento da placa, não operacional neste momento; parque das partidas, não operacional neste momento; parque das chegadas, não operacional neste momento; patrulhamento da sala de embarque, não operacional neste momento; patrulhamento do *check-in*, não operacional neste momento.

Sabe como é que isto se faz? Com o esforço daqueles agentes que lá estão, porque o que está no raio-X faz a segurança das chegadas; o que está cá em cima no escritório da polícia faz a segurança do *check-in*; o que está na bagagem, na chamada “segunda mala” – o Sr. Deputado naturalmente saberá o que é – faz a placa; e o que está na “primeira mala” faz as chegadas.

O Sr. Deputado estude as matérias que já não vem para aqui dizer asneiras.

É isso que se passa.

Ou seja, este Projecto de Resolução é completamente descabido, porque não é fundamentado.

(Apartes inaudíveis das bancadas do PSD)

O Orador: Sr. Deputado Pedro Gomes, se tivesse estado aqui dentro tinha ouvido o que eu disse e, portanto, não fazia essas observações. Mas deixe-me acabar.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Eu estava aqui dentro e ouvi-o com atenção.

O Orador: Não, V.^a Ex.^a naturalmente é um homem inteligente e não ia nesse caminho, fazendo essas observações.

Isso não faz nenhum sentido, o saldo é zero para a rua. Como o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro gosta de dizer, zero – zero – para a rua, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Ainda faltam 5, ou 6, ou 7, ou 8 e algumas das situações são resolvidas, neste momento, com gratificados.

Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, por acaso sabe quanto é que custa pôr essa empresa de segurança, qual é o impacto financeiro disso, só na Aerogare Civil das Lajes? Eu gostaria que me desse, se tem, esse número. Quanto é que custa implementar, na Aerogare Civil das Lajes? Eu não falo das outras, eu falo dessa.

Por último, Sr. Deputado, uma informação: a Aerogare Civil das Lajes não é da ANA, como o senhor muito bem sabe e, portanto, quando o senhor diz, no início, “sem prejuízo”, o que

o senhor ia conseguir era que um aeroporto internacional – que além de militar é, alguma parte do dia, embora não as 24 horas, um aeroporto internacional e, portanto, tem essas portas, que também têm de ser garantidas pela PSP; tem o acesso à pista, no qual neste momento a GNR dá uma ajudinha à PSP, porque a competência é da PSP, como o senhor sabe e o patrulhamento daquela zona de acesso – portanto, não é sem prejuízo, é com muito prejuízo, essa medida ia causar muito prejuízo à segurança efectiva, que é o que os senhores querem, é segurança – da Aerogare Civil das Lajes.

Portanto, mal fundamentada, sem nenhuma razão, aliás os senhores não conseguem nada, o saldo, Sr. Deputado, nem sequer é zero, é negativo, altamente negativo.

Cabe ao senhor demonstrar que o que eu aqui disse não é assim.

Estes são números rigorosos que eu obtive, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, na Esquadra do Aeroporto das Lajes, porque eu fui lá e perguntei quantos são: quantos são os giros, quantos são os turnos, quanto precisa, quanto não precisa, eu é que fui obter estas informações. Não foi um polícia de giro.

E se o senhor tiver a bondade de ir lá, já que os Srs. Deputados da Terceira podem, enfim, transmitir-lhe alguma informação menos correcta, verá que vai ser esta a informação que eles lhe vão dar.

Sr. Presidente, para concluir, acho que fica perfeitamente demonstrado que não se pode votar numa coisa dessas e eu, naturalmente, votarei contra este Projecto de Resolução.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(* Deputada Piedade Lalanda (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Eu pedi a palavra para intervir neste debate porque gostaria de pedir uma precisão por parte do Grupo Parlamentar do PSD, uma precisão e, de alguma forma, também uma resposta a uma pergunta.

A pergunta é: que sociedade pretende o PSD?

Do que eu conheço e ouvi falar da polícia de proximidade, não se trata aqui duma polícia que exista em grande número – não se trata de números. A polícia de proximidade, como está definida, é uma polícia que tem uma relação de proximidade com o cidadão. Essa é a grande diferença: é uma qualidade de relação, não é uma quantidade de agentes. Penso que,

se eu tivesse um polícia ao cimo da minha rua, eu sentia-me insegura, era sinal que alguma coisa se estava a passar. Aliás, é a reacção normal de um cidadão, quando vê um polícia.

(Apartes inaudíveis das bancadas do PSD)

A Oradora: É a grande diferença entre os senhores e nós.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Só faltava afirmar uma coisa dessas. Ficar-se inseguro quando se vê um polícia.

A Oradora: Exactamente. E reafirmo: eu fico insegura.

Eu sinto-me muito mais segura quando tenho um conflito na minha rua e posso chamar um agente da PSP e ele responde, nessa situação. Aí, eu sinto-me segura.

Essa é a filosofia da polícia de proximidade, é a polícia que está na Comissão de Protecção de Menores, é a polícia que está fazendo o projecto Escola Segura, é a polícia que intervém em situações de violência doméstica, é a polícia que faz mediação de conflitos. Essa é que é a polícia de proximidade, essa é que é a formação que esperamos e precisamos dos agentes da PSP.

Os senhores só estão preocupados com que haja número, os senhores só estão preocupados com que haja muitos polícias, mas a qualidade da relação que os polícias estabelecem com o cidadão não vos preocupa minimamente.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Quem é que lhe disse isso?

A Oradora: É o que parece, pelos vistos. Os senhores querem um polícia em cada rua, o senhor quer um polícia na sua rua...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ah, parece... Ninguém disse isso.

A Oradora: O senhor acabou de dizer que gostaria de ter um polícia na sua rua.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Gostava, sim senhora.

A Oradora: Ah! Independentemente do que ele possa fazer? Vamos mandar-lhe um para perto da sua casa.

Deputado Jorge Macedo (PSD): A casa de cima já foi assaltada, a da frente também já foi assaltada. Se estiver lá o polícia evita-se que outra seja assaltada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bolieiro para uma intervenção.

(*) Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Uma primeira nota de desgosto e de repúdio à intervenção, que se tornou personalizada, rasa, do Deputado Artur Lima em relação à minha pessoa. Fica o repúdio e, desde logo, a afirmação de que não leva resposta no mesmo tom.

Segunda nota: a convicção que temos de que este Projecto de Resolução não quantifica, ele limita-se a dizer – e é preciso que se leia bem os seus termos – que o Governo Regional, nos aeroportos e aeródromos da responsabilidade da Região Autónoma dos Açores, deve substituir os serviços de segurança, prestados por agentes da PSP, por serviços de segurança privada, nas tarefas que não careçam, nos termos legais, de vigilância específica por agentes da PSP. É por isso uma observação e uma posição de gestão que, caso a caso, é avaliada conjuntamente pelo Governo Regional e pelo gestor do aeroporto.

A pedido do Sr. Deputado, em sede de Comissão de Política Geral, para saber se podíamos fazer uma estimativa, a estimativa que eu pude fazer foi a que estava ao meu alcance. Acabei aqui com a referência subjectiva, que desde o início introduzi, de que esta opção era possível, com a informação colhida, quer no âmbito do trabalho dos Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, quer de informação que me chegou, designadamente por profissionais de segurança privada dos aeroportos e aeródromos dos Açores, que me deram estas notas.

No entanto, na verdade, Sr. Deputado, se não fosse o contabilista mas o político, aqui neste debate, teria de apreciar a bondade ou não duma proposta que recomenda ao Governo este tipo de gestão para substituição de agentes, que é o texto que está escrito neste Projecto de Resolução, de segurança privada, naquelas matérias em que é possível substituir agentes de segurança pública por agentes de segurança privada. Este é o objecto do Projecto de Resolução.

Os números que acabei de dizer são tão fidedignos, pelas fontes de informação que nós colhemos, junto da PSP e junto da empresa de segurança privada que presta serviço nos aeródromos e nos aeroportos, como aqueles que o senhor deu.

Essa postura é uma postura que não dignifica o Parlamento, quanto à recomendação que aqui se põe ao Governo, responsável pela gestão dos aeródromos, designadamente o da tutela da Região Autónoma dos Açores. Nós não estamos aqui, no Parlamento, a decidir quantos agentes vão para a rua nem quantos agentes ficam nos aeroportos, porque isso é,

obviamente, resultado de uma negociação entre a gestão do aeroporto e do aeródromo e entre a indicação que a tutela – que é o Governo Regional – há-de fazer ao gestor desses aeródromos e aeroportos.

Assim, sintonia com o objecto do Projecto de Resolução é a única recomendação que faço ao Sr. Deputado Artur Lima, para que possa subir o nível da sua intervenção.

Terceira nota: não fui eu que fiz a acusação aos agentes de segurança privada...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E mantenho. Fiz e mantenho.

O Orador: ...que promoveu, por parte do Sindicato desses agentes, a exigência de um pedido de desculpas ao Sr. Deputado. Portanto, quem actua agindo e falando, nos termos em que falou, que depois o obrigam a considerar a possibilidade de pedir desculpas ou não, é o Sr. Deputado, não sou eu.

A quarta nota vai, obviamente, para a Deputada Piedade Lalanda. Sra. Deputada, policiamento de proximidade é o que está definido na lei, é o que está definido em geral nos manuais sobre a segurança pública e o policiamento.

De qualquer modo, devo dizer que o registo que fica, pelos vistos, da Sra. Deputada e do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, não é o registo que fica para mim e para o Grupo Parlamentar do PSD. Quando eu vejo um agente da PSP ao fundo da minha rua, eu não me sinto mais inseguro. Lamentavelmente, a senhora sente-se insegura. É esta a mensagem que quer passar à PSP dos Açores? É que sempre que vê um agente da PSP no cimo da sua rua se sente insegura? Esse é o seu registo, não é seguramente o meu.

Muito obrigado.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(* Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Quanto ao nível da intervenção, fica bem espelhado o nível quase *underground* a que o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro desceu agora.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Não apoiado! Não apoiado!

O Orador: Mas eu tenho esperança que, quando o Presidente do PSD, que agora visita sindicatos, for visitar o sindicato dos assuntos diversos – penso que é esse o sindicato – lhe

peça as desculpas, obviamente, porque eu mantenho rigorosamente o que disse. O Sr. Deputado Jorge Macedo há bocado brincava com coisas sérias.

Quando nós vamos ao aeroporto – e aqui na Horta é caso paradigmático – há umas luvas brancas que já são pretas, que servem para revistar o primeiro passageiro da noite, do dia, até ao fim daquela semana. Enquanto a luva não fizer buraco, revista sempre a mesma pessoa, mas isso o PSD acha bem e não critica. A falta de educação que eles têm com alguns passageiros o PSD também acha bem, não critica.

Agora, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, eu julguei que V.^a Ex.^a, quando muito, tivesse uma parede de vidro, mas não que fosse um cristal e V.^a Ex.^a deu aqui um ar de cristal.

Quem apresentou números aqui foi o senhor. Eu perguntei, o senhor na comissão não respondeu, aqui respondeu. O senhor é que foi buscar vinte, o senhor é que disse que eram vinte para a rua, que eram vinte e cinco e depois viu-se “*apanhado na canadinha*”, ou seja, com cinco e sem ter para onde fugir. Como não tinha para onde fugir, Sr. Deputado – e eu lamento essa sua atitude no debate político, porque é uma pessoa que eu respeito muito – a única solução que teve foi armar-se em vítima e fazer a fuga para a frente, ou seja: rompeu o pacote e toca em frente, não respondendo às minhas questões, porque não respondeu a nenhuma das perguntas que eu pus. Foi o que o Sr. Deputado fez, lamentavelmente. Por mim, reafirmo, não me foi esclarecido nenhum assunto.

Não o ofendi pessoalmente, até porque se o ofendesse pessoalmente também teria a humildade de o reconhecer. Não foi isso que eu fiz, agora o senhor tentou, sub-repticiamente, mas, Sr. Deputado, esta é uma parede de betão, betão que os senhores, enfim, tanto condenam.

Estamos aqui no debate político plural, aberto, em que todos têm a sua opinião, discordante, obviamente.

Agora, Sr. Deputado, o repúdio é meu, eu não lhe admito que o tenha ofendido pessoalmente.

Quanto às vossas questões internas, os senhores que se entendam.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não pedi a palavra para voltar a referir as razões que levam o PS a não aprovar esta proposta, o que já foi aqui apresentado por mim há pouco e que também se prende com o facto de ser um aeroporto internacional, é verdade, foi dito na comissão e eu, aqui, por lapso não referi.

Pedi a palavra porque gostava só de sublinhar a estranheza, para o Grupo Parlamentar do PS, pela imprecisão e pela inconsistência desta proposta do PSD e destes números que são aqui apresentados o que, aliás, revela bem todo o cuidado que foi dado a esse célebre pacote.

Sr. Deputado, permita-me que lhe diga que os seus dados são completamente inconsistentes e desactualizados. O senhor nem sequer cita os dados do relatório de 6 de Outubro de 2006 duma audição ao Sr. Comandante da Polícia Regional de Segurança Pública, feito por uma comissão de que o senhor é presidente.

Sinceramente, é algo de muito estranho.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bolieiro, tem três minutos.

(*) Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Pela minha parte, para terminar o debate, gostaria de dizer que o que repudio são os argumentos. Não repudio, obviamente – até porque são deputados e colegas que respeito e estimo – a pessoa, o colega e Deputado Artur Lima. Agora, a argumentação aqui usada foi, como disse e reafirmo, baixa e ofensiva para com a atitude e o debate que eu queria para estas matérias.

Quero repor exactamente o objecto desta Resolução, porque está-se a procurar desviar o debate para algo que não é o objecto desta Resolução.

O objecto desta Resolução não quantifica o número de agentes, porque não é possível quantificar os que efectivamente vão estar disponíveis para outro tipo de policiamento, se forem libertados dos aeródromos e dos aeroportos. No entanto, eu procurei dar uma estimativa subjectiva do que poderia ser.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Subjectiva, Sr. Deputado Bolieiro. Que fique registado que é subjectiva.

O Orador: E assim é que deve ser, Sr. Deputado Artur Lima.

Respondi a todas as questões a que é possível responder-se.

O que deve ser avaliado quanto ao sentido de voto, do Deputado Artur Lima e do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é se estão ou não de acordo com esta recomendação dada ao Governo Regional: a de poder, ou não, o Governo Regional, como se diz no Projecto de Resolução, “libertar agentes da PSP para funções que possam ser desempenhadas por agentes de segurança privada”. Este é o objecto preciso deste Projecto de Resolução.

É este Projecto de Resolução e este objecto que estamos a apreciar e a votar e é a isso que deve o Sr. Deputado Artur Lima cingir-se.

Quanto aos dados e às informações, tenho obviamente trabalho realizado junto das fontes de informação, trabalho que foi dado, mas sempre sublinhei que eram estimativas e números subjectivos, na medida em que, como bem apreciei desde o início, esta era uma gestão concreta de cada aeródromo e aeroporto. Assim, que não fiquem dúvidas quanto a essa matéria.

Relativamente à perspectiva economicista do Deputado Artur Lima...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Economicista, não. Responsável!

O Orador: ... é óbvio que pode custar mais caro uma gestão privada contratada pelos aeródromos e pela aerogare civil do Aeroporto das Lajes, mas é o preço a pagar para ter mais agentes da PSP libertos daquelas funções que podem ser desempenhadas por outros. Parece-me que, quanto a isso, o PSD não tem dúvidas: prefere libertar mais agentes da PSP para o policiamento do que mantê-los nos aeroportos, em funções que podem ser desempenhadas por outras forças de segurança privada.

É isso que eu quero precisar, porque uma questão é estar em desacordo com o projecto e o objecto da Resolução que estamos a debater, outra questão é quantificar os agentes – porque não estamos aqui a fazer um acto de gestão – que poderão ser libertados das funções que hoje desempenham.

Não é este o objecto da Resolução, não foi este o compromisso que eu assumi no debate deste projecto e, portanto, não me condiciono quanto à análise política do sentido de voto de cada um quanto à quantificação ou não dos agentes a disponibilizar.

Muito obrigado.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima. Tem três minutos para a sua intervenção.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

O Sr. Deputado José Manuel Bolieiro entrou neste debate com vigor, com segurança, entrou aqui, enfim, com toda a velocidade, mas agora sai com insegurança, está inseguro e tudo porquê? Foi o Sr. Deputado que chegou aqui e veio apresentar números, segundo fontes credíveis – e o adjectivo é seu – que o senhor disse aqui que o PSD tinha: fontes credíveis.

O senhor até citou, até foi mais além do que aquilo que eu disse, o senhor até foi aos números regionais, quantos eram precisos, mil para baixo e mil para cima e faltava 500... Foi V.^a Ex.^a que falou em números. Eu fiz-lhe a pergunta, o senhor respondeu e, perante a resposta eu, obviamente, contra-arguntei – e bem, correctamente e a minha fonte é perfeitamente identificada.

Agora no fim, o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, porque não vê outra saída para o seu Projecto de Resolução, vendo que realmente estava mal fundamentado, vem dizer e reafirmar que afinal aqueles números são subjectivos – o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro sonhou com eles esta noite, portanto são subjectivos. Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, foi esse o raciocínio que apareceu.

O Sr. Deputado Jorge Macedo aconselha o Sr. Deputado Bolieiro a não falar mais, já recorreu à Força Aérea, portanto já não confia na Polícia.

O Sr. Deputado Bolieiro desculpe que lhe diga, mas passou-se, neste diploma, da objectividade à subjectividade, ou seja, não há condições para aprovar isto.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sugestão é uma coisa, condicionalidade é outra.

O Orador: Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, devo dizer-lhe mais uma coisa: penso que a segurança, para nós, não tem preço nem nunca teve. De há muito tempo que a segurança é uma bandeira do CDS/PP, aliás como outras e, para nós, não tem preço. Agora, nós somos responsáveis. Para nós, a análise custo/benefício é muito importante e isto não é ser economicista, isto é ser razoável, ser inteligente e é ter a consciência que estamos a lidar com o dinheiro dos outros, com o dinheiro dos nossos impostos e, nessa matéria, nós somos escrupulosos, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Muito obrigado.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não apoiado!

Presidente: Creio que podemos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução foi rejeitado, com 12 votos a favor do PSD, 27 votos contra do PS e 1 voto contra do CDS/PP.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte, **Anteproposta de Lei – “Segunda alteração à Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto – Que estabelece as Bases de Financiamento do Ensino Superior”**, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Para apresentar esta Anteproposta de Lei, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

(*) Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Esta é uma anteproposta de lei que valoriza e identifica o serviço prestado pela Universidade dos Açores ao ensino superior na Região Autónoma como prioridade inquestionável, para que todos possamos empenhar-nos na sua sustentabilidade e no desempenho que até hoje tem realizado, em benefício da formação dos quadros superiores que a administração pública regional e as empresas da Região têm absorvido.

Há – e é reconhecido desde logo pelo Reitor, pelos gestores da Universidade dos Açores, pelo Governo Regional e por todos nós – um problema de sub-financiamento da Universidade dos Açores para as necessidades que hoje tem, cumprindo as suas funções, desde logo enquanto universidade arquipelágica, insular e, por via disso, com sobrecustos não comparáveis com as outras universidades do país e desde logo, também, pela sua outra característica específica de tripolaridade, também ela insular. Não se trata de uma tripolaridade em território contínuo, mas em diferentes ilhas e que, no dizer do Magnífico Reitor da Universidade dos Açores, envolve sobrecustos significativos.

Cumprindo esta missão política de que a Região se pronuncia e intervém sobre as questões que, sendo embora da competência dos órgãos de soberania, digam respeito à Região Autónoma dos Açores, apresentamos uma anteproposta de lei no sentido de garantir que haja uma majoração na fórmula de financiamento aplicável às universidades e estabelecimentos de ensino superior do país que beneficie a Universidade dos Açores.

É por isso uma anteproposta de lei a favor da Universidade dos Açores, a favor da sua sustentabilidade e a favor, sobretudo, de um princípio de equidade e de igualdade no tratamento das universidades e dos estabelecimentos de ensino superior no país.

O princípio de igualdade cumpre-se quando se trata de forma igual o que é igual e de forma diferente o que é diferente. A Universidade dos Açores, no contexto do ensino superior do país é, de facto, diferente e não pode, como no momento acontece, ser tratada de forma igual às outras universidades do país.

Esta é a proposta que o Grupo Parlamentar do PSD apresenta, através desta anteproposta de lei, que altera, designadamente, o n.º 4 do artigo 4.º desta lei, a Lei 37/2003, de 22 de Agosto.

Responsabiliza o Estado pelo financiamento da Universidade dos Açores e pela sua sustentabilidade. Não isenta, nem põe de fora, toda a participação e comparticipação que o Governo Regional e que a administração regional autónoma possam ter em cooperação com a Universidade dos Açores, no sentido de também apoiar a sua gestão e financiamento. No entanto, desde logo e em primeira linha, responsabiliza o Estado por este financiamento majorado à Universidade dos Açores, que tem, repito, sobrecustos não comparáveis com os restantes estabelecimentos do ensino superior no país, tendo em conta a sua condição arquipelágica e a sua insularidade, também no aspecto tripolar da mesma Universidade.

Se não defendermos todos, com empenho, a sustentabilidade financeira da Universidade dos Açores, não estaremos, com certeza, a prestar um bom serviço ao ensino superior para os açorianos e para a Região Autónoma dos Açores. Porque entendemos que as responsabilidades do Estado em matéria de ensino superior passam também por garantir a continuidade e a existência da Universidade dos Açores nos Açores e nos seus termos, designadamente de tripolaridade e de universidade insular.

Prestando, como devem prestar todas as universidades, ensino universal, a Universidade dos Açores tem uma especial vocação para as questões de interesse regional, para as questões particulares da nossa própria geografia.

Muito obrigado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(* Deputada Cláudia Cardoso (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Estamos perante uma anteproposta de lei, apresentada pelo PSD, que prevê, no essencial, a majoração de 30% mais em relação àquilo que é o valor que deriva da aplicação da fórmula de financiamento do ensino superior.

Naquilo que são as considerações sobre o papel e a importância da Universidade dos Açores para o desenvolvimento regional, para o estudo e o conhecimento da nossa realidade, estamos necessariamente em concordância com aqueles que são os pressupostos do preâmbulo desta Anteproposta de Lei. Na verdade, é inestimável e vasto o contributo da nossa Universidade e ela tem sido, também, condição do nosso desenvolvimento. Não podemos considerar que nenhuma das ilhas onde ela tem pólos (e mesmo os Açores como um todo) seria igual, em termos de desenvolvimento, se lá não estivessem sediados os departamentos da Universidade.

Sabemos também todos – é uma questão que a todos diz respeito e que a todos preocupa – do défice crónico, que não é de agora, que vive a Universidade dos Açores e da tentativa que tem sido feita, por parte do Governo Regional e por parte do Governo da República, é justo afirmá-lo, para atenuar os efeitos deste défice.

Recentemente, inclusive, temos conhecimento que o próprio Sr. Reitor da Universidade se envolveu ao mais alto nível, através de uma reunião que teve com o Sr. Presidente do Governo Regional e também com o Sr. Secretário Regional da Educação, em que foi decidido constituir uma comissão de avaliação da situação financeira da Universidade dos Açores e das causas que lhe subjazem. Pelas informações que temos, esta comissão ainda não terá terminado o seu trabalho. Aliás, começou-o recentemente, pelo que consideramos que, se neste momento, se desconhecem com rigor e com precisão as causas, as razões que subjazem a este défice estrutural e sistemático, evidentemente que devemos aguardar pela identificação dessas causas.

No ano transacto a Universidade, apesar de ter recebido um acréscimo derivado do factor de coesão de cerca de 40% mais daquilo que era o valor inicial, teve de receber um reforço, no final do ano, de mais 1,8 milhões de euros, ou seja, o Governo da República reforçou o financiamento da Universidade dos Açores. Neste momento, ela é a universidade que mais tem sido beneficiada, sistematicamente, por este reforço, uma vez que, pelos números de que dispomos, por exemplo relativamente ao ano passado, ela foi a universidade do país que

teve maior majoração, de 30%, seguida somente pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, que apenas pôde dispor de uma majoração de 8% relativamente ao valor inicial. Há que ter em conta todas estas circunstâncias e o facto, indesmentível, que não é possível neste momento, com rigor, apurar se a Anteposta de Lei do PSD cobrirá – como suspeitamos que não cobre – sequer o défice estimado de 5,3 milhões de euros para este ano.

Portanto, a Anteposta de Lei do PSD não resolve sequer, Sras. e Srs. Deputados, o problema da Universidade dos Açores no ano corrente, muito menos se pode afirmar com rigor que esta Anteposta de Lei resolverá o problema futuro da sustentabilidade da Universidade dos Açores.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(*) Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Esta é uma matéria extremamente importante mas eu gostaria de, antes de iniciar a minha intervenção no que diz respeito à matéria em causa, fazer uma ressalva, porque não é de bom tom nós falarmos, aqui nesta casa, em algo em que estejamos pessoalmente envolvidos. Não é segredo nenhum, todos o sabem: eu, ao falar sobre a Universidade dos Açores, também estou a falar sobre o meu próprio emprego e sobre um lugar onde trabalho, portanto não posso ter a independência que nesta casa se deveria ter quando se tratam assuntos que não devem ser vistos do âmbito pessoal.

Mas com essa ressalva, que é pública e conhecida, eu gostaria de vos dizer que fazer a apresentação desta proposta aqui tem, por um lado, um mérito – o mérito de demonstrar o interesse deste parlamento numa matéria que creio ser cara a todos os açorianos, que é a sua Universidade.

A Universidade dos Açores tem desempenhado e desempenha um papel fundamental na consolidação da nossa autonomia, tem desempenhado um papel fundamental na qualificação dos açorianos e é um dos pilares fundamentais em que assenta o desenvolvimento dos Açores. Estamos a falar de uma instituição que, creio, unanimemente, todos os Srs. Deputados e eu diria mesmo todos os açorianos consideram como uma instituição a preservar, uma instituição a acarinhar.

Por isso, quanto à questão dos princípios e quanto à questão dos objectivos, estou seguro que todos comungamos deles e é com esse respeito e com essa comunhão de objectivos que eu encaro a discussão deste diploma. Contudo, este diploma assenta em pressupostos que me parecem maus.

A primeira questão é a questão da tripolaridade.

A questão da tripolaridade é uma questão que nós, com grande urgência, precisamos de “colocar atrás das nossas costas” e fora das nossas discussões, sob pena de um dia destes vermos resolvido o problema da tripolaridade. Nós podemos ver o problema da tripolaridade resolvido – se continuarmos a considerar a tripolaridade como um problema e não como uma vantagem, que era aquilo que nós tínhamos a obrigação de fazer –, muito simplesmente, transformando o pólo que está sediado aqui nesta cidade numa instituição de investigação e o que está na Terceira também e, aí, deixaremos de ter uma Universidade dos Açores para termos uma Universidade de Ponta Delgada e não teremos mais tripolaridade para discutir.

A verdade é que esta questão da tripolaridade vem sempre à discussão, de alguma maneira, quando se fala na Universidade dos Açores: “é o problema da tripolaridade”. Agora já não dizemos que é o problema da tripolaridade, eu reparei na subtilidade do discurso do Sr. Deputado, é uma tripolaridade mas é a questão da tripolaridade insular ou arquipelágica que tem custos acrescidos. Sr. Deputado, esses custos acrescidos estão já avaliados e são bem inferiores àquilo que o Governo Regional já transfere como compensação da tripolaridade, que são 400 mil euros no corrente ano, para Universidade dos Açores.

Também lhe quero dizer outra coisa – e é um compromisso que aqui faço em nome do Governo Regional – se esses custos, que resultam da situação arquipelágica da Universidade ou da tripolaridade arquipelágica da Universidade, forem superiores a isso, pois o Governo Regional está na disposição de os compensar, aquando da aprovação das disposições orçamentais.

Portanto, o problema da Universidade dos Açores não é a tripolaridade, o problema da Universidade dos Açores muito menos é o facto de ter pólos em ilhas diferentes. As viagens que for preciso fazer, as comunicações que for preciso manter, pois essas estão a ser cobertas e continuarão a ser cobertas pelo Governo Regional. Retiremos da nossa discussão

essa matéria, porque ela aqui não cabe. Caberá quando nós discutirmos o Orçamento da Região.

Fica-nos então a questão da outra tripolaridade e essa, aí, é que é uma questão muito perigosa, porque aquilo que está a aparecer nos documentos da Universidade é algo que, para mim, que trabalho num dos pólos que não o pólo principal, não é agradável de ver. No fim de contas, eu chego à conclusão que, se eu for trabalhar para Ponta Delgada, deixam de me pagar o ordenado, porque o meu vencimento na Terceira está a ser colocado como um custo da tripolaridade. Então, se todos nos mudássemos para lá, o problema resolvia-se? É óbvio que não. Ou seja: cálculos da tripolaridade que assentam neste tipo de pressupostos são enganadores e autênticos “*tiros nos pés*” que nós estamos a dar, na nossa Universidade e em nós próprios – e neste caso, falo pessoalmente – enquanto docentes e, creio, enquanto decisores políticos desta Região.

Temos de ir muito mais ao fundo desta questão e de fazer uma avaliação dos custos da Universidade por outra via que não esta, por uma via que, necessariamente, passe ao lado da tripolaridade, porque não é a tripolaridade que causa o desequilíbrio nas contas da Universidade. Se nós retirarmos o pólo da Horta e o pólo de Angra da Universidade dos Açores, ela continuará a ser deficitária na mesma, continuará a ter o mesmo problema, sem qualquer tripolaridade. Portanto, meus senhores, eliminemos à partida este pressuposto, porque é um mau pressuposto e porque, ao irmos por aí, estamos a ir contra nós próprios.

Vamos então olhar para o que se passa na Universidade.

Na Universidade passam-se, na minha análise, três coisas.

Primeira questão: a Universidade dos Açores não tem uma actividade, quer científica, quer pedagógica, consentânea com o financiamento de que necessita.

Como nós, infelizmente – e vinco esta palavra: infelizmente – temos uma lei que financia o ensino superior essencialmente, embora não totalmente mas quase, sobre o aluno, ou seja, sobre o número de alunos, obviamente que a Universidade dos Açores, ao não ter um número de alunos suficiente para justificar as suas despesas estará sempre, cronicamente, sub-financiada. Logo, na actual fórmula só teríamos um caminho, aumentar o número de alunos. Ora, o aumentar o número de alunos depara-se logo com duas dificuldades, uma de natureza demográfica e outra, bem mais grave, que tem a ver com a não competitividade,

mesmo dentro dos Açores, quanto mais a nível nacional, da oferta educativa que a Universidade dos Açores tem.

Esta é a realidade que nós temos de encarar. Temos de “*chamar os bois pelos seus nomes*” e perceber que aí é que está o problema essencial.

Hoje, a uma família que está numa ilha qualquer que não a ilha onde está sediada a Universidade dos Açores, tanto lhe custa enviar o seu filho ou a sua filha para a Universidade dos Açores na outra ilha, como enviá-los para qualquer outro sítio em que haja uma universidade no nosso país. Portanto, meus senhores, nós de facto não somos competitivos nesta matéria. Mesmo dentro da ilha em que a Universidade está, a nossa oferta, por vezes, não é suficientemente atraente para evitar que as famílias enviem os seus filhos para cursos similares em outras universidades do país. Isto tem a ver com o prestígio da Universidade.

Infelizmente, esta discussão que aqui estamos a ter e esta constante crise financeira não contribuem em nada para prestigiar a nossa Universidade. Há sempre aquela suspeita de que é uma universidade que não funciona bem porque não tem dinheiro e, obviamente, isto não serve para atrair alunos.

Tem a ver com os cursos oferecidos, tem a ver com as instalações que existem na Terceira e aqui no Faial, tem a ver com muitas outras coisas, que é preciso resolver.

Esta é uma primeira ordem de considerações.

A segunda ordem de considerações tem a ver com o facto de a própria Universidade ter de, urgentemente, racionalizar a sua estrutura. Aqui, racionalizar a estrutura não significa fechar pólos, significa criar uma estrutura administrativa que seja capaz de imputar as despesas aos sítios de onde elas vêm. Infelizmente, a Universidade dos Açores sempre teve uma administração muito pobre, incapaz de fazer este tipo de análise e incapaz de fazer uma análise por centros de custo que, de facto, resolva o problema.

Não faz sentido que, quando a Universidade dos Açores é financiada essencialmente com base no número de alunos, haja pólos que não têm alunos e, ao não ter alunos estão, obviamente, a ser financiados pelos outros pólos, quando os primeiros estão a fazer trabalho de investigação. A Universidade dos Açores acaba por se transformar, por esta via, num financiador líquido da investigação científica, o que não faz qualquer sentido.

As universidades não podem ser financiadoras da investigação científica. A investigação científica é financiada, no caso dos Açores, por um fundo regional, é financiada por fundos nacionais e por fundos europeus, aos quais a Universidade dos Açores tem acesso.

Logo, a Universidade dos Açores tem de imputar a totalidade dos salários dos seus docentes e não docentes que trabalham em investigação à investigação, sob pena de nada disto fazer sentido. Caso contrário, a Universidade dos Açores é financiadora de investigação, é financiadora da prestação de serviços, é financiadora de tudo e, obviamente, quando se financiam outros, não se tem dinheiro para aquilo que é essencial.

Terceira questão: a Universidade dos Açores não pode ter, no seu seio, políticas anti-competitivas.

Criar *overheads* de 35% é obviamente dizer que a Universidade dos Açores não está interessada em ter projectos, não está interessada em prestar serviços, é desincentivar os seus investigadores e docentes a serem empreendedores, é desincentivar a criação de equipas locais. É muito mais fácil a um docente da Universidade dos Açores integrar um qualquer instituto, não interessa de onde, que lhe cobre 5 ou 10%, ou que lhe cobre 2,5% como alguns fazem, do que pagar 35% à cabeça. Pior do que isso, a Universidade dos Açores cobra esses *overheads* e depois mostra-se incapaz de justificar a despesa feita e, portanto, nem sequer consegue ir buscar o dinheiro. Ou seja, onera os projectos, dificulta a sua aprovação e depois não aproveita os recursos que poderia gerar a partir daí.

Estes problemas nada têm a ver com a Lei de Financiamento, têm a ver com questões açorianas, que precisam de ser resolvidas cá dentro. Por isso, não faz sentido que nós estejamos aqui a aprovar uma anteproposta de lei, transferindo o problema para outro lado, quando temos muito campo para trabalhar naquilo que são competências nossas, dentro dos Açores.

Por fim, é preciso não esquecer que esta lei seria absolutamente inócua.

A Universidade dos Açores já está a receber mais do que 30% acima da fórmula. É preciso não esquecer que a Universidade dos Açores já tem um factor, embora pequenino, de 2%, que é uma majoração por causa da sua insularidade. É preciso não esquecer isso: já está na lei, na fórmula actual.

Nós estamos a esquecer isso tudo, estamos a fazer tábua rasa disso tudo.

Aquilo que nós estamos aqui a fazer é tentar apagar um incêndio – um incêndio financeiro – atirando-lhe dinheiro para cima. Obviamente o que acontece aí é aquilo que acontece em qualquer incêndio, pelo que não vale a pena. Porque hoje, os 30% chegavam, no ano que vem nem 50% chegariam e sabe Deus se no ano a seguir 100% chegariam. Não vale a pena nós estarmos a fazer isso porque, se o fizermos, no ano que vem teremos de fazer uma nova proposta de lei a dizer que afinal não é 30, já é 50 ou outro número qualquer, lá chegaremos. De facto, a situação é esta e é muito mais seguro nós mantermos a via negocial com o Ministério e muito mais seguro nós mantermos, com a Universidade dos Açores, uma relação séria, uma relação de solidariedade, em que o Governo Regional, a administração regional, neste caso, a Região, se solidarize com a sua universidade e tente com ela encontrar as soluções necessárias. Esse é que é o caminho que temos de seguir e não este caminho de, pura e simplesmente – e eu diria mesmo, de forma quase provocatória face ao sistema educativo de ensino superior do país – irmos dizer à Assembleia da República “façam o favor de nos dar mais 30%” quando, aliás, já nos estão a dar mais 30%. Estamos apenas a chamar a atenção para uma questão que não devia ser muito ressaltada, estamos apenas, outra vez, a colocar no preâmbulo como razão principal a tripolaridade, o que é pedir, exactamente, que o machado que nós não queremos que nos caia em cima, venha. Estamos a dizer: “está aqui, o nosso problema é este, façam o favor de cortar”. Não faz sentido, meus senhores.

Esta é uma má proposta. É uma proposta com boas intenções, intenções que eu louvo e com as quais me solidarizo, mas não é esta a solução, não é este o caminho.

Há muitas outras coisas que precisam de ser feitas.

Eu só espero que nós sejamos capazes, aqui nos Açores, de fazê-las rapidamente e de chegarmos em tempo útil, antes que sejam tomadas decisões precipitadas que possam colocar então em risco todo o edifício que é, hoje a Universidade dos Açores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

(*) Deputado Helder Silva (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria começar por referir que subscrevo por inteiro a intervenção do Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

Partilho por inteiro da sua perspectiva e da análise que fez desta situação e, também, da sua perspectiva acerca da proposta que aqui foi apresentada. Desde logo, pelo facto de também me encontrar num dos três pólos da Universidade, outro embora, e de me sentir de alguma forma penalizado por aquilo que é a perspectiva que a própria Universidade faz da imputação dos seus custos como forma de explicar o seu *deficit*.

Penso que esta perspectiva desvia o foco do problema da Universidade e isto tem uma expressão e um significado muito grandes. De facto, quando nós olhamos para o montante alocado ao *deficit* da Universidade explicado pela tripolaridade concluímos que, de cerca de 6 milhões de euros numa situação de *deficit* crónico – e eu quero sublinhar este aspecto, porque é um *deficit* crónico –, tem vindo a aumentar progressivamente ao longo dos últimos anos, desde 2003 até 2007, que é o último ano para o qual existem dados disponíveis, crescendo de um nível de 0,9% para 3,8% em 2007.

Há aqui uma situação séria, relativamente à qual tem havido uma resposta precisamente na linha desta proposta do PSD – mais reforço dos recursos financeiros alocados à própria Universidade – e a conclusão a que chegamos é que, não obstante o reforço, a situação deficitária persiste e aumenta ao longo dos anos. Nesta linha, foi lançado um repto pelo Ministério da Ciência e Ensino Superior, que vai no sentido de a Universidade dos Açores apresentar um plano, uma estratégia, tendente a, de forma estrutural, resolver a sua situação deficitária ao nível financeiro.

Eu penso que esta resposta tem de ser seriamente dada, pela parte da Universidade, sem prejuízo também de uma intervenção séria, uma vez solicitada como o foi, do próprio Governo Regional. Devo também sublinhar que esta intervenção e esta solução não devem, nunca, deixar de fora aquilo que é a situação específica da Universidade e a sua realidade tripolar, que tem de ser mantida. Por outro lado, não podemos pretender alocar, atirar para o lado, um custo reportando-o para a tripolaridade.

Note-se, para que se tenha uma ideia: entre situações de *deficit* que têm a ver com o reduzido número de alunos; entre aquilo que são custos reportados à insularidade; entre aquilo que são custos reportados à absorção das escolas de enfermagem e ao sub-financiamento das escolas superiores de enfermagem, hoje, da própria Universidade dos Açores; e a tripolaridade, pasme-se, quase 50% deste *deficit* é alocado à tripolaridade, representando 2.600 e tal mil euros.

É óbvio que esta é uma situação que só acontece porque se parte do pressuposto que os pólos da Terceira e de Angra são, todos eles, custos de tripolaridade. Isto, como foi dito pelo Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência – e que eu quero mais uma vez sublinhar – é algo que é incompreensível, é algo que não tem explicação, é uma forma que não vem ao encontro de uma solução para a situação financeira da Universidade.

É óbvio que nós temos de encontrar uma solução para a situação da Universidade. É óbvio que a Universidade dos Açores é um pilar essencial do próprio sistema autonómico. Portanto, é óbvio que todos nós nos preocupamos – alguns de nós mais ainda porque fazemos parte do corpo docente e não docente da própria Universidade, pelo que temos preocupações acrescidas – com a saúde, do ponto de vista pedagógico e também do ponto de vista financeiro, da própria Universidade.

Então, dito isto, o que eu penso que importa fazer e na linha do que foi dito pela Sra. Deputada Cláudia Cardoso é, neste momento, deixarmos que a comissão mista, que foi nomeada para encontrar uma solução para a Universidade, faça uma proposta concreta, isenta, séria, que venha ao encontro do repto que foi lançado pelo Ministério da Ciência e Ensino Superior mas que, por outro lado, também apresente uma reestruturação, do ponto de vista organizativo e da necessidade de melhor financiar internamente a Universidade, para, de forma estrutural, resolvermos o *deficit* da Universidade.

Eu não posso terminar sem deixar aqui uma nota, depois de tudo aquilo que disse, que é a seguinte: esta lei tem cinco anos, pelo que eu não posso deixar de fazer uma apreciação que tem a ver com o facto de, se a lei é desajustada e se não concordamos com ela, se achamos que não responde às necessidades de financiamento da Universidade o que, aparentemente, não acontecia há cinco anos, claramente esta proposta vem desajustada, vem atrasada cinco anos porque, entretanto, deixámos que a Universidade crescesse, avançasse com a sua situação deficitária, cumulativamente, ao longo destes cinco anos.

Por outro lado, se aquilo que pretendemos é, de forma positiva, encontrar uma solução estrutural para a situação de sub-financiamento da Universidade ou melhor, para a situação financeira da Universidade, então, aquilo que eu penso que devemos fazer é aguardar mais uns meses para que, como disse, haja tempo para a elaboração de um estudo sério, tendente à resolução desta situação financeira.

Muito obrigado.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o S. Deputado António Marinho.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A quantidade de coisas que foram ditas pelas três últimas pessoas que intervieram, a Sra. Deputada Cláudia Cardoso, o Sr. Secretário Regional e o Sr. Deputado Helder Silva, daria provavelmente para estarmos aqui a discutir uma tarde sobre aquilo que se passa em relação à Universidade.

Eu penso que há alguns aspectos que é necessário relembrar, designadamente algo, quer ao Sr. Secretário quer ao Sr. Deputado Helder Silva, porque às vezes parece que, realmente, há muito tempo que não estão na Universidade, que perderam o contacto e não conhecem a realidade. Não conhecem, designadamente, a evolução dos últimos anos.

Por outro lado, numa fase introdutória, gostava só de dizer que o Sr. Secretário, numa determinada fase da sua intervenção, falou como um homem da casa, nomeadamente enquanto falou da questão dos *overheads* aplicados à investigação e quase que falou, diria eu, de alguma coisa que lhe terá doído no passado, em projectos nos quais esteve envolvido dentro da Universidade e não gostou que fossem cobrados aos seus projectos os tais 25%, que na altura provavelmente eram 20%. Quando o Sr. Deputado Helder Silva diz que partilha inteiramente da sua opinião, também é natural porque, estando no Departamento de Oceanografia e Pescas talvez tenha, também, sofrido “*na pele*” os efeitos desses *overheads*. Temos de nos lembrar aqui de uma coisa: os *overheads* que são aplicados aos projectos de investigação decorrem do envolvimento de meios da universidade nesses projectos de investigação. Estamos a falar não só das pessoas em si, não só dos investigadores em si, mas de todo um conjunto de despesas absolutamente necessárias aos projectos, que são custos, despesas da universidade e essas têm de ser cobertas, a universidade não pode ser penalizada por esse facto. Mas isto é uma questão talvez muito mais interna da universidade do que daqui.

Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Não, é uma questão fundamental!

O Orador: Aqui, há uma questão muito mais importante relativamente àquilo que os senhores disseram.

Começo – são tantas as coisas – pela questão do défice crónico.

A Universidade terá défice crónico? Tem. Terá ineficiências? Provavelmente, como existe em qualquer organização. Aqui – o Sr. Presidente deixe-me dizer-lhe isto – na Assembleia Legislativa provavelmente também existirá uma ou outra ineficiência. Há sempre coisas a melhorar, seguramente.

Não é por acaso, também, que existe este défice crónico, em função das especificidades que tem esta universidade. Esta universidade tem especificidades que, obviamente, acarretam despesas que, de outra forma, não existiriam, atendendo a que a fórmula de financiamento está construída de uma determinada forma, sendo necessário introduzir alguns factores de correcção.

Quanto ao facto de o Governo da República ter vindo a atenuar alguns efeitos negativos, eu não diria tanto do Governo Regional, porque se este tivesse tido alguma intervenção em termos financeiros na Universidade, com o mesmo objectivo, provavelmente existiriam, ou existirão, outros propósitos que poderão ser também falados, aqui, se for caso disso, mas não é isso que interessa. Neste momento interessa-me mais os relativos ao Governo da República...

Deputado Helder Silva (PS): Quais?

Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Devia, já agora, dizer quais. Não devem ficar coisas por dizer!

O Orador: Isso será numa segunda fase da intervenção.

Agora vamos ao que interessa, isso é que é importante, porque foram aqui ditas inverdades. Relativamente à geração deste défice crónico, nós temos de pensar, temos de nos lembrar, da história da Universidade.

Temos aqui, quer ao nível do Governo, quer ao nível das diversas bancadas parlamentares, pessoas que passaram pela Universidade há dez, vinte, trinta anos, algumas como alunos e outras como professores, que a conhecem bem. A Universidade, hoje, é completamente diferente da Universidade de há trinta e dois anos. Há, por exemplo, um facto que já aqui foi recordado, da existência de duas novas escolas de enfermagem, que foram acopladas à Universidade há quatro anos. Há uma manifesta diferença, ao nível das formações que eram dadas há trinta anos e aquelas que existem hoje em dia e isso gerou, também, um corpo docente completamente diferente. Temos de nos recordar desta história da Universidade,

para saber que ela se construiu de uma determinada forma. Em determinada altura, houve a necessidade de proceder a alguns ajustamentos.

Agora, vem uma comissão de avaliação que, provavelmente, vai fazer um excelente trabalho, vai encontrar todas as ineficiências e isso vai estar pronto quando? Amanhã? Os resultados desta comissão de avaliação estarão prontos amanhã? Ou estarão prontos daqui a dois, três anos, o tempo para se fazer um trabalho aturado, passando por todos os departamentos?

O problema é este: a Universidade não é uma casa pequena, a Universidade é uma casa grande e, para se detectarem todos os focos de ineficiência, é preciso tempo. Entretanto, a Universidade paralisa, tal como no ano passado – e a Sra. Deputada Cláudia Cardoso assim o referiu –, em que houve necessidade, no final do ano, para pagar ordenados, de um reforço do Ministério da Ciência e do Ensino Superior. Essa história de sempre deixar para mais tarde, “vamos arranjar uma solução para mais tarde”, faz com que entretanto haja coisas que paralisam.

A verdade é que o dito factor de coesão a que Sra. Deputada se referiu faz com que a Universidade já tenha, hoje em dia, um orçamento 40% superior (penso que referiu 40%), mas esse factor de coesão não tem nada a ver com isso, Sra. Deputada. Sobre esse factor de coesão, se a senhora for olhar para a portaria que o estabelece, diz assim: “a limitação das variações das dotações orçamentais face ao ano anterior, previstas no ano anterior”, é o que se refere, “é feita através de um processo interactivo, que operacionaliza um principio de coesão institucional, segundo o qual a variação percentual das dotações de qualquer instituição face ao ano anterior não deverá sofrer uma redução superior a 3% nem um aumento superior a 5%”. Isto é: a Universidade tem história, tem um financiamento na base e, através de um conjunto diversificado de critérios sobre o mérito da própria Universidade – e podem falar-se aqui em questões como os indicadores de qualidade do pessoal docente; os indicadores de eficiência científica dos cursos de mestrado e de doutoramento; os indicadores de eficiência de gestão das instituições; a classificação de mérito, resultante da avaliação do curso/instituição – resultaram orçamentos sucessivamente superiores através da aplicação daquela fórmula.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Não resultaram!

O Orador: Resultaram, foram resultando e o senhor sabe bem disso.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Sei muito bem. Isto começou bem e já está a descarrilar.

O Orador: Sabe muito bem, já foram 16 milhões de euros.

Percebeu-se uma coisa das vossas intervenções: os senhores sabem muito mais do que o Sr. Reitor. Esse é o problema, é os senhores julgarem que sabem tudo.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Cada um tem direito a defender a sua solução. E “*água benta cada um toma a que quer*”.

O Orador: Os senhores sabem muito mais que o Sr. Reitor. O Sr. Reitor foi muito claro e já lá vamos a essa questão. Seguramente o Sr. Reitor conhece muito melhor aquela realidade do que os senhores.

Relativamente a essa questão da coesão, daqui resultou um orçamento que já está superior e que não pode ser reduzido em mais do que 3% por ano.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Resultou da história!

O Orador: O que o PSD apresenta não tem nada a ver com isto. Este aqui que se mantenha, porque a Universidade criou uma estrutura, ao longo de anos, que tem de suportar e este factor de coesão tem a ver apenas e só com o evitar situações de quebra brusca que poderiam existir em determinada altura e que, por exemplo, poderiam levar ao despedimento de vinte ou trinta pessoas, caso não houvesse orçamento.

O que o PSD aqui está a fazer, com esta proposta que apresenta, é responder às especificidades desta Universidade, que são: uma, inevitável, a sua condição insular; outra, resultado de uma opção política – quanto a nós, correcta – de ser uma universidade tripolar e que, aliás, é perfeitamente subscrita pelo seu Reitor. O que o PSD quer fazer, com esta proposta, é que haja um acréscimo de 30% para que se responda aos problemas que a Universidade enfrenta em termos financeiros, decorrentes destas opções, decorrentes destas especificidades.

A Sra. Deputada, em determinada altura, colocou inclusivamente em causa que os 30% pudessem cobrir as necessidades da Universidade. Também a senhora, tal como o Sr. Secretário e o Sr. Deputado Helder Silva, sabe mais do que o Sr. Reitor. O Sr. Reitor, na reunião com a comissão, disse claramente – não sei se por acaso – que a proposta do PSD respondia exactamente ao défice que a Universidade tinha. A senhora acha que não.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Foi um milagre!

O Orador: Também conhece melhor a situação. Todos andamos aqui e todos conhecemos a realidade, realidade que não pode ser escondida. O problema que os senhores têm é que sabem demais! Têm a mania que sabem mais sobre a Universidade do que aqueles que lá estão. Não sabem, claramente não sabem.

Deixem-se de arranjar falsas desculpas para, mais uma vez, não estarem do lado da Universidade e assumam, definitivamente, que os senhores o que querem com isto é ter algo mais sob a vossa esfera de influência, porque o que os senhores querem é, manifestamente, controlo.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Era só o que faltava! Só cá faltava essa!

O Orador: Mais uma vez provam aqui que não estão do lado da Universidade.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Francisco Coelho (*PS*): Se não fosse o Governo Regional, a Universidade já tinha fechado!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

(*) Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Breves notas para reafirmar a bondade desta Anteproposta de Lei e, desde logo, a fragilidade dos argumentos contra essa mesma bondade.

A primeira nota é que uma Anteproposta de Lei, nos termos em esta é feita, não avalia nem avaliza a concreta gestão da Universidade dos Açores, hoje ou ontem, nem pretende avaliá-la amanhã. Pretende, tão-só, o seguinte: é ou não responsabilidade do Estado assegurar o financiamento do ensino superior? É, esta é a nossa convicção.

É responsabilidade do Governo Regional o financiamento público da Universidade dos Açores? Não, em nossa opinião não é uma obrigação da Autonomia, é uma obrigação do Estado, o qual não se deve demitir e nós não aceitamos que se demita. Isto tem de ser claro, quer para a bancada do PSD quer para todo o plenário, porque disso depende o futuro quanto às responsabilidades do Estado. Não se pode vir dizer, o Partido Socialista em particular, que não quer desresponsabilizar o Estado de determinadas funções – como ontem se dizia quanto à segurança pública – e, hoje, querer desresponsabilizar o Estado do

financiamento da Universidade dos Açores, que é claramente uma responsabilidade do Estado e do Governo da República.

Primeira convicção: nós queremos responsabilizar o Estado pelo financiamento da Universidade dos Açores.

Segunda nota: é líquido e pacífico que o país já entendeu que, naquela que é a sua responsabilidade de financiamento das autonomias, importa uma majoração pelos custos da insularidade. Fê-lo no âmbito da Lei de Finanças Locais, fá-lo quando reconhece a necessidade, no âmbito da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, da solidariedade do Estado para com as finanças das Regiões Autónomas. Consequentemente, para além de reconhecer que as receitas fiscais próprias da Região Autónoma são receitas da Região, apresenta uma majoração através de um fundo de coesão, para combater os custos da insularidade. Mais: agora tem acontecido o reconhecimento do esforço causado pela insularidade sobre os cidadãos, embora à custa do orçamento regional, reconheço, porque antes era o *per capita* que funcionava e era o Estado que era responsável pelo decréscimo de 30% das taxas de IRS, de IRC e de IVA para os cidadãos dos Açores, como forma de combater o sobrecusto da insularidade.

Hoje pretendemos, para tratar de forma igual o que é igual e de forma diferente o que é diferente, um reconhecimento do Estado para com a Universidade dos Açores, com o financiamento de uma majoração de 30%. O Partido Socialista e o Governo Regional recusam, fazendo aqui uma opinião subjectiva da gestão concreta da Universidade dos Açores nestes últimos anos.

Não fazemos, com esta Anteproposta de Lei, um julgamento à gestão da Universidade dos Açores. Os senhores, para justificarem o vosso sentido de voto é que estão a fazer, precipitadamente, um julgamento à gestão da Universidade dos Açores e isso não é admissível no contexto desta Anteproposta de Lei.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Se o Governo assume que vai contribuir com o Orçamento Regional para financiar sobrecustos, designadamente da tripolaridade, como afirmou o Sr. Secretário, da Universidade dos Açores, contra isso não temos nada.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): A tripolaridade naquilo que diz respeito às outras ilhas.

O Orador: No entanto, em nossa opinião não se deve desresponsabilizar o Estado desse sub-financiamento e o Governo Regional prepara-se para dar um sinal de que desresponsabiliza o Estado desta obrigação, o que é para nós um mau sinal.

Finalmente, para dizer que ao Grupo Parlamentar do PSD conforta a informação que o Magnífico Reitor nos deu, designadamente em Comissão dos Assuntos Sociais, quando se debateu esta proposta: que esta proposta asseguraria o défice de financiamento da Universidade dos Açores e que era uma boa proposta.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Pela parte do PSD, nós temos soluções comparadas, que o Estado reconhece, de majoração, para combate aos custos de insularidade. São dados objectivos o que a Anteproposta de Lei diz:

É inverdade que a Universidade dos Açores seja insular?

Não, é indesmentível. É o que está aqui para garantir a justificação deste sub-financiamento.

É mentira que a Universidade dos Açores seja tripolar?

É um facto evidente, histórico e reconhecido como uma vantagem e não, obviamente, uma desvantagem para o desenvolvimento integral da Região, designadamente a distribuição do ensino superior pela Região Autónoma dos Açores. Está aqui.

Os fundamentos desta Anteproposta de Lei são objectivos e indesmentíveis e não contrariam nada do que seja a realidade da Universidade dos Açores.

Finalmente, tendo em conta este exercício comparado à majoração de financiamento para as autarquias e à majoração de financiamento para o Orçamento da Região Autónoma dos Açores, no âmbito da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, para além do que sejam as receitas fiscais próprias, porque não há-de haver uma majoração para o financiamento da Universidade dos Açores, que sofre as mesmas consequências de insularidade que sofrem as autarquias e as Regiões Autónomas, que é reconhecido pelo Estado e que a Região também reconhece aos cidadãos contribuintes, quando lhes diminui o esforço fiscal das médias da taxa nacional? Faz sentido para nós: a Universidade dos Açores é diferente da realidade do ensino superior no continente e deve merecer esta diferença.

Para terminar, Sr. Presidente, não nos podia dar melhor conforto do que o reconhecimento do Magnífico Reitor, o concreto responsável pela gestão da Universidade dos Açores hoje...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Que é quem sabe o que se passa lá.

O Orador: ...que nos diz que esta Anteproposta de Lei é boa e resolve os problemas da Universidade dos Açores.

O Partido Socialista recusa qualquer um destes três factores justificativos desta Anteproposta de Lei e não merece o nosso apoio nem o nosso reconhecimento. Mantemos, por isso, inteira e integral convicção da bondade desta Anteproposta de Lei e dos seus pressupostos.

Muito obrigado.

Deputados António Marinho e Clélio Meneses (PSD): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) Deputada Cláudia Cardoso (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de começar pela história, Sr. Deputado Marinho, do nascimento tripolar da Universidade dos Açores.

Começo por dizer que percebo algum incómodo do PSD nesta matéria e vamos à história: como é que o PSD entra nesta matéria? O inefável Dr. Costa Neves reuniu-se com o Sr. Reitor e disse, na altura, o seguinte: “Achamos bem que o Governo Regional preencha este espaço – o espaço do financiamento da Universidade, que não está ocupado – mas deve fazê-lo assumindo, também, responsabilidades de tutela”. E continua: “Nós vamos, inclusivamente, propor, na Assembleia Legislativa Regional, um financiamento, uma majoração de 20%, que é suficiente para cobrir os três milhões da Universidade dos Açores”. O PSD entra, digamos assim, “*atado*” por estas declarações tontas, mas o Dr. Costa Neves diz mais, Srs. Deputados: “A Universidade dos Açores não tem sido bem tratada pelo Governo da República. Recebe um financiamento deficitário”.

Vamos ao financiamento deficitário: neste momento, a Universidade dos Açores é a que mais beneficia do factor de coesão e é das poucas que tem beneficiado...

Deputado António Marinho (PSD): A senhora não sabe o que é o factor de coesão. Desculpe, mas tenho de dizer isto.

A Oradora: Eu sei muito bem o que é o factor de coesão e não preciso que o senhor me explique.

A Universidade dos Açores é a que mais tem beneficiado do factor de coesão.

Vou citar um estudo interno feito pela Universidade dos Açores, que diz: “Podemos constatar que, pela aplicação desta cláusula designada por factor de coesão”, o tal que implica que não se possa subir mais de 5% nem descer mais de 3%, “o montante transferido em 2007 é 30% superior ao que derivaria da aplicação da fórmula”.

Deputado António Marinho (PSD): Aí é que está a história.

A Oradora: É a própria Universidade que reconhece, mais à frente: “Tudo se traduz num défice de natureza estrutural, tendo a situação vindo a ser colmatada através da contratualização e da cedência de reforços pontuais pela tutela”.

Não sou eu que o digo, é a Universidade que diz que tem sido a tutela a reforçar sistematicamente...

Deputado António Marinho (PSD): Não é reforçar, é a Lei.

A Oradora: Não, é a reforçar sistematicamente.

Agora vamos aos números, Sr. Deputado. Se o senhor quer números, nós também os temos.

Em 2006 a Universidade dos Açores beneficiou de um acréscimo de dotação do Orçamento de Estado de 2,6 milhões de euros, que correspondem a mais 20% da dotação inicial, em resultado da coesão.

Em 2007 os valores transferidos para a Universidade dos Açores foram de 3,7 milhões a mais em relação à dotação inicial, o que perfaz mais 36,5% relativamente a essa dotação inicial.

No final de 2007 existiu ainda a necessidade de reforçar o orçamento com mais 1,8 milhões de euros, o que foi público, pelo que o acréscimo em relação à dotação inicial foi de 5,5 milhões de euros.

Para 2008 o factor de coesão foi de 2,9 milhões de euros, mas prevê-se que isto seja insuficiente para fazer face às despesas. Sendo de 2,9 milhões de euros, ele representa já 43% relativamente à dotação inicial. O que os Srs. Deputados propõem fica aquém daquilo que já é o acréscimo da dotação de que a Universidade poderá dispor.

Assim, Srs. Deputados, citando mais uma vez o PSD, nós não concordamos com o “*atirar dinheiro para cima dos problemas*”, nós preocupamo-nos com a Universidade dos Açores,

entendemos e estamos solidários com a situação difícil que vive, mas isso não passa, como os Srs. Deputados do PSD gostam de lembrar, por “*atirar dinheiro para cima dos problemas*”.

Deputado António Marinho (PSD): Os senhores é que gostam de atirar dinheiro.

A Oradora: Concluindo, se bem consigo fazer contas: se a Universidade dos Açores devia receber, pela estrita aplicação da Lei de Financiamento, Sr. Deputado Marinho, 10,1 milhões de euros e vai receber 13,3 milhões; se nós, aplicando a vossa proposta, fizessemos a conta – penso que o Sr. Deputado há-de ter máquina de calcular – 30% de 13 milhões dá 3 milhões; se o Sr. Reitor diz que o défice estimado é de 5,3 milhões, o senhor explique-me como é que os 30% cobrem o défice estimado.

Muito obrigada.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(* Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu comecei a minha intervenção por dizer que sou pessoa interessada no assunto, pessoalmente, mas não apreciei mesmo nada daquilo que o Sr. Deputado Marinho disse quando falou nos *overheads*. Eu não estou preocupado por causa disso, até porque quando eu estava na Universidade isso não era um problema, esse problema surgiu depois.

No entanto, nesta declaração de interesses é bom que o Sr. Deputado também declare os seus. O senhor foi administrador da Universidade e, se não o declara, declaro-o eu.

Há aqui coisas que têm de ser vistas assim, as coisas são assim, estão aqui.

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Eu não estou a insinuar coisa nenhuma, estou a afirmar um facto público e conhecido.

Da mesma maneira que é público e conhecido que eu, além de ser professor da Universidade, tive também, embora modestamente, um papel administrativo, como director de um dos seus departamentos.

Meus senhores, estas são questões públicas e é bom que sejam conhecidas, porque nós estamos aqui a falar de assuntos muito sérios, de assuntos que dizem respeito a uma das mais importantes instituições da nossa Região. Não estamos aqui a falar de qualquer coisa menor, isto não pode ser uma discussão pessoal e não pode ser uma discussão de atirar uma piadinha daqui e dali. O assunto é muito sério, muito sério mesmo.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Incluindo os *overheads*, que é uma má decisão, uma péssima decisão.

Apesar de afirmar que é uma péssima decisão em relação aos *overheads*, também gostaria de dizer o seguinte: nós não estamos aqui a julgar a gestão da Universidade, conforme disse o Sr. Deputado Marinho; não estamos a julgá-la, isto não é o lugar próprio. Muito menos estamos a julgar a gestão, no concreto, do seu actual Reitor e dos seus actuais órgãos gestores, porque este é um problema estrutural, que tem raízes muito antigas e muito profundas, que está muito para além do tempo desta actual esquipa de gestão. Que fique muito claro que nós aqui não estamos a falar, no concreto, sobre o que a Universidade está a fazer hoje, nem sobre a qualidade da sua gestão. Não é isso que está em cima da mesa.

Deputado António Marinho (PSD): É a realidade.

O Orador: O que está em cima da mesa é uma questão muito mais profunda.

Também não está aqui em causa dizer-se se são 40%, 30%, se é a cláusula de coesão. O problema não é esse, é muito mais profundo, é um problema estrutural.

Fiquei muito preocupado quando o Sr. Deputado citou algo que vem ali naquele relatório e se referiu às escolas de enfermagem como parte do problema. Eu lembro o que nós, infelizmente para os Açores, já perdemos, por integração na Universidade dos Açores. Havia três escolas do magistério primário: uma delas, nesta cidade, já desapareceu; a da Terceira é uma coisa residual que vai desaparecer um dia destes.

Deputado António Marinho (PSD): É uma parte da história da Universidade!

O Orador: Nós já perdemos isso, vamos também perder uma escola de enfermagem, ou duas? Vamos perdê-las? Vamos seguir o mesmo caminho do CIFOP e das escolas de formação?

Sr. Deputado, o assunto é este.

Quando se começa a apontar como fonte do problema essas coisas – e aponta-se sempre o mais fraco – o que estamos a dizer é “tirem isto daqui, acabem com isto”. Sr. Deputado, esse

caminho é um caminho profundamente errado, que a história da nossa Região e da Universidade dos Açores já trilhou, com resultados desastrosos. Eu tenho muita pena que não haja hoje, aqui ao nosso lado, uma escola superior de educação pujante. Tenho muita pena que o antigo Magistério da Horta tenha morrido, é uma pena e tenho também muita pena que o Magistério de Angra esteja em vias de seguir o mesmo caminho. Sr. Deputado, não façamos esse erro, não nos coloquemos a apontar o dedo aqui, ali e acolá.

Também lhe queria lembrar que a tal cláusula que aqui foi já não sei quantas vezes citada resulta apenas da história, Sr. Deputado. É o somatório dos orçamentos das duas escolas de enfermagem com o somatório da Universidade que deu aquele valor. Não é por qualquer mérito nem demérito, houve história e foi a partir desse momento que se começou a dizer que não se podia descer mais do que 3%, mais nada. Era o ponto em que nós estávamos.

Deputado António Marinho (PSD): É justamente isso: não é a mais.

O Orador: Não, é a mais, obviamente que é a mais, acima da fórmula, Sr. Deputado, encare isso. Ou seja: os senhores estão a propor uma lei que é inútil, que dá menos do que aquilo que a Universidade já tem, vamos ser realistas.

É uma pena que seja assim, mas esta é que é a verdade.

Deputado António Marinho (PSD): Não é nada disso!

O Orador: Não vale a pena o senhor estar a dizer que é assim ou que faz a conta de outra maneira.

Eu tenho muita pena, porque é a minha própria instituição que está em crise, mas é uma pena que os senhores venham para aqui propor uma lei que é inútil, inócua, que dá menos do que aquilo que a Universidade já tem. Vamos olhar para o assunto a sério, não vale a pena continuar com esta discussão.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

A outra questão que não pode passar aqui em claro é a questão do controlo.

O Governo Regional não pretende controlar a Universidade.

O Governo Regional partilha, profundamente, da ideia de autonomia universitária, o Governo Regional aquilo que quer é que a Universidade seja cada vez mais autónoma em relação ao Governo Regional e em relação ao Governo da República, que a Universidade

seja, de facto, uma universidade. Porque as universidades, para serem universidades têm, necessariamente, de ser autónomas. Eu não consigo conceber uma universidade que seja dependente da tutela de quem quer que seja. Aliás, quando se fala em tutela em relação à Universidade e quando se fala em dupla tutela – eu não me quero repetir porque já disse isso em tempos – fala-se em algo que nem deveria existir, porque as universidades não se tutelam, as universidades são entidades autónomas. Nós estamos a falar do financiamento público à universidade, o que é uma coisa completamente diferente.

Infelizmente, nenhuma das nossas universidades atingiu ainda um grau de autonomia que permita eliminar esta figura.

Não deve existir tutela da universidade; há, sim, um financiamento público da universidade. Ninguém quer controlar ninguém e esse medo tem de desaparecer. Esta ideia de que cada vez que o Governo Regional se aproxima da Universidade é sempre recebido com frieza porque pode ir controlar o que quer que seja só resulta num prejuízo, prejuízo para a própria Universidade e, por essa via, prejuízo para todos nós.

Temos de ser vistos como parceiros amigáveis, como alguém que quer colaborar, alguém que está profundamente empenhado no desenvolvimento da nossa Universidade e não como alguém que quer controlar o que quer que seja. Essa paranóia do “controlismo” resulta, talvez, doutras ideias quanto à tutela que nós, aqui deste lado, não temos.

Meus senhores, a outra questão que me parece fundamental ainda trazer é que não vale a pena nós estarmos a discutir quantidades, se é 20 ou 30%, porque nunca chegará. Este ano, talvez 30% chegassem, é o tal número mágico; no ano que vem já não chega. Por isso, quando esta lei fosse aprovada, quando entrasse em vigor – porque há uma lei travão a nível nacional e orçamental que determina que ela não teria efeito este ano, mas apenas para o ano que vem – ela, mais uma vez, além de ser inútil neste ano, no ano que vem ainda mais inútil seria, porque nessa altura o défice já não será 30%, será já de 40 ou 50%; sabe Deus quanto será.

Do que estamos aqui a falar? Estamos a falar de uma inutilidade, duma provocação inútil e de um autêntico *faits divers* para nos desviar daquilo que é o assunto fundamental, que é vermos como vamos resolver o problema da Universidade.

O Sr. Deputado também disse que íamos esperar dois anos para saber quais as soluções para a Universidade.

Sr. Deputado, eu tenho muita pena que isso não estivesse já pronto na semana passada e espero que esteja na próxima. Nós não estamos a falar em anos, estamos a falar em muito pouco tempo, estamos a trabalhar muito rapidamente.

Deputado António Marinho (PSD): Tudo prontinho. Dois dias depois está a avançar e está resolvido o problema.

O Orador: Não está a avançar porque isto é um assunto muito complexo.

Sr. Deputado, eu não acredito em pessoas que julgam que os assuntos se resolvem apenas a longo prazo, e que julgam que tudo se resolve com mais dinheiro, particularmente quando é dinheiro dos outros. Essa não é a solução. Não se resolvem problemas com o dinheiro dos outros, resolvem-se problemas com o nosso próprio engenho, com a nossa capacidade de empreendimento e com a nossa capacidade de reformar. Assim é que se resolvem os problemas, não é de outra forma qualquer.

Outra questão que o Sr. Deputado aqui trouxe e que me parece também muito má, mesmo, é essa dúvida de que nós, ou deste lado, o Grupo Parlamentar do PS e o Governo, não estamos do lado da Universidade ou que, se calhar, o Governo da República não está do lado da Universidade.

Sr. Deputado, tem estado do lado da Universidade e tem-no estado com muita força porque só essa força é que fez com que a Universidade dos Açores fosse, até agora, aquela que mais beneficiou de todas as medidas possíveis. Foi aquela que mais beneficiou, foi a única que recebeu por inteiro o reforço de que precisava, foi a única que não entregou – ainda não tem as coisas todas resolvidas a tempo, o prazo já terminou há tempo e ainda não houve nenhuma decisão apressada sobre o assunto –, é aquela que tem beneficiado, exactamente, dessa boa vontade, lembro, por todos nós e particularmente pelo Governo Regional e pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Todos nós estamos muito conscientes dos problemas da Universidade e da sua importância e queremos resolvê-los. Não queremos é entrar em inúteis guerras de palavras e, particularmente, não queremos, enfim, tentar “*tapar o sol com a peneira*”, dizendo que 30% chega, fica tudo resolvido e coisas do género, porque não está resolvido, o assunto é profundo, é estrutural e é esse problema estrutural que nós temos de resolver.

Acredite, Sr. Deputado, que não há ninguém com mais empenho do que eu. Até porque eu hoje estou aqui mas amanhã estarei lá. Nunca me desliguei da Universidade até porque, na

minha casa, os dois dependemos da Universidade dos Açores. O Sr. Deputado não diga que eu não sei o que é que lá se passa. Diariamente falo no assunto, diariamente sei as angústias que sentem as pessoas que lá estão, diariamente sei os problemas por que as pessoas lá passam.

Deputado António Marinho (PSD): O senhor deve estar esquecido de algumas coisas.

O Orador: Não estou esquecido de coisa nenhuma, estou muito consciente disso, é um assunto que me entra em casa todos os dias, porque quer eu, quer a minha mulher, trabalhamos na Universidade dos Açores.

Portanto o Sr. Deputado não me venha com essas coisas só porque foi administrador da Universidade dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

(* Deputado Helder Silva (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria fazer algumas apreciações, na sequência das intervenções que foram feitas.

Começo por dizer ao Sr. Deputado António Marinho que a questão dos *overheads* não me melindra absolutamente nada. Aliás, como foi dito pelo Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência, trata-se de facto de um erro, porque a esta questão aplica-se aquele exemplo que os senhores muitas vezes dão relativamente aos impostos, não tanto aqui na Região, mas a nível nacional: taxas elevadas não levam a nada, porque desequilibram a economia.

Neste caso é mais grave ainda porque, com os *overheads* elevados a que todos os projectos têm sido submetidos no âmbito da Universidade, o que tem acontecido é que todos os departamentos encontraram instrumentos para não os pagar. Eu, enquanto coordenador de projectos, pagava cerca de 20% de *overheads* de projectos há uma dúzia de anos mas, mais recentemente, aqueles dispararam para 35%, penso eu. Aquilo que sucede é que não há departamento na Universidade dos Açores que não tenha um instrumento que lhe permita submeter os projectos por outra via que não por via da própria Universidade e retirando-se, por essa via, do pagamento dos 35%. Portanto, esta questão não resulta em mais valias, antes pelo contrário, para a própria Universidade.

Mas isto é um aparte que não é relevante.

O que é relevante e é uma coisa que me melindra neste processo é o seguinte: eu não aceito, por princípio, que os pólos da Universidade que não se encontram em Ponta Delgada e que – e isto não é culpa desta administração, da actual tutela da Universidade, é de várias – ao longo dos anos viram o problema das suas instalações adiado e atirado para terceiros, em termos de custos – como, aliás, constatamos, acabou por ser a solução encontrada, neste caso com a forte participação por parte do Governo Regional, conforme tive já ocasião de referir –, agora, ao fim destes anos, para além de terem sido sujeitos a esta situação de adiamento sucessivo das suas instalações, ainda se tornem, de repente, os causadores da situação deficitária em que a Universidade se encontra. Isso não me parece sério, eu não quero acreditar que venha a ser esse o resultado dos estudos que estão em curso e daqueles que foram feitos mas, se o for, não é sério, não pode ser, porque estes dois pólos, com a sua dimensão, não podem ver os custos todos remetidos para custos de tripolaridade e, por essa via, explicar-se aquilo que é a situação deficitária da Universidade, representando cerca de 50% deste mesmo *deficit*.

É apenas nesta questão que eu posso ser um pouco mais melindroso – e sou.

Depois, há aqui um problema que quero referir, que é um problema político.

Esta proposta do PSD enferma, no meu entender e penso que no entender do Grupo Parlamentar, de um erro político, que é o seguinte, vejamos: temos uma situação de *deficit* estrutural da Universidade; temos uma situação, conforme também foi aqui sublinhado, de reforço em 30% – em termos relativos, obviamente – da Universidade dos Açores comparativamente às outras universidades do país, fruto do esforço que o Governo Regional tem feito junto do Governo da República e, obviamente, também do esforço que a própria Reitoria tem efectuado nesse sentido; agora a Universidade dos Açores é confrontada com um repto de resolver, de forma estrutural, a situação de sub-financiamento do seu funcionamento e qual é a resposta que o PSD propõe para tudo isto? Estenda-se a mão e peça-se mais 30%. Eu digo que isto é uma resposta errada e digo mais: não acredito que o Reitor da Universidade concorde com esta resposta para este problema.

Ponto final, muito obrigado.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Concordou. Mas o senhor está a dizer uma coisa que não corresponde à verdade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma das coisas que eu ia dizer já disse o meu colega José Manuel Bolieiro: efectivamente, o Sr. Reitor concordou, portanto, pode acreditar-se à vontade porque foi ele que o disse, publicamente, perante a comunicação social.

Várias questões foram aqui levantadas e eu vou tentar ser muito rápido, porque penso que as posições estão perfeitamente definidas e já se percebeu o que os senhores querem. Assim, vou só voltar à questão do factor de coesão, devido à leitura que a Sra. Deputada Cláudia Cardoso fez de todos esses números – deu mais três milhões, deu mais dois milhões, não deu mais, deixou de dar menos. Vamos usar um pequeno exemplo.

A Universidade tinha 15; a aplicação estrita da fórmula de financiamento, considerando também o número de alunos e a redução do número de alunos, só lhe daria direito a 12; há um factor de coesão que diz não poder ser mais de 3%; então, aos 15 milhões retira-se 3% e esse é o tecto abaixo do qual o orçamento não pode descer. É nisso que consiste o factor de coesão, que funciona para a Universidade dos Açores, funciona para a Universidade da Madeira e funciona para todas as outras universidades públicas. Em rigor, é só isso.

Segunda questão, relacionada com esta.

Sr. Secretário, ninguém disse que o problema era as escolas de enfermagem. O que eu disse foi: vamos lembrar-nos da história. A história é a Universidade já ter tido muito mais alunos, agora tem menos; a Universidade não tinha as escolas de enfermagem, entraram num determinado ano e acrescentaram também ao orçamento que a Universidade tinha na altura; a Universidade dos Açores tinha um determinado orçamento, ao qual naquele ano se fez aumentar aquele valor; as escolas de enfermagem foram muito bem vindas, mas fazem parte da história.

Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Agora começo a perceber a confusão.

O Orador: Relativamente à história, é esta e deu origem, em determinada situação, a um determinado montante que depois não pode ser reduzido em mais de 3%.

Quanto à proposta ser inócua ou não, a proposta que o PSD aqui está a fazer é sobre esse valor haver um acréscimo de 30%.

Leia, Sr. Secretário, tem aí e peço que o senhor leia.

Quanto ao invocar a minha qualidade anterior de ligação à Universidade, não fui eu que o fiz, o senhor é que invocou a sua qualidade de professor logo no início da sua intervenção.

Eu não invoquei isso porque isso não é para aqui chamado. Eu sou deputado pelo Partido Social Democrata na Assembleia Legislativa Regional, não invoquei essa qualidade.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Isso é uma questão de ética.

O Orador: Mas, uma vez que a invocou, já agora posso lembrar-lhe só uma coisa, para compararmos o que é o actual Governo da República e a sua amizade pela Universidade e o Governo da República quando exerci essas funções. Foi, tão-só, o governo que mais ajudou a Universidade, através de mecanismos claros, designadamente através da assinatura de um contrato-programa que permitia acudir a determinadas situações.

Esse governo, que por acaso era da responsabilidade do Partido Social Democrata, foi, efectivamente, um governo amigo da Universidade. Por muito que os senhores queiram, os senhores têm lá o Sr. Engenheiro Sócrates e o Sr. Professor Mariano Gago, que não gostam da Universidade dos Açores, é uma pena.

Quanto à questão dos *overheads*, Sr. Deputado Helder Silva, isso é uma questão interna, dentro da Universidade. Os senhores consideram que é uma má decisão, não estou aqui a dizer se é boa, se é má, não vou entrar por aí porque não tenho nada a ver nem fui eu que invoquei essa questão.

Duas últimas questões, quanto às palavras iniciais da Sra. Deputada Cláudia Cardoso a tentar demonstrar alguma incoerência na evolução da posição do PSD em relação à Universidade. A única coisa que a senhora encontrou foi que se tinha falado, em determinada altura, numa percentagem de 20% e depois passou a falar-se em 30%.

Deputada Cláudia Cardoso (*PS*): Não foi só essa.

O Orador: Por isso é que nós vamos estudando a matéria e chegámos à conclusão que os 20% eram insuficientes, daí que, na presente proposta, tivéssemos aumentado para 30%, tão simples quanto isso. É a evolução normal de quem estuda os assuntos e se tenta informar junto de quem sabe. Quem pensa que sabe mais do que aqueles que lá estão obviamente tem soluções que não respondem, efectivamente, às situações.

Quanto à questão do controlo, Sr. Secretário eu respondia-lhe só com uma pequena frase: são boas as intenções que o senhor aí manifestou, de não ser por essa via que quer controlar

a Universidade, mas a prática, em relação aos mais diversos domínios da sociedade açoriana, mostra, da parte deste Governo, justamente o contrário. Os senhores o que querem é controlar tudo e todos e a Universidade tem-vos fugido para fora da mão.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

Presidente: A Sra. Deputada Cláudia Cardoso tem três minutos para fazer a sua terceira intervenção.

(*) Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos por partes.

O factor de coesão, na realidade, aplica-se a todas as universidades da mesma forma e eu já o tinha dito. A única diferença é que a Universidade dos Açores tem, sistematicamente e segundo dados da própria universidade, sido aquela que mais tem sido favorecida pelo factor de coesão, com 30% relativamente ao ano de 2007 e relativamente à dotação inicial, que seria 10,1, como já disse, e passou a 13,3.

Deputado António Marinho (PSD): Pela sua história.

A Oradora: A única universidade que a segue em termos de percentagem derivada desse factor de coesão – já o disse também – é a de Trás-os-Montes e Alto Douro, mas com 8%. A seguir, só temos 4% e outras que receberam menos, devido ao número de alunos. Isto que fique claro de uma vez por todas.

A que acresce, Sr. Deputado Marinho, declarações do Sr. Reitor – e o Sr. Deputado Bolieiro esteve na comissão e assistiu – em que disse o seguinte: das quatro universidades, em que a dotação inicial já tinha factor de coesão, que pediram o reforço da verba, a Universidade dos Açores foi a única que recebeu a totalidade do reforço. O Sr. Reitor acrescentou que não tinha dúvidas de que isso fosse por acção do Governo Regional, porque nenhuma das outras universidades tinha um governo que as defendesse.

Deputado António Marinho (PSD): E muito que a Sra. Deputada gostou de ouvir isso.

Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Parece que o vosso gabinete de estudo tem posições diferentes.

A Oradora: Devia ter lá estado para ouvir.

Deputado António Marinho (PSD): Parece que o que os senhores querem é acusar a gestão da Universidade dos Açores.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): É isso que estraga tudo.

A Oradora: Relativamente ao entendimento que o PSD parece ter agora da importância da manutenção da tripolaridade, isso é algo que nos parece muito importante. O Sr. Secretário explicou com clareza a questão e a dificuldade que pode ser sustentar na tripolaridade os problemas que a Universidade dos Açores tem, porque a conta que os senhores fazem é uma conta primária e simples, que é: somam o departamento de Angra – Ciências Agrárias, Ciências da Educação e a Escola de Enfermagem – ao DOP e têm os custos da tripolaridade. Isto, obviamente, é, no mínimo, básico de mais. Está aqui e são os custos da tripolaridade, temos os custos de 2,6 milhões de euros.

É bom que se exercite a memória e lembremos que esta posição que o PSD tem hoje relativamente à tripolaridade é muito recente.

Deputado António Marinho (*PSD*): E qual é o problema?

Presidente: Agradecia que deixassem a Sra. Deputada concluir a sua intervenção.

A Oradora: Recordo declarações de um antigo Reitor da Universidade, o Professor Vasco Garcia, que dizia o seguinte em Fevereiro deste ano ao Correio dos Açores: “Esta situação”, a situação do défice, “é uma situação que se previa há muitos anos. Em 2001 alertei a Universidade para a necessidade de se fazerem reformas, reduções, reestruturações e, inclusivamente, profissionalizar, cada vez mais, o corpo docente, deixando de recorrer a docentes convidados a tempo parcial ou integral, que eram um peso, nomeadamente em cursos com poucos alunos”. Quem está a acusar a gestão da Universidade dos Açores não é, obviamente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Presidente: Agradecia que concluísse, Sra. Deputada.

A Oradora: Ele acrescentava: “A actual situação”, e vejam como isto é coerente com a posição do Partido Social Democrata, “que esta instituição de ensino vive tem raízes profundas na forma como se originou, sendo que a dispersão por três pólos foi o seu pecado original porque, no respeitante a gestão universitária, esta dispersão é um erro universitário”.

Sr. Deputado, o Sr. Professor Vasco Garcia parece que não concorda bem com a que é agora a posição do PSD.

Presidente: Agradecia que abreviasse, Sra. Deputada.

A Oradora: Termino já, Sr. Presidente, mas agradeço também que me desconte, obviamente, o tempo dos apartes.

Presidente: Já está descontado, Sra. Deputada.

A Oradora: Uma última citação, que me parece importante para o tema em debate.

Deputado António Marinho (PSD): O Dr. Jaime Gama não concorda com a posição do Sr. João Jardim.

A Oradora: Dizia ainda o ex-Reitor: “Mesmo que haja uma majoração de financiamento que resolva esta situação durante uns tempos, o tempo deverá ser aproveitado para reestruturar a Universidade, tornando-a mais rentável”.

Disse.

Deputado Francisco Coelho (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, também para a terceira intervenção.

(* Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Brevemente, e penso que acabando nos três minutos, quero afirmar a minha declaração de interesses: a Universidade dos Açores é importante para os Açores, para os açorianos, acredito e quero contribuir para a sua sustentabilidade, para o seu presente e para o seu futuro. Esta é a minha declaração de interesses no que à Universidade dos Açores diz respeito e esta iniciativa de Anteproposta de Lei insere-se neste espírito e nesta declaração de interesses.

Segunda nota, para garantir que o objectivo desta anteproposta não é criar dificuldades à Universidade dos Açores, nem é – como o Sr. Secretário, penso que inadvertidamente, acusou – uma proposta inútil. Ela é verdadeiramente útil porque, ao considerar, como o Sr. Secretário considerou, que ela não dá mais do que a Universidade tem, assume um erro de petição. Quando a Universidade dos Açores tem, como todas as universidades do país, uma fórmula que não tem qualquer majoração e nós propomos uma majoração de 30%, é de princípio, é de regra básica, que estamos a dar mais do que aquilo que ela tem. Assim, é um erro de petição aquele que o Sr. Secretário acabou de afirmar, de que esta lei não dava mais do que aquilo que a universidade já tinha. Esta Anteproposta de Lei dá mais e diferencia a Universidade dos Açores do contexto dos critérios que são iguais para todas as

universidades e todos os estabelecimentos de ensino superior do país. Este é um dado concreto.

Terceira nota, para dizer que o PS e o Governo insistem em fazer este debate numa avaliação e num julgamento da gestão da Universidade dos Açores ao longo destes anos e no presente.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Está enganado.

O Orador: Nós não fazemos, com base nesta Anteposta de Lei, qualquer julgamento à gestão passada, presente e futura. O que nós queremos é garantir esta majoração, que corresponde àquilo que é o reconhecimento do Estado, repito, para as finanças locais, para as finanças das regiões autónomas e até mesmo para os contribuintes na Região Autónoma dos Açores.

Sr. Secretário Regional, esta lei não vem em função do concreto interesse da gestão da Universidade dos Açores que dependa dum estudo que vai sair amanhã ou depois, porque isso é que seria intolerável para os outros estabelecimentos de ensino superior no país, que também podiam apresentar-se, dizendo “nós também vamos fazer contas aqui às nossas necessidades de financiamento e vamos todos apresentar propostas de lei”. A lei é geral e abstracta, não é concreta nem é em função de uma avaliação da gestão de cada estabelecimento do ensino superior no país.

O que nós aqui propomos é uma solução baseada num princípio de igualdade no seu exacto cumprimento total: tratar de forma igual o que é igual e de forma diferente o que é diferente. A nossa convicção é que a Universidade dos Açores, no contexto dos estabelecimentos de ensino superior no país é diferente, por muitas razões mas, especialmente, por aquelas que invocámos e que são indesmentíveis porque são factuais: a insularidade e a tripolaridade. Não há argumentos contra estes factos.

Por outro lado, quero dizer, Sr. Secretário Regional e Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que esta proposta, não tendo nada de inútil, tem a confirmação do Sr. Magnífico Reitor de que é útil, resolve o problema da Universidade dos Açores, tem soluções comparadas que a dignificam e honram, exactamente por tratar uma instituição que, sendo da responsabilidade do Estado, estando sediada nos Açores merece a mesma solidariedade – acrescida pelos custos de insularidade – que outras instituições, que também são da responsabilidade do Estado, merecem. Portanto, esta proposta é útil, tem cabimento

constitucional porque cumpre um princípio de igualdade, não é uma lei concreta para tratar da concreta gestão da Universidade dos Açores mas sim para a diferenciar, cumprindo o princípio de igualdade, dos outros estabelecimentos de ensino superior.

O que eu acho, Sr. Secretário Regional e Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é que os fundamentos que apresentam para votar contra não são válidos, não correspondem aos objectivos concretos desta Anteproposta de Lei, que é útil e resolve um problema da Universidade dos Açores e faz justiça à Universidade dos Açores exactamente por esse contexto de insularidade e de tripolaridade.

Presidente: Agradecia que concluísse, Sr. Deputado.

O Orador: Os senhores perdem a oportunidade, esse é que é o registo, de, através desta proposta, defender a Universidade dos Açores. Esta é a minha conclusão e, creio, será a conclusão da Universidade dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes de deputados das bancadas do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(* Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo:

Em relação a esta Anteproposta de Lei, por vezes ao ouvir as intervenções, particularmente ao ouvir a intervenção do Sr. Deputado Marinho, há pouco, até parece que estamos a falar de coisas diferentes daquelas que estão escritas.

Eu passo a ler o que está aqui escrito, que diz assim: “À fórmula referida no n.º 2 é acrescida uma majoração de 30%, aplicável ao montante a atribuir à Universidade dos Açores, como compensação dos sobrecustos decorrentes da sua insularidade e tripolaridade”. É isto que está aqui escrito.

Sr. Deputado, isto quer dizer pura e simplesmente o seguinte: em relação aos resultados da fórmula, que são os tais 10,7 milhões neste momento, aplica-se mais 30%, ou seja, vamos ficar com um valor que é inferior ao valor que existe agora. É uma questão de matemática, Sr. Deputado, não é outra coisa qualquer. Esta lei não adianta nada à Universidade dos Açores, é uma questão de matemática, nada mais.

O Sr. Deputado fez aqui uma tentativa de interpretação, dizendo “se é a mais então vamos manter o resto”. Mas porque é que vamos manter? Não é por causa desta lei, com certeza,

porque aqui não diz isso. Aqui diz, pura e simplesmente, que à fórmula se acrescenta 30%, quando a fórmula já está a ser aplicada com muito mais do que os 30%.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Esse factor de coesão é aplicado a todas as instituições, não é só à Universidade dos Açores.

O Orador: Assim, Sr. Deputado, eu volto a repetir: o que está aqui escrito não é nada do que os senhores disseram. Está aqui escrito, preto no branco, para todos os estabelecimentos.

Deputado António Marinho (PSD): Vá ver na portaria, para ver como é que estava.

O Orador: Eu conheço a portaria e isto não tem nada a ver com a portaria, tem a ver com a lei, é uma alteração à lei.

Sr. Deputado, eu sei muito bem o que está aqui dito e o senhor também sabe. Era muito melhor os senhores dizerem que não pensaram bem isto. Porque não o dizem? Então que se ponham 35% sobre aquilo que estava.

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Eu não sei se pensou, se não pensou, eu não sei o que ele disse, porque não ouvi. Agora, o que está aqui escrito não é isso, é outra coisa completamente diferente.

Mais importante do que isto – que está aqui escrito, é exactamente isto que está patente aos olhos de todos e diz pura e simplesmente, sobre a fórmula, pelo que não vale a pena estar a inventar outra coisa qualquer –, porque não é isto que interessa, o que interessa agora é esclarecer um outro assunto.

Eu não disse – e espero que não tenha sido assim entendido – que, em resultado do estudo, do trabalho que está a ser feito pela comissão, se vai apresentar uma proposta qualquer de lei. Eu não disse isso, não foi isso que eu quis dizer.

Eu não sei se é preciso alterar a lei ou não, o que é preciso é fazer alterações estruturais na Universidade, olhar para a Universidade como um todo e resolver os problemas estruturais que ela tem. Eu espero que fique bem claro que a criação desse grupo de trabalho não tem qualquer implicação directa sobre alterações da lei. Não é disso que se está à procura, não é isso que se pretende fazer. Se for feito, será feito no meio de outras medidas quaisquer, mas não é esse o objectivo, portanto não se corre nunca o risco, Sr. Deputado, de dizer que

vamos fazer uma lei de propósito ou uma lei *a domine* aqui para a Universidade dos Açores. Não é isso que está em causa.

Queria terminar fazendo um apelo ao Sr. Deputado: faça o favor de ler aquilo que os senhores propuseram e diga-me se o que está aí escrito não é absolutamente inútil. É, por mais que os senhores digam o contrário.

Muito obrigado.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Não havendo mais inscrições no debate, vamos votar na generalidade esta Anteproposta de Lei.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a Anteproposta de Lei foi rejeitada, com 14 votos a favor do PSD e 28 votos contra do PS.

Presidente: Como a Anteproposta de Lei foi rejeitada na generalidade, não há mais debate sobre ela.

O Sr. Deputado José Bolieiro pede a palavra para?

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Para uma declaração de voto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(* Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Prevaleço-me da declaração de voto para esclarecer o que pretendia esclarecer em especialidade.

Com humildade, reconheço que estava a avaliar a situação incorrectamente, quanto à discussão na especialidade, tendo sido rejeitada a proposta na generalidade.

Apesar de termos partilhado as preocupações do Sr. Secretário Regional quanto à interpretação da norma para a majoração à fórmula, quero esclarecer qual é a nossa convicção.

Tal como está, na letra desta Anteproposta de Lei, ela não põe em causa a verdadeira majoração e porquê? Porque esta, sim, é uma especialidade à fórmula, que a lei prevê, de majoração específica para a Universidade dos Açores. O factor de coesão não é uma majoração específica para a Universidade dos Açores mas, antes, aplicável a todos os

estabelecimentos de ensino superior no país. Portanto, não há uma majoração especial para a Universidade dos Açores no âmbito do factor de coesão e, por isso, esta proposta acaba por promover uma injunção, um acrescentar, um aditar àquilo que seria para contemplar em termos de financiamento da Universidade dos Açores, de forma diferente das outras universidades e estabelecimentos de ensino superior, razão pela qual está esclarecida aquela preocupação de o factor de coesão estar ou não estar sujeito a esta majoração.

Sr. Secretário Regional, se esta era a sua dúvida, teria tido tempo, depois de esclarecido, de influenciar o Grupo Parlamentar do Partido Socialista a alterar o seu sentido de voto, porque a sua preocupação estava resolvida: esta Anteproposta de Lei não é inútil.

Em declaração de voto, quero dizer que o PSD está de consciência tranquila, porque procurou ajudar a Universidade dos Açores e responsabilizar o Estado pela sua missão de sustentar o ensino superior na Universidade dos Açores.

O registo que retirei deste debate e desta votação foi que o Partido Socialista se demitiu desta função de defesa da Universidade dos Açores e perdeu a oportunidade de estar ao lado dela e da sua sustentabilidade no presente e no futuro.

Muito obrigado.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(* Deputada Cláudia Cardoso (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Primeira questão: os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, como eu comecei por dizer neste debate, defendem a sua Universidade, reconhecem-lhe o mérito e o contributo para o desenvolvimento da Região e a prova disso é a forma como o nosso Governo, o Governo do Partido Socialista, tem encarado este problema, se tem solidarizado com este problema e tem resolvido, directa e indirectamente, muitas das que têm sido as dificuldades com que a Universidade se depara.

Em segundo lugar, quero corroborar aquilo que já foi dito: esta Anteproposta de Lei do PSD é inútil, é inócua, não acrescenta absolutamente nada àquilo que já acontece...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Ah, acrescenta, acrescenta.

A Oradora: ...e não traz nenhuma novidade.

Nós, Srs. Deputados, não temos o vosso comportamento político, estamos aqui para tratar com seriedade os assuntos que são sérios e não para tentar atirar dinheiro para cima dos problemas, ainda por cima quando esse dinheiro nem é suficiente para colmatar as deficiências do presente ano.

Em terceiro lugar, esta é uma Anteproposta prematura, não é a altura de a fazer porque neste momento – e a própria Universidade concordou com isso – há uma comissão de avaliação a analisar o problema e há a perspectiva de celebrar o contrato de saneamento financeiro com o Ministério da Educação. Logo, é uma Anteproposta prematura.

Em quarto lugar, dar mais dinheiro à Universidade sem se saber exactamente porquê é um erro e, esse sim, é um erro que pode conduzir à falência da instituição, porque esse tipo de atitude apenas resolve o imediato. É um paliativo para a dor, mas não cura a doença, Sr. Deputado Bolieiro, como sabe, porque o problema da Universidade é um problema estrutural, é um problema sistémico e tem de ter uma solução estrutural e não uma solução pontual.

Não lhe admitimos, Sr. Deputado Bolieiro, que questione a nossa seriedade.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Eu não questionei isso!

A Oradora: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista está muito preocupado com esta situação, como já aqui foi dito, e a seu tempo, no tempo oportuno, apresentará uma solução. Mas a nossa solução, claramente, não é esta.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Apresentam sempre uma solução a seguir.

Presidente: Estão interrompidos os nossos trabalhos por 15 minutos.

(Eram 18 horas e 25 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos prosseguir os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 55 minutos)

Sras. e Srs. Deputados, no próximo ponto da nossa agenda temos um **pedido de urgência** entregue pelo Partido Social Democrata, relativamente ao **Projecto de Resolução intitulado “Por uma política de proximidade na saúde”**.

Para o apresentar tem a palavra o Sr. Deputado José Bolieiro.

(*) Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Em breves palavras, no entendimento do Grupo Parlamentar do PSD acerca deste Projecto de Resolução com o título “Por uma política de proximidade na saúde” – desde logo porque se trata de uma recomendação, de natureza e complexidade reduzida, e tendo em conta o contexto e o calendário em que foi apresentada – a nossa expectativa era de que, tendo baixado como baixou à Comissão dos Assuntos Sociais, em tempo útil, de modo a que pudesse ter sido relatado e ter vindo a este plenário, se dispensaria um pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, porque era útil que fosse analisado em comissão, mas, pela natureza e complexidade da mesma, não se justificaria este atraso.

Contra as nossas expectativas – legítimas, aliás, porque o n.º 2 do artigo 125º do Regimento prevê mesmo isso, o Presidente estabelece o prazo tendo em conta, designadamente, a natureza e a complexidade do Projecto ou da Proposta e o calendário das reuniões plenárias –, o Presidente despachou dizendo “até 30 dias” e tinha como diferença entre a data de entrada e o despacho de baixa à Comissão e a realização deste plenário também uma reunião da Comissão dos Assuntos Sociais agendada para poder relatar diplomas para este plenário. Portanto, a nossa expectativa era que tudo estivesse em condições de modo a que este plenário pudesse debater este Projecto de Resolução.

Não foi assim, razão pela qual, depois de realizada a Comissão dos Assuntos Sociais, que não o agendou, entregámos este pedido de urgência, visto que se mantêm as mesmas características: o projecto não é complexo e a sua natureza admitia estar em condições de ser debatido neste plenário.

Muito obrigado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo Regional:

Muito sinteticamente, quero afirmar aqui o entendimento da Presidente da Comissão dos Assuntos Sociais nesta questão que o Sr. Deputado Bolieiro aqui trouxe.

Este Projecto de Resolução deu entrada nesta Assembleia no dia 20 de Março e baixou à Comissão dos Assuntos Sociais com 30 dias, como disse e muito bem o Sr. Deputado, ou seja, até 19 de Abril. A Comissão dos Assuntos Sociais tinha uma reunião agendada para os dias 1 e 2 de Abril e não tinha, obviamente, que presumir nenhuma urgência por parte do Partido Social Democrata.

A urgência não se presume, a urgência assume-se. Regimentalmente, a urgência é excepcional e tem um tratamento processual próprio, como o senhor bem sabe, que tem de ser expressa e claramente invocado. Os senhores podiam tê-lo feito, quando entregaram o Projecto para dar entrada. Se não o fazem, não têm de querer que as outras pessoas presumam a vossa urgência nessa questão.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Houve contacto com outra comissão.

A Oradora: Além disso, Sr. Presidente, o senhor fez uma baixa à Comissão por 30 dias, portanto até 19, o que ultrapassa a data em que está a decorrer este plenário.

Dos contactos feitos com a Coordenadora na Comissão dos Assuntos Sociais, foi decidido que se ouviria o Sr. Secretário dos Assuntos Sociais, mas a agenda para esses dois dias continha cinco diplomas e umas quantas audições, que não consigo agora precisar e, portanto, não fazia nenhum sentido engrossar a agenda com mais este Projecto de Resolução, ainda para mais tendo o Sr. Presidente despachado pelo período de um mês.

Foi por esta razão que a Presidente da Comissão não agendou e, uma vez mais, a urgência não se presume, Srs. Deputados, se a queriam tinham-na pedido.

Presidente: Srs. Deputados, queiram retomar os vossos lugares, por favor, vamos votar este pedido de urgência.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Pedido de Urgência foi rejeitado, com 12 votos a favor do PSD e 24 votos contra do PS.

Presidente: O Sr. Deputado José Manuel Bolieiro tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Pedi a palavra apenas para reafirmar o entendimento do PSD de que este Projecto de Resolução por uma política de proximidade na saúde é matéria fundamental para o interesse dos açorianos, não tem complexidade que justifique tão demorada análise e apreciação para debate neste plenário, razão pela qual, não tendo sido, como pretendíamos – e foi anunciado à Sra. Presidente da Comissão dos Assuntos Sociais –, apreciado na Comissão dos Assuntos Sociais que se realizou antes deste plenário, se justificaria o processo de urgência, daí a nossa divergência de entendimento quanto ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista nesta matéria.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Sr. Deputado Bolieiro, mais uma vez, a forma como o Grupo Parlamentar do PSD deu entrada a este Projecto de Resolução é bem a prova de que não tinha urgência nenhuma, porque se quisessem tinham-no feito atempadamente e não o fizeram, sabendo que, provavelmente, o que aconteceria não dando entrada com um pedido de urgência era que o Sr. Presidente, obviamente, despacharia por 30 dias.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não se justificava.

A Oradora: Eu repito: a urgência não se presume, está disposta regimentalmente.

Para além disso, eu não vejo aqui, e o Grupo Parlamentar do PS também não, nenhuma urgência, porque a verdade é que aquilo que dispõe o Decreto Regulamentar Regional sobre essa matéria não foi alterado, que eu saiba. Os postos de atendimento mantêm exactamente a forma de funcionamento que tinham antes; não há nenhuma emanção do Governo em sentido contrário; portanto, nesta matéria o que há é uma situação pontual que aconteceu e para a qual, obviamente, nós temos de ouvir o Sr. Secretário Regional e tirar as conclusões. Não tendo havido nenhuma alteração, a urgência não se justifica.

Sr. Presidente, mais uma vez, obrigada.

Presidente: Muito bem, meus senhores, passamos ao ponto seguinte, uma prorrogação de prazo duma comissão eventual. Penso que não requer grandes explicações, está no teor do

próprio documento, não sei se querem intervir. Trata-se de conferir mais prazo para a apresentação do relatório final da comissão.

Esta prorrogação de prazo vem com um pedido de urgência, o que porventura seria dispensável, sendo um acto quase interno da própria Assembleia, portanto talvez seja despiciendo votar uma urgência, é um acto interno em que a Assembleia determina conceder mais um prazo. De resto, também é subscrito por todos.

Vamos então votar a prorrogação o prazo da Comissão Eventual para a Avaliação do Impacto do Acordo de Cooperação e Defesa relativo à Base das Lajes.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Projecto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos finalmente à Proposta de Deliberação que dá por findo este período legislativo de Abril.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, declaro findos os nossos trabalhos.

Compete-me apenas desejar-vos boa viagem de regresso às vossas casas. Muito obrigado, em breve nos iremos, seguramente, encontrar.

(Os trabalhos terminaram às 19 horas e 10 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Deputado Independente (Ind.)

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Alberto da Silva Costa

Catarina Paula Moniz Furtado

Osório Meneses da Silva

Partido Social Democrata (PSD)

António Pedro Rebelo **Costa**

Carla Patrícia Carvalho **Bretão** Martins

Jaime António da Silveira **Jorge**

(*) Texto não revisto pelo Orador.

—

Pela redactora, *Ágata Patrícia Biga de Almeida Vieira de Sousa*